

**ANAIS DA
V REUNIÃO ANUAL
DE PSICOLOGIA**

**outubro
1975**

sociedade de psicologia de ribeirão preto

CNPq

A N A I S
DA
V REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA

Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto
Código Postal, 14.100 - Caixa Postal, 1003

SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO
OUTUBRO, 1975

ANAIIS DA V REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA

**REALIZADA EM RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO
DE 29 DE OUTUBRO a 01 DE NOVEMBRO DE
1975**

**EDITADO POR
Dr. Luiz de Oliveira**

Estes Anais foram subvencionados pelo "CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (PROCESSO-CNPq nº 7324/75).

A V REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA FOI ORGANIZADA PELA SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO, FUNDADA EM 25/09/1971 e DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL PELA LEI 2923/74.

DIRETORIA

PRESIDENTE : Dr. Luiz de Oliveira

1º VICE-PRESIDENTE: Profa. Maria Helena Chaves Sarti

2º VICE-PRESIDENTE: Profa. Myriam Silveira Vianna

1º SECRETÁRIO: Profa. Heloísa Helena F. da Rosa Maestrello

2º SECRETÁRIO: Profa. Ed Melo Golfeto

1º TESOUREIRO: Profa. Vera Regina L. Otero

2º TESOUREIRO: Profa. Mara Ignez Campos de Carvalho

ASSESSOR JURÍDICO: Dra. Zélia Maria M. Blasoli Alves

FORAM CONSTITUIDAS AS SEGUINTE COMISSÕES DE TRABALHO

- Comissão de Recepção
- Comissão de Alojamento
- Comissão de Divulgações
- Comissão de Recursos Audio-visuais
- Equipes auxiliares (Secretaria, Tesouraria e Portaria)

Nestas Comissões colaboraram 33 alunos do curso de Psicologia e do Centro de Estudos de Psicologia (CEP).

PATROCINADORES

- Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP)
- Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP
- Palestra Itália Esporte Clube

SESSÃO INAUGURAL

OUTUBRO, 20 - 20:00 horas

Composição da mesa na Sessão Inaugural

- Dr. Luiz de Oliveira, Presidente da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
- Exmo. Sr. Dr. Ivan Gonçalves de Freitas, representando o Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Exmo. Sr. Dr. André Ricciardi Cruz, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.
- Exmo. Sr. Dr. André Jacquemin, Chefe do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.
- Exmo. Sr. Dr. Carlos de Lacerda Chaves, representando o Prefeito Municipal de Ribeirão Preto.
- Exmo. Sr. Tenente Eudes Vieira, representando o Comandante Chefe da 5ª Circunscrição do Serviço Militar de Ribeirão Preto.
- Exmo. Sr. Dr. György Miklós Böhm, Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
- Exmo. Sr. Dr. Roberto Diniz Guimarães, Presidente do Palestra Itália Esporte Clube.

Discurso do Dr. Luiz de Oliveira, Presidente da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, na Sessão de Abertura da V Reunião Anual de Psicologia.

Antes de dar a palavra ao conferencista desta noite, Dr. Ivan Gonçalves de Freitas, representando o Senhor Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) eu gostaria de dizer algumas palavras.

Em primeiro lugar, quero dar as boas vindas aos senhores congressistas. Novamente nos encontramos com pessoas que se tornaram nossos amigos através das reuniões anteriores e temos o prazer de conhecer amigos novos que, esperamos, também voltarão às próximas reuniões.

Queremos pedir desculpas para muitos de vocês, especialmente aos estudantes que estão mal alojados. Esta Sociedade fez todo o esforço possível para dar a todos alojamento gratuito, mas a cidade seguramente não tem condições que seriam desejáveis para receber um número tão grande de congressistas; mesmo com o apoio de diversas instituições locais, muitos de vocês deverão ficar acomodados em condições precárias. Devemos informar que recebemos mais de 1.000 pedidos de alojamentos (especialmente de estudantes que pretendiam acomodações gratuitas) e conseguimos atender somente 600 pedidos.

As dificuldades para programar esta V Reunião Anual foram muitas. Embora a recepção que está sendo oferecida pela Sociedade não seja do agrado de todos, esperamos que a programação do Congresso, que todos tem em mãos, venha compensar as falhas na organização e que todos levem de Ribeirão Preto a melhor das impressões.

Em segundo lugar queremos dar informações sobre o trabalho realizado por esta Sociedade, tanto na Diretoria anterior como na atual, no sentido de concretizar o que foi decidido na IV Reunião Anual em relação à Pós-Graduação em Psicologia.

Após a redação do relatório preliminar, no que contamos com a preciosa colaboração da Dra. Carolina Montuscelli Bori, Dra. Maria Amélia Mattos, Dr. Paul Stephaneck, e os representantes dos alunos de Pós-Graduação: Marilene Ristum Carli e Olavo Galvão de Faria, este relatório preliminar foi encaminhado para todas as comissões coordenadoras de cursos de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil. O relatório preliminar foi devolvido com sugestões, correções e tabelas contendo os dados de cada curso de Pós-Graduação.

Com base neste material foi elaborado o relatório final que posteriormente foi encaminhado para os seguintes órgãos:

- Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES)
- Departamento de Assuntos Universitários (DAU-MEC)
- Conselho Federal de Educação (CFE)
- Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPq)
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
- Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP)
- Comissão de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC)
- Comissão de Pós-Graduação da Universidade Gama Filho
- Comissão de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC)
- Comissão de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC)
- Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)
- Cópia para todos os 61 cursos de Psicologia em funcionamento no país.

Esta sociedade de Psicologia coloca à disposição dos congressistas as cópias do referido relatório e espera que com este trabalho tenha contribuído para uma análise do ensino de Psicologia no nível de Pós-Graduação.

Em terceiro lugar gostaríamos que os congressistas endossassem um abaixo-assinado a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e ao Conselho Federal de Educação, solicitando que sejam tomadas todas as providências para impedir a abertura de novos cursos de Psicologia no país antes que sejam consultados tanto o Conselho Federal de Psicologia como o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Os números fornecidos pelo Anuário de cursos Superiores distribuído pelo Ministério da Educação em 1974 são assustadores:

- 3.114 psicólogos já formados
- 26.775 alunos atualmente inscritos
- 8.715 vagas nos cursos de psicologia
- 61 cursos de Psicologia em funcionamento no país (1974)

A íntegra do texto para este abaixo-assinado é a seguinte:

Os dados publicados pelo Ministério da Educação e Cultura no Anuário dos Cursos Superiores (1974) mostram que no Brasil existem 61 cursos de Psicologia num total de 26.775 alunos inscritos e 8.715 vagas para 1976. Essa situação poderia configurar um processo de florescimento da Psicologia Brasileira mas é de domínio público que a qualidade do ensino e as condições de pesquisas e de estudos são precárias ou totalmente inadequadas em uma grande maioria dos cursos de Psicologia. Julgamos necessárias providências imediatas para que sejam cumpridas as determinações previstas na legislação quanto à autorização de novos cursos, fiscalização dos cursos em funcionamento e que sejam garantidas as condições mínimas de funcionamento dos cursos já existentes para salvaguardar os destinos da Psicologia como ciência e profissão.

Manifestamos a nossa preocupação com este elevado número de futuros profissionais nesta área, o que, sem dúvida, levará a uma saturação do mercado de trabalho e a uma queda do nível dos cursos de psicologia. Ao contrário do que ocorre em outras profissões liberais a psicologia não conta ainda com áreas seguras de mercado de trabalho para absorver o número de profissionais. Desta forma, além de provocar a desvalorização da profissão de Psicólogo, dificulta-se a criação de novos mercados de trabalho, desde que parece-nos evidente que o Psicólogo somente pode se impor através da sua comprovada competência profissional.

Nós, abaixo-assinados, professores, profissionais, pesquisadores e alunos dos cursos de Psicologia, reunidos em Ribeirão Preto durante a V Reunião Anual de Psicologia, solicitamos de Vossas Excelências as providências necessárias para que não seja autorizada a abertura de novos cursos, e que sejam garantidas as condições mínimas de funcionamento regular dos cursos já existentes no Brasil. Desta forma endossamos as gestões do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, encaminhadas ao Conselho Federal de Psicologia em abril do corrente ano.

Julgamos urgente que os órgãos oficiais Coordenadores do Ensino Superior no país, tomem todas as providências no sentido de sustar a abertura de novos cursos de Psicologia, antes que sejam consultados tanto o Sindicato dos Psicólogos como o Conselho Federal de Psicologia, órgãos representativos da classe.

Com este abaixo-assinado proposto pela Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, estamos fortalecendo um trabalho que vem sendo realizado pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de

São Paulo procurando tanto impedir a abertura de novos cursos de Psicologia bem como proceder a um estudo do mercado de trabalho e da redistribuição das vagas existentes pelas várias regiões do país.

A Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto propõe aos senhores congressistas que nos acompanhem neste abaixo-assinado, que a partir de amanhã estará à disposição dos senhores para as assinaturas.

É com prazer que passo agora a palavra ao Dr. Ivan Gonçalves de Freitas, representante do Dr. José Dion Telles, DO. Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com a palavra o Dr. Ivan Gonçalves de Freitas.

Discurso do Dr. Ivan Gonçalves de Freitas, representante do Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Atendendo ao honroso convite formulado pelo Sr. Presidente da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, aqui estamos, em nome do Sr. Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para as solenidades de abertura da "V Reunião Anual de Psicologia".

Já no ano passado, tivemos a satisfação de estar presentes ao encerramento da "IV Reunião", e nossa volta à esta bela cidade, reflete a importância que o CNPq atribui esse evento, sem dúvida dos mais significantes e marcantes para os psicólogos de todo o País, ocasião em que, a par do conagraçamento traduzido na maciça e crescente participação dos que militam nos campos da Psicologia, a entrever a possibilidade da discussão salutar, do debate proveitoso, sobre todos os aspectos que dizem respeito, estreitamente, aos interesses da classe.

Voltamos agora, com a honrosa incumbência de abrir os trabalhos da "V Reunião" e, concomitantemente, trazer aos Srs. informações e notícias sobre o novo CNPq, suas atividades atuais e perspectivas que se delineiam para o futuro em termos de apoio à pesquisa científica no país, particularmente na área das ciências sociais e humanas.

Entre os fatos marcantes mencionados no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) encontra-se a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por transformação do Conselho Nacional de Pesquisas, o que ocorreu através da Lei nº 619 de 6 de novembro de 1974.

Esta Lei instituiu o CNPq como entidade de direito privado sob regime de Fundação, subordinada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

As diretrizes básicas do novo órgão, situam-se no terreno da descentralização, previstas no referido diploma legal, com a criação de agências regionais, de modo a propiciar maior amplitude e profundidade e a torná-lo mais presente e atuante em todas as regiões do país.

Coerente com tais diretrizes, as transformações iniciais do CNPq, no que se refere à estrutura, caracterizaram-se pela composição de um "núcleo central" constituído pela direção do órgão

como um todo: Presidência, Conselho Técnico e Científico, Consultorias Científica e Jurídica, Diretoria e várias superintendências com funções específicas dentro do sistema que funcionará em Brasília.

A característica principal das agências regionais é a de executar os encargos que lhe são cometidos, segundo as diretrizes de planejamento e programação geral estabelecidas pelo órgão central, cuja estrutura básica foi elaborada para tais finalidades.

As funções de execução em termos de financiamento à pesquisa, concebidas como uma das estratégias operacionais mais importantes de que dispõe o órgão central, implica na montagem de um sistema organizado em torno dos principais instrumentos que visam diretamente a formação de recursos humanos em vários níveis de qualificação para o ensino e a pesquisa e no incentivo, em termos de infra-estrutura material, à investigação científica e tecnológica.

De acordo com tais concepções, optou-se, inicialmente, pela compatibilização da estrutura básica do órgão central na qual se prevem funções de planejamento, à do novo órgão regional para o qual se desenham específicas de execução.

Surgiu, então, a primeira agência regional situada no Rio de Janeiro, cuja estrutura, montada nos moldes do antigo CNPq, passou a ser reformulada para adaptação gradativa à novas funções, mediante a ação de componentes da administração central, marcante a Superintendência de Desenvolvimento Científico.

A Agência Regional/Rio, enquanto não forem criadas as demais, conforme preconizam as diretrizes básicas da descentralização, proporcionará apoio logístico às atividades do CNPq, principalmente em termos de execução econômico-financeira e de administração em geral.

Dessa forma, aproveitando a estrutura já montada e adaptando-a às novas funções, a Agência Regional/Rio, em estreita colaboração com a SDC, órgão essencialmente normativo e de planejamento continuará, através dos instrumentos tradicionais de que dispõe - auxílios à pesquisa científica e bolsas de formação e de pesquisas - e prosseguindo em todo o País, às tarefas que lhe são reservadas na Programação Geral do CNPq, em termos de apoio à pesquisa científica e tecnológica.

Outra ocorrência digna de menção, foi a criação recente dos "Comitês Assessores" fato que significa, em última análise, a participação, em larga escala, da comunidade científica do País,

no CNPq.

Os "Comitês" serão constituídos por pesquisadores de renome, recrutados em todas as instituições do País, especialistas nas várias áreas do conhecimento que terão, como responsabilidade principal, assessorar o Conselho nos assuntos de sua área de competência específica.

O produto da atividade científica dos assessores será incorporado, sob a forma de documento próprio, às revisões anuais do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) instrumento principal para a programação governamental no Setor.

Ação do CNPq

É relevante notar que, apesar de todas as transformações que vem se processando na estrutura e organização do antigo CNPq e a progressiva composição da nova estrutura, não houve solução de continuidade nos programas de apoio e estímulo à pesquisa científica no País.

Ao contrário o novo órgão, dotado de maior flexibilidade face ao regime jurídico que lhe foi prescrito em Lei, nesses poucos meses em que vem operando, conseguiu expandir sua faixa de atendimento ao ensino e à pesquisa.

Assim é que, em 1973 já concedera o CNPq auxílios no valor global de Cr\$ 16.600.000,00 e em 1974, atingira o montante de Cr\$ 21.375.000,00 e no corrente ano, até a presente data, os auxílios concedidos somaram Cr\$ 33.775.845,00. Se adicionarmos a essa importância o valor dos pedidos que se encontram no CNPq em fase de avaliação e aprovação atingiremos a expressiva soma de, aproximadamente Cr\$ 59 milhões, o que fornece, não somente uma medida do crescimento da atividade científica no País, porém revela, por outro lado a reação positiva do CNPq às solicitações que lhe foram encaminhadas pelos pesquisadores de todo o País.

Devemos ter em mente ainda, que o Conselho financia a pesquisa em várias modalidades que compreendem, desde a concessão de equipamento, muitas vezes de alto custo, até o pagamento de professores e pesquisadores estrangeiros que, vinculados a organização brasileira de ensino e pesquisa, se propõem, a nosso convite, contribuir para programas considerados de importância para o País.

Os programas de financiamento abrangem as mais variadas áreas científicas como Ciências Agrárias e Veterinárias, Biologia e Ciências Biomédicas, Ciências Sociais e Humanas, Física e Astro

nomia, Geociências, Matemática, Química, Tecnologia e outras, nas quais se incluem as numerosas sub-áreas que delas fazem parte.

Outro Instrumento eficiente do CNPq para formação de recursos humanos, consiste na concessão de bolsas as quais podem ser consideradas sob dois aspectos principais: as de formação propriamente ditas e as de pesquisa.

As primeira, que se convencionou chamar de Iniciação Científica, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação, abrangem a fase de formação acadêmica do estudante desde sua participação regular em curso universitário até o término dos seus estudos pós-graduados, voltados para a obtenção dos graus de mestrado e doutorado.

As bolsas de aperfeiçoamento, destinam-se mais especificamente, ao graduado que pretende realizar estágios de treinamento em pesquisa, necessários à vida acadêmica e/ou profissional.

Em qualquer modalidade, a exigência básica para a concessão de bolsa pelo CNPq, consiste na realização pelo candidato, de um plano de pesquisa sob orientação de um pesquisador devidamente qualificado para a missão.

As bolsas de pesquisa representam a atuação do CNPq sobre a formação científica do pesquisador, e podem ser focalizadas sob duas características interligadas; a primeira relaciona-se com a oportunidade que oferece ao pesquisador de realizar seu trabalho nas melhores condições financeiras possíveis, complementando seus vencimentos até determinados níveis a ele atribuídos em função de critérios estabelecidos pelo próprio Conselho; a seguinte diz respeito ao enfoque científico, definido pela promoção do bolsista na escala de valores das bolsas em função de sua produtividade científica, avaliada pela qualidade dos trabalhos publicados, pela elaboração de relatórios de pesquisa, aceitação de trabalhos em Congressos no País e no Exterior, desempenho de atividades docentes, etc.

A escala das bolsas, desde Pesquisador-Assistente a Chefe de Pesquisas, não constitui série funcional progressiva correspondente à carreira de Professor de ensino superior ou pesquisador no serviço público, porém a um sistema construído no CNPq dentro de suas finalidades básicas no que se refere à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos em alto nível para o ensino e a pesquisa.

Somam-se a esse esforço do CNPq, as bolsas para o Exterior. Estas representam a possibilidade oferecida ao egresso da Pós-Graduação no País, de complementar sua formação mediante cursos no

Exterior.

Já no corrente ano o Conselho, além dos benefícios tradicionais previstos para as bolsas no exterior sem acréscimo na mensalidade do bolsista casado, passagem de ida e volta do bolsista, pagamento das taxas escolares e seguro-saúde, ampliou a faixa de atendimento, reestruturando os valores das mensalidades, concedendo a passagem de ida e volta ao conjuge do bolsista e estabelecendo acréscimo na mensalidade da bolsista casada que se faça acompanhar do marido não bolsista, além da passagem para o mesmo.

No ano passado o CNPq, manteve 4.879 bolsistas, 212 dos quais no exterior, os que representou investimentos da ordem de Cr\$ 46 milhões.

Pensamos que o texto acima, referente a auxílios e bolsas do CNPq, traduzem seu esforço no campo da formação de recursos humanos entendendo-se como tal o conjunto de elementos que caracterizam a incorporação à sociedade de apreciável força de trabalho considerada sob o mais alto nível de qualificação.

Os contatos do CNPq com o Exterior, porém não se limitam a ação dos seus bolsistas; incluem ainda, o estabelecimento de convênios e acordos internacionais visando ao desenvolvimento de programas científicos do mais alto interesse para o nosso País.

No campo da cooperação internacional ativado a partir de 1969, vem o CNPq ampliando seus programas e estabelecendo novos convênios, tanto bilaterais como multinacionais com instituições congêneres do exterior.

Entre aqueles que podemos citar, por exemplo, os três convênios mantidos com entidades de pesquisa da República Federal da Alemanha, que prevêm intercâmbio para o desenvolvimento de atividades em áreas científicas figuradas no PBDCT.

Com a Itália mantém o CNPq acordo para o desenvolvimento da Física Teórica, através do Centro Internacional de Física Teórica de Trieste, que absorve cientistas brasileiros previamente admitidos como membros associados daquele Centro.

Mantem ainda o Conselho Convênios bilaterais com duas entidades nos Estados Unidos: a National Science Foundation e a National Academy of Science.

O Convênio com a National Science Foundation visa o financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvidos conjuntamente por uma entidade brasileira e uma americana. No primeiro semestre deste ano estavam em vigência 14 projetos, para os quais a verba do CNPq aprovada em 1975 foi da ordem de Cr\$ 1.800.000,00.

Com a National Academy of Science, o CNPq mantém o programa de Química - CNPq/NAS, que teve início em outubro de 1969 com o objetivo de estimular no Brasil atividade científica em campos de pesquisa química carentes no Brasil e o desenvolvimento do ensino pós-graduado no setor, julgados fundamentais para a componente dinâmica científica e tecnológica de desenvolvimento do País.

Tais finalidades tem sido alcançadas plenamente através, sobretudo de um suporte financeiro sistemático e intensivo aos grupos participantes, aliado ao assessoramento científico do mais alto nível.

O Programa de Química tem a seu crédito a formação e a manutenção de núcleos de pesquisa no Instituto de Química da USP e no Instituto de Química da UFRJ, cuja produção científica é aceita para publicação nos mais renomados periódicos da literatura científica mundial.

Vários países manifestaram interesse em firmar Convênios bilaterais através do CNPq, encontrando-se em estudo, na Superintendência de Convênios Internacionais, acordos com a Austrália, Bolívia, Chile, Costa Rica, Israel, Japão, Nigéria e Venezuela.

No ano em curso, mais de vinte áreas de Ciência e Tecnologia estão contempladas nos Convênios bilaterais; Botânica, Bioquímica, Cardiologia, Entomologia, Engenharias Biomédicas, Elétrica, Eletrônica e Hidráulica, Farmacologia, Fisiologia Humana, Física Nuclear e do Estado Sólido, Fitopatologia, Genética, Geociências, Microbiologia, Metalurgia, Matemática, Neurobiologia, Oceanografia e Química.

Em relação as atividades multinacionais deve-se mencionar que o CNPq é o órgão nacional de ligação junto ao Programa Regional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Organização dos Estados Americanos.

Assim sendo, coordena as atividades desenvolvidas por aquele Programa no País, incluindo projetos multinacionais, projetos especiais e atividades regionais. Estas atividades são financiadas pelo Fundo Multinacional do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura, formado através de contribuições dos Governos dos países membros.

Para o período correspondente a junho de 1974 a julho de 1976 foram aprovados vinte sete Projetos Multinacionais, sendo 12 na área de Ciências Básicas, 4 de Ciências Aplicadas, 7 de Desenvolvimento Tecnológico, 2 de Política e Planejamento Tecnológico e 2 de Inovação Tecnológica e transferência de Tecnologia. Dentre

estes, 4 encerraram-se em 1974, estando em desenvolvimento no primeiro semestre de 1975, 23 projetos.

Eis alguns assuntos focalizados nos Convênios com a Argentina, México, Paraguai, Colômbia, Uruguai, Venezuela e outras nações:

1. Utilização de Computadores Digitais em redes de Telecomunicação e Teleinformática.
2. Aplicação de Genética ao Melhoramento da Produção de Bovinos.
3. Utilização dos Recursos das Zonas Trópicas e Úmidas.
4. Produção de Misturas Vegetais de Alto Valor Nutritivo - para consumo humano e animal.
5. Pesquisa sobre Habitações Populares.
6. Avaliação de Xistos Betuminosos.
7. Energia Solar (em estudo)
8. Metrologia (em estudo).

O MEC contribui para os Projetos Especiais de Educação, e o CNPq, para os Projetos Especiais de Ciência e Tecnologia, cada um com 50% do valor total da contribuição.

Cabe destacar que o CNPq vem discutindo bases com o Ministério das Relações Exteriores, para um convênio relativo à montagem de um Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas com o Exterior.

Finalmente, devemos mencionar que o Presidente do CNPq esteve recentemente na Europa e Estados Unidos, com a finalidade de visitar as instituições com as quais o Conselho mantém convênios atuantes e estudar a ampliação dos mesmos, ocasião em que concretizou entendimentos para acordo bilateral com o Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França.

Nessas palavras, em que nos propomos oferecer uma visão global do novo CNPq, embora com a ressalva de que não se trata de aspectos definitivos, face às transformações que fluem cotidianamente, sobre sua organização e funcionamento, cabe breve referência sobre a importação de equipamento para a pesquisa científica.

Há três aspectos a considerar ao assunto: o primeiro refere-se às importações a serem efetivadas por pesquisadores, com auxílios concedidos pelo CNPq; o segundo diz respeito aos pedidos encaminhados ao Conselho, por instituições oficiais para que processe importações com verba das próprias entidades interessadas e, finalmente, as solicitações feitas ao CNPq por instituições particulares que desejam importar, se beneficiando da Lei que concede, em certos casos, isenção dos impostos de importação.

No primeiro caso podemos informar que o CNPq importará, diretamente, o equipamento científico concedido aos pesquisadores através dos auxílios normais e para tanto já se organizou em termos operacionais.

Quanto ao atendimento aos pedidos de instituições oficiais para que o CNPq importe seus equipamentos, encontra-se o assunto em estudos de vez que, somente o Conselho está isento do depósito obrigatório prévio calculado sobre o valor da importação.

Finalmente os benefícios da isenção alfandegária previsto no DC, Lei nº 76.407/75 requeridos por instituições particulares, serão objeto de regulamentação especial, tendo em vista os aspectos relacionados com o projeto de pesquisa a ser representado ao CNPq como justificativa da importação do equipamento a ele vinculado.

Senhoras e Senhores:

Não poderíamos encerrar essa breve exposição sobre o CNPq, mais especificamente, sobre alguns dos seus instrumentos de estímulo à pesquisa científica, sem nos referir à Psicologia, área integrante do Setor de Ciências Sociais e Humanas.

Nos é grato informar que, já no documento de criação dos "Comitês Assessores" do CNPq ela é mencionada com destaque, como área de conhecimento do âmbito do Conselho, em suas diversas sub-áreas e especialidades: Psicologia da Aprendizagem; do Desenvolvimento Humano; da Personalidade; da Educação; Social; Aplicada ao Trabalho; Psicopatologia; Psicolinguística; Psicofisiologia; Psicologia Clínica; Genética do Comportamento; Senso-percepção; Testes e Medidas; Teoria e Métodos; Motivação e outras que serão incorporadas a critério dos especialistas que tratarão do assunto no CNPq.

Atualmente vem sendo apoiada através da concessão de auxílios à pesquisa e bolsas de formação e de pesquisa.

No corrente ano estão sendo aplicados no Setor, recursos destinados a bolsas no País e no Exterior e auxílios, no valor aproximado de Cr\$ 5.600.000,00, dos quais, cerca de Cr\$ 1.100.000,00 ainda em processo de avaliação e aprovação.

A tônica dos investimentos que revela o tipo de solicitações feitas ao CNPq, situa-se sob a forma de custeio, caracterizada nas bolsas, especialmente de Pós-Graduação.

Nunca é demais repetir que o CNPq reage aos pedidos que lhe são encaminhados pelos pesquisadores militantes nas diversas áreas.

Dessa maneira, os Investigadores em Psicologia devem organizar seus projetos e, através de formulários próprios, remetê-los ao CNPq para análise e apreciação.

Podemos garantir que projetos considerados de bom nível científico sob condução de elementos qualificados, terão amplas possibilidades de atendimento em termos de recursos financeiros, mormente agora, em que o Conselho está empenhado em se expandir com reflexos positivos em sua clientela.

Finalmente, é nosso dever mencionar que focalizamos, apenas, alguns aspectos, uma parcela, desse verdadeiro complexo em que está se constituindo o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para se ter uma idéia de sua dimensão bastaria destacar que dele fazem parte instituições de porte como o IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação); o IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada); o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), algumas financiando pesquisas, outras realizando seus próprios programas, como por exemplo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia que, através do Museu Goeldi, dá ênfase à área de Ciências Sociais em seus estudos de Antropologia, Linguística, Etnologia e Psicologia Social. O mesmo ocorre em relação ao Instituto de Pesquisas Espaciais, cujas atividades nessa área atribuem-lhe renome internacional.

Não ignoramos que muitas modificações são necessárias aos métodos e modalidades de atuação do CNPq e estão em estudos, para maior eficiência no cumprimento das altas finalidades que lhe estão reservadas.

Podemos afirmar entretanto, que o CNPq jamais perderá de vista os objetivos básicos a serem perseguidos, já agora de forma mais eficaz, mediante a concentração de grande parte dos seus recursos materiais e humanos para a emergência e desenvolvimento de potencialidades que, sem dúvida, estão latentes e representadas na juventude estudiosa, especialmente no que se refere ao ensino e pesquisa em nosso País.

Ao Senhor Presidente, rogo considerar abertos os trabalhos da V Reunião de Psicologia.

S I M P O S I O S .

30 de Outubro de 1975 - das 8:00 às 12:00 horas

SIMPÓSIO I

O CONCEITO DE ANSIEDADE

COORDENADOR : Isaias Pessotti

Professor Assistente Doutor, Departamento de Neuro-
Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Me-
dicina de Ribeirão Preto, USP.

PARTICIPANTES :

Arno Engelmann

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psico-
logia Experimental do Instituto de Psicologia, USP.

Frederico Guilherme Graeff

Livre Docente, Departamento de Farmacologia da Fa-
culdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP

Honna Thalm Mantovani

Professor Assistente Doutor, Departamento de Neuro-
Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Me-
dicina de Ribeirão Preto, USP

Maria C. Licco

Livre Docente, Departamento de Fisiologia da Facul-
dade de Medicina de Ribeirão Preto, USP

UM MODELO PARA A ANÁLISE EXPERIMENTAL DA ANSIEDADE

Isaías Pessotti⁺

Explicação do Modelo

A ansiedade é um estado do organismo, passageiro ou relativamente duradouro. Consiste inicialmente em respostas reflexas a eliciadores condicionados pavlovianamente, às vezes chamados S_1 . Esses eliciadores (internos ou externos) podem ser de dois tipos: associados a experiências de punição (S^-) e indicadores de situação desconhecida iminente ($S^?$). Tais eliciadores bastam para produzir síndrome de ativação (mais ou menos intensa e duradoura). Esse efeito depende, em parte, do conjunto de estímulos discriminativos (S_a, S_b, S_c) simultâneos aos eliciadores. Para haver a ansiedade é necessário que, a par da síndrome, esses estímulos discriminativos (S^Δ) indiquem ineficácia ou impotência (real ou não) do repertório do sujeito. A percepção de impotência resulta desses estímulos e da síndrome de ativação e pode, por sua vez, intensificar a síndrome como um novo S^Δ . Desta resulta a redução de frequência de operantes incompatíveis, e de outros operantes positivamente reforçados no passado por generalização dos S^Δ , bem como um aumento de instabilidade motora, estereotiplas e descoordenação (motora, verbal, perceptual). Esses comportamentos e a passagem do tempo (pelas leis do reflexo) geram condições (-a-) que podem reduzir a síndrome. É nesse momento que a percepção de impotência, enquanto aversiva produz fuga através da exploração operante de possibilidades de fuga de S_1 (S^- ou $S^?$) de fuga ou esquiva da punição ou do desconhecido (S_2), operantes de busca de novos S^Ds (mais frequentes após a apresentação de $S^?$) e operantes de esquiva "extended" ou supersticiosa. Esses três tipos de operantes produzem efeitos que podem ser reforçadores positivos e negativos, S^Ds ou $S^\Delta s$, seja internos, seja externos. Tais efeitos (-b-) alteram a situação estimuladora introduzindo novos estímulos (- S_n -) cujo efeito pode ser redutor ou intensificador da síndrome de ativação e da percepção da impotência.

⁺ Comunicação apresentada no Simpósio: "O Conceito de Ansiedade", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, 24 de outubro, 1975.

Quando os efeitos (-b-) são negativos, a ansiedade perdu ra e novos estímulos (-Sn-) tornam-se eliciadores da síndrome e/ou indicadores de falência ou impotência do repertório. Esse processo corresponde à ansiedade crônica (seria melhor dizer cíclica) e à ansiedade difusa (free floating).

Um tipo de S^- ameaça uma forma especial de punição: perda de objeto de afeto ou de reforçadores positivos sociais ou de reforçadores intraverbais (auto-estima, significação de si próprio). Nesse caso se inclui o tipo de ansiedade existencial "ameaça aos valores". Esse tipo de ansiedade pode corresponder também a $S^?$ quando a inconsistência de um valor se manifesta e quando a sua superação requer a busca de um valor substituto, não definido.

A ação da percepção da impotência sobre a síndrome corresponde ao "perigo interno" freudiano, que pode também corresponder, por outro lado a um S^- ou $S^?$ interno (no sentido freudiano: interno ao psiquismo, basicamente o reviver emocional da experiência aversiva anterior). A percepção de impotência que é uma potente ameaça por si mesma, uma vez desencadeada pode gerar (ou manter) síndrome de ativação e os eventos subsequentes.

A interrupção de uma cadeia de ações corresponde a um $S^?$ em situação tal que os estímulos discriminativos indicam impotência ou são tão contraditórios ou inesperados que impedem (S^Δ) a emissão de operantes apropriados para o completamento do encadeamento.

A elaboração cognitiva da ameaça corresponde ao contexto de estímulos discriminativos e também à preponderância ou não, entre eles, dos S^D e S^Δ que indicam inadequação ou falência do repertório (percepção de impotência, verificável a "posteriori" através de (-C-)).

A redução da ansiedade ocorre quando "b" ou uma condição nova (C.I.) independente de (-C-), introduz estímulos novos (-Sn-) que alteram a situação estimuladora de modo a: (1) tornar neutros os S^- e/ou $S^?$ e (2) reduzir diretamente a síndrome de ativação e/ou a percepção de impotência.

A terapia consiste em (1) prover C.I. (por exemplo, relaxamento, dessensibilização) e (2) orientar os comportamentos descritos em (-C-) para que (-b-) tenha efeitos redutores sobre a síndrome e a percepção de impotência ("insight" analítico, modificação de comportamento, psicoterapia de grupo, etc.). Segundo os critérios principais de uma análise funcional a ansiedade é ocor-

rência dos momentos 2º e 3º do modelo: 1) em circunstâncias do tipo S^- e S^+ dentro do contexto de estímulos discriminativos (S_a , S_b , S_c , S^{Δ}) que conduzem à percepção de impotência no próprio repertório; 2) com frequência relativa aberrante (ansiedade patológica crônica) ou com grande desproporção entre S^- ou S^+ e B1 B2 B3 (fobias) ou com frequência e proporção "normais" (ansiedade normal); 3) de modo a interromper uma cadeia de operantes e tendo por efeito a emissão de respostas de re-orientação (-C-) que produzem (-b-).

REFERÊNCIAS

- Ferster C.B. - A functional analysis of depression. Amer. Psychologist Oct. 857-870, 1973.
- Freud, S. - A General Introduction to Psychoanalysis. Washington Square Press, New York, 1960.
- Freud, S. - Inibizione, Sintomo e Angoscia. Boringhieri, Torino, 1971.
- Freud, S. - The Problem of Anxiety. New York, Norton, 1973.
- Heidegger, M. - Sobre o problema do Ser. O Caminho do Campo. Liv. Duas Cidades, São Paulo, 1969.
- Hirschberger, J. - História da Filosofia na Antiguidade. Ed. Herder, São Paulo, 1969.
- Hoch, P.H. e Zubin, J. (eds.) - Anxiety. Hafner Publishing Company, New York, London, 1964.
- Kiërkegaard, S. - Il concetto del l'angoscia - La malattia mortale. Sansoni, Firenze, 1965.
- Kiërkegaard, S. - O conceito de angústia. Ed. Presença, Lisboa, 1972.
- Lazarus, R.S. - Psychological Stress and the Coping Process. McGraw Hill, New York, 1966.
- Martin, B. e Sroufe, L.A. - Anxiety. In: Costello C.G. (ed). Symptoms of psychopathology. J.Wiley, New York, 1970.
- May, R. - O Homem à Procura de Si Mesmo. Ed. Vozes, Petrópolis, 1971.
- May, R. - Psicologia e Dilema Humano. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1973.
- Odier, C. - La Angustia y et Pensamiento Magico. Fondo de Cultura Economica, México, 1960.
- Schoenfeld, W.N. - An experimental approach to anxiety escape and avoidance behavior. In: Hoch, P.H. e Zubin, J. (eds.), 1964.
- Spielberger, C.D. - Anxiety and Behavior. Academic Press, N.York, London, 1966.
- Tillich, P. - A Coragem de Ser. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972.

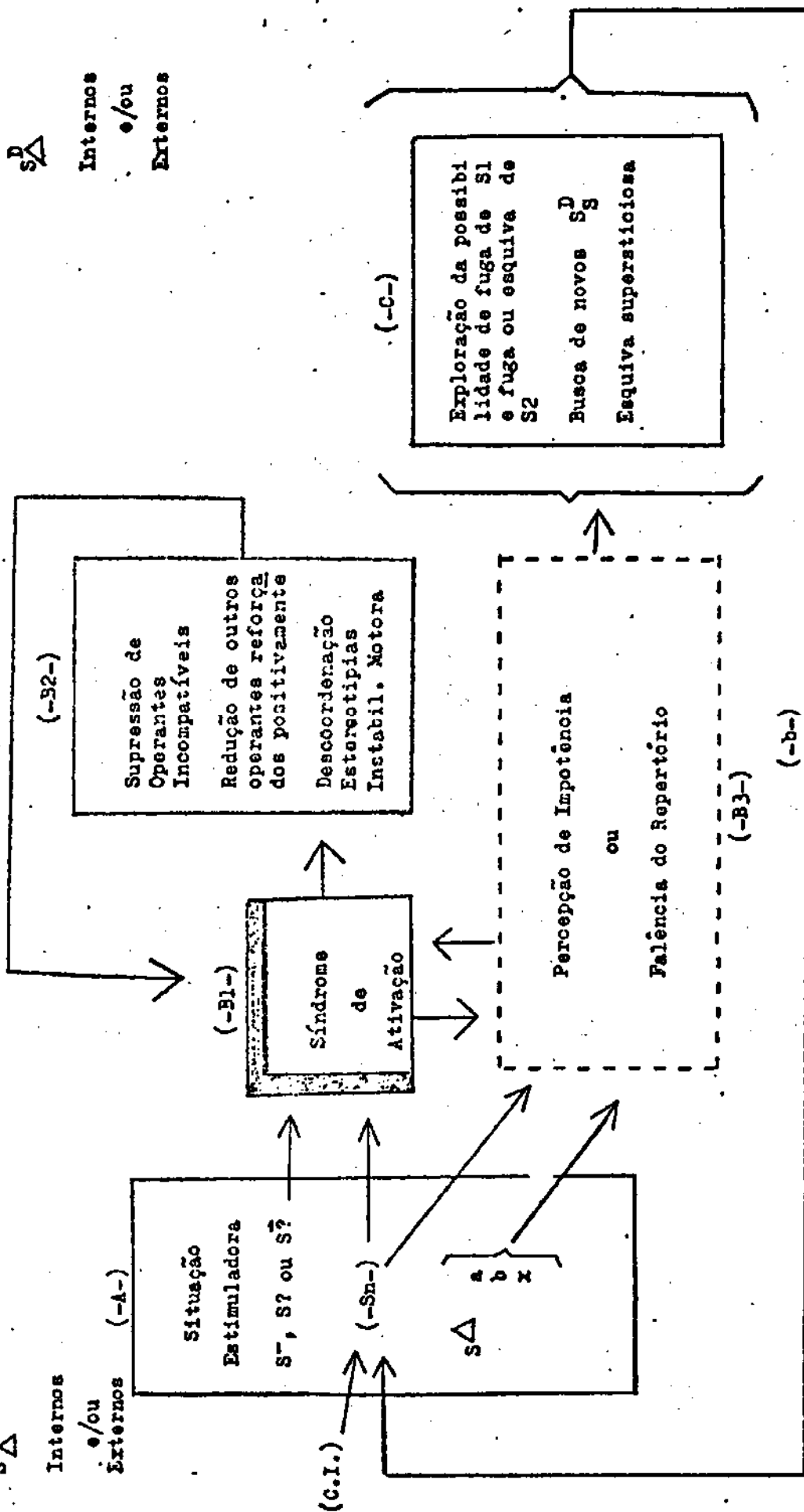
REFLEXOS

SC
S^D
S^Δ

OPERANTES

Operantes
S^{R+}
S^D
S^Δ

Internos
e/ou
Externos



1º momento 2º momento 3º momento 4º momento

observável (ao menos em certos casos)

inferido de (-A-) e (-B2-)

inferido de (-A-) e (-C-)

A disposição dos elementos, da esquerda para a direita, corresponde à sucessão temporal dos mesmos.

OS RELATOS VERBAIS DE ESTADOS SUBJETIVOS QUE DENOTAM "ANSIEDADE"

Arno Engelmann⁺

Tenho que falar sobre o conceito de ansiedade. Que é esse conceito? É uma tradução da palavra inglesa "anxiety". E "anxiety" se encontra em animais e entre eles, o homem. Há diversas definições do conceito. Uma das mais simples é chamá-lo "de um estado de tensão desagradável que indica a presença de algum perigo para o organismo" (Weiss e English, 1950). Cattell (1966) chama-o de fator secundário, segundo ele constituído de diversos fatores primários obliquos.

Sob esse conceito incluiria-se uma determinada ou diversas expressões faciais, vários tiques, respiração rápida, taquicardia, modificação na composição da urina e do sangue, respostas de terminadas em questionários especializados. Nesses fatores encontram-se tres níveis de classificação: 1) Os movimentos, posturas e modificações no organismo diretamente observáveis. Seria a expressão facial. 2) Os movimentos e modificações do organismo observáveis apenas por intermédio de instrumentos. Seria a taquicardia, o aumento da adrenalina no sangue. 3) Os produtos de movimentos diretamente observáveis. Seria o aumento da defecação. Mas seria também, o comportamento de falar e de escrever. Escrever é um resultante do movimento do braço e da mão. Mas a escrita é um produto, o que ficou. Da mesma forma, falar, falar é o resultante dos movimentos de expiração, das cordas vocais, da língua e dos lábios, mas a fala é o produto desse comportamento.

Nosso interesse no momento é apenas a linguagem. Portanto, o que diremos sobre "ansiedade" refere-se a esse comportamento. Mais exatamente estudamos os relatos verbais de estados subjetivos. Os relatos verbais são produtos da linguagem que interessa ao investigador pelo que relatam, pelo que referem. São de três tipos: percepções externas que se referem a algo do sujeito; percepções internas - que se referem a algo dentro do sujeito mas numa determinada parte do corpo e estados subjetivos que se referem a algo dentro do sujeito e que não pode ser localizado. As per-

⁺ Comunicação apresentada no Simpósio: "O Conceito de Ansiedade", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro, 1975.

cepções externas foram estudadas desde o início da psicologia especialmente em 1860 e 1879. Os estados subjetivos tem ainda poucos investigadores. Cito Gosta Ekman, Werner Traxel, Vincent Nowlis, Joel Davitz, entre os mais representativos.

Eu estive estudando-os desde 1962. Tomei a totalidade do linguajar da Grande São Paulo no que se refere a estados subjetivos. Para começar consultei dicionários. Dessa maneira cheguei a 536 vocábulos. Dei-os uma amostra de 230 normalistas que deviam julgar o grau de conhecimento desses vocábulos. Reduzi-o a 370, aceitando somente aqueles que 58,5% dos sujeitos usavam frequentemente ao falar ou frequentemente ao escrever. Esses 370 vocábulos deviam ser julgados de acordo com 18 escalas. As escalas basearam-se nas investigações recentes que chegaram a alguma classificação, seja de natureza experimental seja de natureza teórica. Dezesseis escalas eram bipolares, do tipo do diferencial semântico; duas eram de categoria sucessiva, isto é, cada categoria possuía uma descrição.

Duas amostras de São Paulo julgaram os 370 vocábulos de acordo com a 18 escalas: uma era formada de 30 universitários que vieram ao nosso Departamento 37 vezes, respondendo dez vocábulos por dia; a outra tinha 2219 normalistas que responderam cada uma dez vocábulos. Portanto, havia para cada vocábulo 60 normalistas.

Os 370 vocábulos, mais exatamente, relatos verbais, foram classificados de acordo com oito escalas, três as principais: agradável-desagradável, ativo-passivo e tenso-relaxado - que foram as categorias e cinco secundárias - vontade de estar com outras pessoas - vontade de ficar sozinho, preocupado com os outros - preocupado consigo mesmo, querendo algo - não querendo nada, levando a sério - levando na brincadeira e a escala de duração que formam as subcategorias.

Cada escala, com exceção da escala de duração, tinha quatro tipos de respostas: 1) a da direita; 2) a da esquerda; 3) a do meio e 4) a retangular ou bipolar.

Qual a importância desse estudo para o conceito de ansiedade?

Vejamos em primeiro lugar a palavra "ansiedade" ou mais exatamente "sentir ansiedade", expressão que empreguei para denotar aos sujeitos que eles deveriam se referir a algo dentro deles e não de outras pessoas. A média dos universitários foi de 0,52 na escala agradável-desagradável. Todas as escalas do diferencial semântico têm sete intervalos. O do meio recebeu o resulta-

do zero e os três intervalos da direita ou da esquerda receberam 1, 2, 3 e -1, -2 e -3. -0,52 no meu critério é algo desagradável. No entanto, as normalistas originaram uma média de 0,85, isto é, algo desagradável. Dos universitários 52% puseram perto de desagradável, mas 31% colocaram-no perto de agradável. As normalistas puseram 58% perto de agradável, porém 25% perto de desagradável. De outro lado ambas as amostras tem média alta perto de querendo algo 2,70 nos universitários e 2,31 nas normalistas, perto de excitado - 2,53 nos universitários e 2,04 nas normalistas e perto de tenso - 2,11 nos universitários e 1,96 nas normalistas.

Ansiedade vem de anxietas que em latim significa uma inquietude momentânea ora uma inquietude habitual. Anxietas vem de anxi que é um tempo do verbo ango. Ango provém do grego anchô (significa apertar a garganta) que tem apenas um significado físico-estrangular (Boisacq, 1938; Ernout e Meillet, 1951).

Portanto ainda que o primeiro significado de ansiedade se ja desagradável, há algo de agradável na linguagem popular.

"Anxiety", o termo inglês que corresponde a "ansiedade", é visto pela maioria dos autores não como um termo isolado mas como uma palavra que significa uma combinação variável de "emoções" ou para Raymond Cattell um fator de segunda ordem. Portanto seria útil verificar quais os termos em inglês que seriam englobados sob o termo "ansiedade". Além disso "Angst" que significa em alemão "ansiedade", e também "medo", tem igualmente um grupo de "emoções". Podemos traduzir os termos ingleses e alemães servindo-nos de dicionários. Fizemos isso. Realmente assumimos uma correspondência português-inglês ou português-alemão que vale apenas como uma mera sugestão. Seria sem dúvida necessário que o estudo fosse feito em português. De outro lado no momento, seria impossível, já que pouco existe que pudesse superordenar os 370 relatos. São alguns termos gerais - emoções, estado de ânimo, estado físico, interesse, sensação, sentimento que no entanto precisariam de mais estudo.

Em nosso estudo vimos as palavras que traduzem os termos ingleses ou alemães. Todos formam locuções que utilizamos.

Em primeiro lugar vale a pena mencionar a subcategoria 21. Todas as locuções, exceto sentir-se desorientado, cabem aqui. Ela faz parte da categoria 21 que tem como termos polares desagradável e tenso. A subcategoria A tem como termo polar vontade de estar com outras pessoas, ou abreviando, sociável:

As locuções são as seguintes: Sentir horror, Sentir-se a-

ameaçado, Estar assustado, Estar com medo, Encontrar-se num estado de pavor, Estar espantado, Sentir terror e Sentir um temor. Dividem-se em estados extremamente desagradáveis, de 2,5 a 3,0: Sentir terror, Sentir horror, Encontrar-se num estado de pavor e Estar com medo; bastante desagradáveis, de 2,0 a 2,5: Estar assustado, Sentir um temor e Sentir-se ameaçado; e fracamente desagradáveis, 0 a 1,0: Estar espantado. Essas locuções designam estados extremamente tensos, de 2,5 a 3,0: Sentir terror, Sentir horror e Encontrar-se num estado de pavor; bastante tensos, de 2,0 a 2,5: Estar com medo, Sentir-se ameaçado, Sentir um temor e Estar assustado; e estados regularmente tensos, de 1,5 a 2,0: Estar espantado.

Os relatos verbais deste conjunto referem-se de modo geral a "medo", "fear", em inglês que acordo com Izard (1972) e Spielberger (1966) formaria o núcleo básico da "anxiety". Freud, lembremo-nos, falava em "Angst" que significa "medo" e "ansiedade".

Na subcategoria 21B, estados que ficam no meio dos termos polares vontade de estar com outras pessoas e vontade de ficar só ou abreviadamente, sociável e solitário, couberam às locuções Ter um receio e Levar um susto. Levar um susto tem uma duração muito pequena, ao redor de alguns segundos, enquanto Ter um receio tem uma média de vários minutos.

Nas subcategorias 21C, 21F e 21G, que seriam solitárias e querendo algo, solitárias e nem querendo e nem desquerendo algo e não caracterizáveis em termos de sociabilidade caberiam as locuções Sentir-se humilhado e Estar com dúvida - uma em cada subcategoria.

Na categoria 17, caracterizada por ser desagradável, passiva e tensa cabem 18 locuções. Duas delas estão na subcategoria A, ou se caracteriza por ser sociável - Sentir-se desamparado e Sentir-se abandonado. Na subcategoria B estão 13 locuções solitárias. O total desta subcategoria é de 25 locuções. Cabem nela Ter uma mágoa, Sentir pesar, Sentir vergonha, Sentir-se mal, Sentir-se culpado, Estar com um sentimento de culpa, Sentir-se mortificado, Sentir-se desapontado, Sentir-se tímido, Sentir-se desconcertado, Sentir angústia, Estar aborrecido e Sentir-se acanhado.

Todas as locuções são fortemente desagradáveis. Alguns estados são medianamente fortes: Estar aborrecido, Sentir-se desapontado, Sentir-se culpado, Sentir vergonha, Sentir pesar, Ter mágoa, Sentir angústia e Sentir-se mal; são fracos - Sentir-se mor-

tificado, Sentir-se tímido. Alguns estados são querentes, isto é, tem uma média perto de querendo algo: Sentir-se acanhado, Sentir-se desapontado, Estar com sentimento de culpa e Sentir-se tímido; outros são desquerentes, tem uma média perto de não querendo nada: Sentir-se mortificado e Estar aborrecido.

Um estado tem a média próxima de preocupado com outros: Sentir pesar. A maioria tem a média perto de preocupado consigo ou no meio. Duas locuções: Sentir-se culpado e Estar com sentimento de culpa - tem uma ligação simultânea com preocupação com os outros e preocupado consigo mesmo.

Na subcategoria 17C, que se caracteriza por ser querente, há três locuções: Sentir-se indeciso, Sentir-se inseguro e Ter uma sensação de incerteza.

Na categoria 14, que entre os termos polares tem desagradável, ativo e tenso, cabem 21 locuções.

Na subcategoria 14B encontramos estados sociáveis. São relatados pelas locuções Estar impaciente, Estar alarmado, Encontrar num estado de pânico e Sentir aflição. São portanto estados desagradáveis, ativos, tensos, nos quais os indivíduos se sentem com vontade de ficar com outras pessoas apesar de não se preocuparem com elas. Sua duração é de minutos.

Na subcategoria 14C, que se caracteriza por ser nem sociável nem solitário, cabe a expressão Estar exaltado. Não caracterizáveis em termos de sociabilidade estão as locuções pertencentes à categoria 14E: Sentir desconfiança, Sentir suspeita, Estar num aperto, Estar apreensivo, Sentir-se agitado, Estar desesperado, Sentir-se preocupado e Sentir-se inquieto. Alguns estados distinguem-se pelo controle sobre si mesmo: Sentir suspeita e Sentir desconfiança; outros por falta de controle sobre si mesmo: Sentir-se inquieto e Sentir-se agitado.

Na subcategoria 14D caracterizada por estados solitários, cabem dois grupos de locuções. De um lado os que são traduções de "anxiety" pela maioria dos autores: Sentir-se irritado, Estar num estado de confusão, Sentir-se nervoso e Sentir-se perturbado. De outro lado os que traduzem o que IZARD chama de constituinte de "anxiety", a emoção de "anger" - raiva - que se encontra traduzida por locuções como Sentir-se irritado, Estar num estado de confusão, Sentir-se nervoso e Sentir-se perturbado. A mesma raiva pode ter uma "emoção" positiva de interesse - excitação cujas traduções para o português deram Estar comovido, Sentir atração por algo ou alguém, Sentir-se interessado em algo, Sentir desejo, todas categorias agra

dáveis. Sentir uma ânsia e Sentir-se com um anseio, da mesma forma como Sentir ansiedade para as normalistas, significam estado fortemente querentes e agradáveis.

Em 1964 eu estava interessado nas situações que causavam os estudos subjetivos. Mais do que isso, estava interessado nas diferenças pequenas entre estados subjetivos próximos. Eu tinha a lista. Datilografei cada um destes estados subjetivos em um pequeno cartão. Pedi a dez juizes que classificassem os cartões em grupo de 10 de acordo com a sua semelhança. Obtive no final grupos com locuções bem parecidas.

O esquema de aplicação era simples. Num questionário A eu perguntava o que deixava a pessoa num estado X, digamos, "contente". O sujeito podia responder uma, ou até três situações. Com as situações eu pensava elaborar uma lista de sentenças que eu daria a outros sujeitos juntamente com uma lista de estados subjetivos. Bastaria aos sujeitos parear uma situação com um estado subjetivo. Esses seria o questionário B.

Apresentei o questionário A a diversas normalistas de São Paulo. Mas era difícil passar das sentenças que os sujeitos davam às sentenças que eu elaborara.

Além do mais, achei que era necessário, em primeiro lugar, uma classificação que fosse mais válida que a dos dez juizes. Fiz então a pesquisa que relatei antes. Agora volto à preocupação inicial. Meus alunos de pós-graduação estão me ajudando.

Com a primeira turma de alunos fiz simplesmente a continuação daquilo que foi interrompido em 1964, agora com a classificação da qual falei. Cada grupo de dois alunos tinha a tarefa de elaborar uma lista de situações a partir das respostas dadas pelas normalistas. Para isto recebia uma categoria agradável e uma categoria desagradável. Preparada a lista de situações era esta mimeografada junto com a lista de locuções e distribuída a um número relativamente grande de sujeitos - 80 a 120. Cada sujeito tinha a tarefa de escolher uma das locuções para cada situação. No entanto, dada a semelhança dos estados subjetivos, os resultados não foram significativos. As coincidências variam entre 10 e 20%.

Com a segunda turma de alunos fiz duas modificações. Em primeiro lugar, as locuções vinham de categorias diferentes. Em segundo lugar, antes de iniciar a tarefa, eles mesmo respondiam citando causas de 110 estados subjetivos. Cada grupo de dois alunos elaborou a lista de situações baseando-se nas normalistas e nos pós-graduados, que eram eles mesmos. O resultado apresenta-se bem

mais significativo do que aquele preparado pela primeira turma. Cada locução possui geralmente algumas situações. O resultado apresenta-se baixo, mas do mesmo grau que o obtido por Joel Davitz em 1969.

Alguns estados subjetivos são traduções de dicionários das palavras que denotam "anxiety" enquanto estado de nível secundário.

Eis os resultados para aqueles que tiveram 50% ou mais.

Impaciente tem como situações causadoras "Esperar ser atendido", "Esperar resultados de exames, concursos e sortelos", "Esperar notícia importante" e "Estar atrasado para chegar a algum lugar".

Medo tem como situações causadoras "Ouvir barulho estranho à noite, quando está só" e "Uma história ou crime de terror".

Sentir culpado teve como situação causadora "Enganar alguém".

Indeciso teve como situação causadora "Escolher entre alternativas de valor igual ou semelhante".

Desconfiança teve como situações causadoras "Quando as pessoas tem atitudes suspeitas para amigo" e "Quando começam a sumir objetos".

Inseguro teve como situações causadoras "Quando não tenho certeza de estar agindo corretamente", "Quando devo falar sobre um assunto que não conheço muito bem" e "Quando não estudei bem para um exame".

Angústia teve como situações causadoras "Quando fico sabendo de sofrimento de outras pessoas e não posso fazer nada" e "Quando brigo com pessoas das quais gosto".

Envergonhado teve como situação causadora "Cometer uma gafe (dar um fora)".

Preocupado teve como situação causadora "Saber que o estado de saúde de familiares, de pessoas próximas ou de amigos que exigem cuidados".

Cansaço teve como situação "Fazer intensamente um esforço físico".

Apresentamos alguns resultados de nossos estudos que parecem ter uma relação com o que se chama de "ansiedade". Esta relação todavia é problemática. Não perguntamos aos sujeitos sobre a definição mais ampla de "ansiedade". Realmente um estado subjetivo chama-se Sentir ansiedade. Mas as duas amostras que utilizamos diferem na escala básica: as normalistas julgam Sentir ansie-

dade - levemente agradável; os universitários, levemente desagradável. De acordo com os meus critérios é uma locução pouco definida. Ou será que ela se refere a um estado tanto agradável quanto desagradável?

Além disso vimos somente um dos aspectos de "ansiedade" e um aspecto apenas pode ser estudado no homem adulto. No entanto, pensamos que esta pequena contribuição possa ser de alguma utilidade no simpósio sobre o conceito de ansiedade.

Essas pesquisas foram financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela Universidade de São Paulo e pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- Boisac, E. - Dictionnaire étymologique de la langue grecque dans ses rapports avec les autres langues. INDO - européennes. 3a. ed. Heidelberg (Alemanha), Carl Winter, 1938.
- Cattell, R.B. - Anxiety and motivation: Theory and crucial experiments. Em: Spielberger, C.D.(org.), Anxiety and havavior. New York, Academic Press, 1966, p. 23-62.
- Davitz, J.R. - The language of emotion. Academic Press, New York, 1969.
- Ekman, G. - Dimensions of emotion. Acta Psychologica 11, 279-285, 1955.
- Ernout, A. e Meillet, A. - Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots. 3a. ed. (Paris). Klincksieck, C. 1951.
- Izard, C.E. - Anxiety: A variable combination of interacting fundamental emotions. Em: Spielberger, C.D. (org.). Anxiety: Current trends in theory and research. Academic Press, vol. 1, p. 55-106. (New York), 1972.
- McNair, D.M. e Lorr, M. - An analysis of mood in neurotics. J.of Abnormal and Social Psychology 69, 620-627, 1964.
- Nowlis, V. - Research with the Mood Adjective Check List. Em: Tomkins, S.S. e Izard, C.E.(org.). Affect, cognition and personality. New York, Springer, 1965.
- Spielberger, C.D. - Theory and research on anxiety. Em: Spielberger, C.D.(org.). Anxiety and behavior. Academic Press, New York, 1966 - p. 3-20.
- Traxel, W. - Über Dimensionen und Dynamik der Motivierung. Zeitschrift für Experimentelle und angewandte Psychologie 8, 418-428, 1961.
- Weiss, E. e English, O.S. - Psychosomatic medicine. Philadelphia, 1950.
- Zuckerman, M. - The development of an affect adjective check List for the measurement of anxiety. J. Consulting Psychol. 24, 457-462, 1960.

ASPECTOS FARMACOLÓGICOS DA ANSIEDADE

Frederico G. Graeff⁺

Substâncias farmacológicas são usadas em seres humanos para aliviar os sintomas de ansiedade. Ao mesmo tempo suas ações comportamentais podem ser estudadas no laboratório em modelos animais. Assim sendo, pode-se testar a correspondência entre a eficácia de drogas na clínica e no laboratório, verificando-se empiricamente a validade dos modelos experimentais da ansiedade humana. Os tranquilizantes menores (meprobamato, benzodiazepínicos) e os sedativos hipnóticos restauram o comportamento suprimido por punição sob diversas condições experimentais. Por exemplo, aumentam a frequência de respostas de pressionar uma barra, dorato, seguidas pela apresentação simultânea de água (reforço positivo), e da aplicação de choque elétrico de intensidade moderada em suas patas (punição). Os tranquilizantes maiores, ao contrário, são pouco eficazes e os psicoestimulantes podem acentuar a supressão. Além dessa correspondência qualitativa, existe uma correlação altamente significativa ($r = 0,97$) entre a dose efetiva mediana que alivia a ansiedade clínica e aquela que eleva a frequência de respostas suprimida por punição, numa extensa série de tranquilizantes menores e sedativo-hipnóticos (L. Cook, 1975, comunicação pessoal). Compostos que inibem a síntese de serotonina no cérebro ou impedem sua atuação sobre os receptores farmacológicos restauram o comportamento suprimido por punição. Além disso, um composto benzodiazepínico, o oxazepam, reduz a taxa de renovação da serotonina no cérebro do rato em doses que restauram o comportamento suprimido por punição. Daí Wise, Berger e Stein (Science 177: 180, 1972) terem proposto que o mecanismo da ação anti-ansiedade dos tranquilizantes menores, seria a redução da liberação de serotonina em circuitos cerebrais envolvidos na frenação do comportamento e na ansiedade clínica.

+ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Conceito de Ansiedade", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

ALGUNS ASPECTOS DA ABORDAGEM PSICANALÍTICA DA ANGÚSTIA

Hona Thain Mantovani⁺

Inicialmente vamos assinalar algumas representações da angústia:

1. Sinal de perigo, que mobiliza no organismo humano, recursos de todos os níveis de funcionamento, com o fim de proteger sua conservação, defesa e auto-preservação.

2. Sinal de desorganização, que em nível elevado, conduz a graves distúrbios da função de defesa e ameaça de desintegração.

3. Manifestação variável em diferentes combinações de graus de perda do controle homeostático do organismo, que leva à luta para dominar e reaver o controle. Neste aspecto ela pode ser encontrada em outros animais superiores, entretanto, no homem, a angústia assume características particulares e especialmente ligadas à sua capacidade de desenvolver uma forma de consciência auto-reflexiva, isto é, ele reflete suas motivações atuais, suas implicações no futuro, no ser e no existir e, finalmente acerca de sua própria ansiedade. Decorrente desta "consciência" de seu próprio ser biológico "desprotegido", surgem outros estados de tensão dolorosa. Fenichel, descreve como estados traumáticos, aqueles em que o organismo é inundado por uma quantidade de excitação que está acima de sua capacidade de controle.

Freud se preocupou com estes e outros aspectos encontrados em sua observação clínica, procurando relacioná-los com a formação de sintomas e manifestações de angústia; formulou uma primeira teoria sobre a formação da angústia, a qual anos depois foi reavaliada e reformulada, sendo que, no final, o próprio Freud assinalou que não considerava a angústia "um assunto liquidado".

Freud procurou, nos seus estudos psicanalíticos da angústia, se afastar do modelo médico daquela época, o qual, segundo Freud, se encontrava na investigação do determinismo anatômico da angústia. Inicialmente propôs a delineação de algumas reações que comumente eram consideradas como "ansiedade" ou "nervosismos" e denominou: angústia real: aquela reação que se apresentava racio-

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Conceito de Ansiedade", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

nal e compreensível correspondendo à percepção do perigo exterior, isto é, um dano esperado e previsto. Admitindo que este tipo teria relação com o reflexo de fuga, propôs que seria uma manifestação do instinto de conservação. Desse modo a angústia real, (AR) terminava com a adaptação:

AR:- atitude racional - comparar forças com a ameaça - ataque, fuga ou defesa - desaparecimento da angústia.

Porém, se o organismo se demora nesta sequência de transformação, prossegue o desenvolvimento da angústia em direção ao que se caracteriza como angústia patológica, onde a angústia é prejudicial ao fim (isto é, impede organização de luta do organismo).

Outras delineações acerca do termo angústia e outros termos afins, realizadas por Freud:

- angústia:- estado afetivo sem objeto exterior ao organismo.
- medo:- há uma reação do organismo e a sua atenção está previamente concentrada sobre uma coisa objetiva, externa.
- susto:- corresponde ao efeito de um perigo para o qual não estávamos preparados por um prévio sinal de angústia. (O homem se defende do susto por meio da angústia).

A angústia, segundo Freud, representa um estado subjetivo provocado pela percepção do desenvolvimento de angústia e que tem caráter afetivo.

Afetivo: compreende determinadas inervações ou descargas e certas sensações, estas podem ser de dois tipos: de correntes de ação motora realizada e sensações diretas de prazer e desprazer que dão o tonus ao estado afetivo.

Mais adiante, Freud se pergunta qual seria no passado do sujeito a impressão mais precôcia que imprimiu o tonus característico da reação de angústia? Ele assume que o ato de nacer seria o único no qual se encontraria aquele conjunto de efeitos de desprazer, tendências de descarga, sensações físicas, constituindo o protótipo de ação que antecede a um grave perigo que ameaça o sujeito, repetindo: se durante a vida inteira, como estado de angústia, a causa da angústia durante o nascimento seria um enorme incremento de excitação consecutivo à interrupção consecutivo à interrupção da renovação de sangue e respiração interna; desse modo resultaria que, a primeira angústia seria de natureza tóxica ("angustiae" = estreiteza = opressão — dificuldade de respirar).

Na sua busca em estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da angústia e o sintoma neurótico, Freud retorna à necessidade de uma interpretação que ligassem o físico e o psíquico; daí

sugere sua primeira teoria sobre a angústia: "quando a libido é reprimida, fica transformada em ansiedade; então reaparece como energia flutuante livre ou como uma equivalente da ansiedade (sintoma): "A ansiedade corresponde a uma moeda geral, corrente, pela qual os afetos podem ser intercambiados quando o seu conteúdo ideativo está sob repressão". "Quando o afeto é suprimido seu destino é ser convertido em ansiedade".

Em resumo: a primeira teoria da ansiedade neurótica diz que os impulsos da libido são sentidos como perigosos; são reprimidos e automaticamente convertidos em ansiedade, a qual pode ficar livre ou flutuante ou se tornar um sintoma.

Em continuação a elaboração de sua teoria através de experiências clínicas, Freud, se viu compelido a reformulá-la dando agora maior ênfase no papel do Ego (inconsciente e consciente): agora, o Ego inconsciente percebe o perigo nos impulsos, dá o signal de angústia que mobiliza a repressão e outras defesas. Nesse ponto apresenta como exemplo o caso do pequeno Hans, menino de 5 anos que se recusava a sair na rua (inibição) por causa do medo aos cavalos (sintomas) pela sua ambivalência com o pai; na presença de sentimentos hostis que causavam ansiedade pela ameaça de virem a ser descarregados contra o pai.

Resumo: o ego percebe o perigo dos impulsos e desenvolve ansiedade; num esforço de evitar ansiedade o ego efetua a repressão dos impulsos ou desejos ameaçadores; o ego é o local real da angústia.

Fontes de angústia, segundo a evolução desde o nascimento: medo da perda da mãe; medo da castração na fase fálica; perda da aprovação do super ego na fase de latência e finalmente, medo de perder a vida.

Como Freud assinalou, a ansiedade tem uma posição central e crucial nas relações mente-corpo porque é um estado afetivo associado com alterações fisiológicas e percepção de seus efeitos. Ela tem um papel importante na economia do organismo como o agente e conseqüente comportamento "adaptativo" ou "perturbado", defesas contra ela ou reações a ela, nas diferentes etapas do desenvolvimento, resultam sintomas agrupados como síndromes especiais psiquiátricas e os elementos fisiológicos determinam distúrbios psicomáticos ou psicofisiológicos.

A seguir passaremos resumidamente pelo enfoque delineado por Melanie Klein e Karen Horney.

Melanie Klein considera que a formação do psiquismo in-

fantil se inicia a partir das ansiedades persecutórias produzidas pelo nascimento e pela adaptação post-natal. O ego presente desde o nascimento tem como principal função dominar a ansiedade. Para isso, usa mecanismos de defesa bem primitivos, isto é, precoces, tais como projeção, introjeção, e "splitting" (mecanismos esquizóides); a seguir diante do medo de aniquilação, perda do ventre materno, se desenvolvem ansiedades depressivas.

Karen Horney representa a figura mais conhecida de um grupo de psicanalistas que embora seguindo os trabalhos de Freud, trouxe novos elementos ao problema de ansiedade, introduzindo na Psicanálise um elemento sócio-psicológico; sua visão mostra principalmente que a angústia surge a partir de relações interpessoais perturbadas. Nessa abordagem, procura dar ênfase à cultura e ao momento histórico. Considera que os aspectos biológicos são importantes, mas, somente na medida em que participam das relações interpessoais. Horney coloca a angústia adiante dos impulsos instintivos: ela refere que os instintos e os desejos não se tornam impulsos exceto quando eles são motivados pela ansiedade: "os impulsos compulsivos são especificamente neuróticos; eles nascem de sentimentos de isolamento e hostilidade e representam meios de lidar com o mundo a despeito destes sentimentos; eles buscam primeiro a segurança e depois a satisfação; seu caráter compulsivo se deve à angústia que se acha atrás deles. Sua concepção de angústia básica da personalidade e as fontes de origem da ansiedade são devidas às contingências do homem frente à natureza morta, etc. Mas, estes sentimentos não é o que leva à angústia neurótica, é o que ela denomina angústia real. Para ela, o conflito típico que leva à criança, é aquele da dependência entre pais e filhos, aumentada pelo sentimento de estar isolada e individualidade - e impulsos hostis contra os pais. A hostilidade deve ser reprimida porque ela depende dos pais. Essa repressão de hostilidade aumenta a sensação de impotência e desvalor. Assim, ela deixa claro que a segurança é essencial como medida contra a ansiedade básica, e o fator mais comum intra psíquico que desperta a ansiedade é a hostilidade.

BIBLIOGRAFIA

Fenichel, O. (1957) - Teoría Psicoanalítica de las Neurosis. Ed. Nova. Buenos Aires.

Freud, S. (1948) - Introducción al Psicoanálisis. In: Obras completas. Ed. Biblioteca Nueva Madrid, vol. I, p. 262.

Freud, S. (1948) - Inhibición, Síntoma y Angustia. In: Obras completas. Ed. Biblioteca Nueva Madrid, vol. II, p. 1235.

May, R. (1950) - The Meaning of Anxiety. The Ronald Press Co., New York.

Segal, H. (1964) - Introdução à obra de Melanie Klein. Companhia Editora Nacional, São Paulo

NEUROFISIOLOGIA DA ANSIEDADE

Maria C. Licco⁺

A contribuição que o fisiologista pode aportar a uma discussão de um quadro de comportamento alterado como o da ansiedade é a apresentação dos modelos animais e as hipóteses de seu mecanismo, baseadas nos conhecimentos atuais da neurofisiologia.

É óbvio que as nossas opiniões devem ser consideradas como hipóteses de trabalho em curso e não como conclusões definitivas.

Pavlov foi o primeiro em estudar comportamento patológico de animais e descreveu a neurose 1) determinando quais os métodos de laboratório que a provocavam. Por exemplo, pode-se provocá-la por:

1. Reforços nocivos muito intensos (e inevitáveis).
2. Reforços nocivos menos intensos mas repetidos.
3. Estímulos não reforçados, prolongadamente apresentados.
4. Discriminações críticas.
5. Reforço gratificante + reforço nocivo associados.

Vamos analisar o que ocorre neste último caso. Um animal (cão), numa situação de condicionamento recebe comida após um EC. Estabelecida a RC, ulteriormente se modifica o esquema de modo que quando recebe a comida sofre um choque elétrico nas patas. Após algumas experiências não só rejeita a comida no cubículo experimental, como se opõe a ser conduzido a ele em outras sessões.

Outra experiência interessante consiste num condicionamento alimentar no qual agora um choque leve é o EC. Através da experiência o animal deixa de apresentar reflexo de defesa ao choque para passar a salivar sem manifestar dor. Se em continuação a intensidade do choque for aumentada progressivamente até um certo grau, o animal continua mantendo a RC, mas se prosseguir aumentando chega um ponto em que o animal não tolera, perde a RC e aparece uma enérgica reação defensiva, com grande excitação geral.

Se essas experiências se mantêm durante dias, nos intervalos das mesmas, o animal fora do local de experiência demonstra ansiedade que pode adquirir uma forma excitada ou inibida. No pri

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Conceito de Ansiedade", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

meiro caso o animal torna-se irritável com a manipulação, mostra-se agitado, a atividade e a agressividade aumentam, rejeita a comida; na conduta social pode se retrair, podendo também apresentar insônia.

Lembro aqui que a ansiedade tem papel dominante na maior parte das neuroses. Na forma inibitória da ansiedade há menor atividade geral, sonolência, ou catalepsia com rigidez (pela rigidez é chamada de pseudo decerebração).

O fato de haver dois tipos de ansiedade experimental (excitada ou inibida) indica que o fenômeno não é uniforme para todos os animais. Segundo Pavlov a alteração patológica do comportamento dependeria não só dos fatores ambientais estimuladores mas também do tipo genético de sistema nervoso sobre o qual incidem esses fatores: quer dizer, há uma interação estímulo-terreno. E também neste último, um fundo importante de carga social (hábitos, experiências anteriores, etc.). Pavlov classificava os cachorros segundo "temperamentos" que iam do extremo colérico ao melancólico passando por dois graus intermédios.

O mesmo Pavlov havia observado que antes da instalação permanente da neurose experimental os animais tinham uma fase pré-neurótica em que as alterações comportamentais eram reversíveis e que apresentavam curiosas características na situação experimental. Ele descreveu uma fase de equalização na qual diversas intensidade de reforço produziam respostas de igual magnitude. Uma fase paradoxal em que só estímulos leves davam respostas. Também uma fase ultraparadoxal em que estímulos não reforçados eram os que produziam respostas.

Outros sintomas da neurose experimental apontados por Pavlov e outros autores são constituídas por uma variedade de alterações vegetativas (viscerais ou autonômicas). Apenas para lembrar a audiência alguns conceitos fundamentais, direi que no organismo dos vertebrados tudo que não é visceral é somático, essas duas grandes divisões orgânicas são controladas por duas grandes divisões do sistema nervoso: o sistema nervoso somático que governa, essencialmente os movimentos corporais e o sistema nervoso visceral vegetativo ou autonômico que regula as funções de vasos, vísceras e glândulas inervadas.

Existem no SN localizações determinadas que quando estimuladas natural ou artificialmente (por estímulos elétricos) produzem respostas típicas somáticas ou viscerais. Assim, se estimularmos o hipotálamo ou sistema límbico, em determinados pontos, podemos provocar por exemplo aumentos intensos de pressão arterial,

variações notáveis da respiração, aumento do tonus muscular, mi-
driase ou seja, aumento do diâmetro pupilar; micção, defecação, eja-
culação, salivação, ativação EEG cortical, etc.

No animal intacto as respostas viscerais são integradas num contexto comportamental definido, formam por assim dizer o pa-
no de fundo que permitem determinadas condutas. Se o animal fren-
te a um perigo não pudesse contar com irrigação suficiente para
sua musculatura, não poderia efetuar a fuga ou o ataque. Então se-
gundo o tipo de respostas viscerais adaptativas o sistema nervoso
autônomo é dividido em simpático ou efator de respostas com gas-
to energético; e o parassimpático efator de respostas que economi-
zam energia. Geralmente os sistemas simpático e parassimpático
guardam uma relação de reciprocidade: a hipertonia de um inibe o
outro. Numa briga predomina a hipertonia simpática, na saciação de
qualquer apetite predomina a hipertonia parassimpática. O simpá-
tico é o sistema de alarme, o parassimpático o do repouso. O sis-
tema simpático e parassimpático são comandados por níveis determi-
nados do SNC: o hipotálamo e o sistema límbico especialmente. No
hipotálamo pode-se dizer que as regiões anteriores quando estimu-
ladas promovem predominantemente respostas parassimpáticas e as
posteriores predominantemente respostas simpáticas.

Voltando aos sintomas viscerais da neurose experimental,
o que se tem observado é que a simples transferência do animal pa-
ra o local do condicionamento neurotizante pode aumentar a fre-
quência respiratória de 5 para 135 por minuto, e essa alteração po-
de persistir respeito ao local neurotizante durante anos, embora
se tenham interrompido os ensaios por longo tempo. Os outros sin-
tomas viscerais também persistem. Também pode haver salivação, pro-
fusa, indicando náusea que pode chegar ao vômito. Pode urinar ou
defecar (de medo a esse local) ter ejaculação. Taquicardia ou au-
mento de pressão arterial ocorre também quase sempre. Interessan-
te respeito a esses sintomas cardiovasculares é que no animal que
não é neurótico só o estímulo condicionado (especialmente associa-
do a uma estimulação nociva) produz aumento de frequência cardí-
ca e de pressão arterial mas que desaparecem nos intervalos de re-
pouso, coisa que não acontece com o neurótico, em que essas alte-
rações persistem. Também parece-nos interessante referir que no
cachorro neurótico taquicárdio a presença do amo ou as carícias
do mesmo podem diminuir a frequência cardíaca de 140 ou 180 a 60
ou 70 por minuto.

Outro fator importante que parece alterado no animal neu

rótico é a reciprocidade das relações entre simpático e parassimpático; assim é possível encontrar após a alimentação que em lugar de haver a vasodilatação gástrica que ajuda a digestão, o neurótico apresenta vasoconstricção (sintoma simpático numa situação que normalmente tem hipertonia parassimpática). Ou por exemplo, o animal neurótico pode estar mostrando agressividade (conduta simpática) e vomitar ou defecar (respostas parassimpáticas).

Na ansiedade clínica as alterações autonômicas também ocorrem. Assim se numa pessoa normal se faz um condicionamento associando uma luz a aplicação de calor numa região da pele, nessa região se produz vasodilatação (inicialmente pelo calor e após o condicionamento também pela luz), se se associa o mesmo estímulo condicionado com a estimulação por frio numa outra área cutânea se observa vaso-constricção. Pois bem, no paciente ansioso pode-se constatar vaso-constricção pelo estímulo quente ou vasodilatação pelo estímulo frio; ou respostas de tipo equalizante, paradoxal ou ultraparadoxal. Outro dado interessante é que experiências interessantes prévias ao condicionamento neurotizante facilitam a neurose experimental. Pavlov já havia observado esse fato, pois o seu laboratório sofreu os efeitos de uma inundação, e os cachorros que passaram medo por essa causa rapidamente mostravam conduta neurótica quando submetidos a métodos de condicionamento nocivo ou discriminativo crítico.

Em crianças se tem observado que a separação da mãe (uma experiência stressante) facilita a neurose.

Em termos gerais a neurose experimental como a clínica é desencadeada ou piora por experiências de medo, ansiedade ou frustração, quer dizer por situações altamente emotivas. Agora, o neurofisiologista tem conseguido localizar estruturas dentro do sistema nervoso central que são responsáveis pelas respostas emocionais. Elas são especialmente o hipotálamo e o sistema límbico, regiões filogeneticamente antigas na evolução dos vertebrados.

No caso da neurose experimental se tem verificado, especialmente quando o reforço é um estímulo nocivo, que há uma ativação do hipotálamo posterior. No caso do método neurotizante por discriminação crítica além do mais há uma ativação da cortex cerebral. (Lembro aqui que a atividade cortical pode ser avaliada pelo traçado EEG, o mesmo responde fundamentalmente a dois padrões básicos: ativação dito de dessincronização - ritmo rápido que aparece nos estados de vigília atenta; e o de repouso ou ritmo lento dito de sincronização. O primeiro ativado acompanha a hiperto-

nia simpática. O segundo de repouso, a hipertonia parassimpática).

No condicionamento do animal normal o estímulo condicionado reforçado se corresponde com uma constelação de respostas de tipo simpático (aumenta atenção, ativa-se o EEG, aumenta o tono muscular, dilata-se a pupila, etc.) que alertam o animal para o reforço subsequente. Entretanto, um estímulo não reforçado provoca respostas de tipo parassimpático (desativação, estreitamento pupilar, relaxamento do tonus muscular e até sonolência). Nos intervalos interensais o equilíbrio autonômico se restabelece. Já no animal neurótico a descarga somato-visceral do condicionamento continua persistentemente alterada verificando-se hipertonia concomitante simpática e parassimpática nos intervalos sem estimulação: vômitos, diarréia, hipertensão arterial, agressividade, atividade EEG com ritmos rápidos e lentos alternantes, etc. Resumindo na neurose experimental o desequilíbrio somato-autonômico se traduz numa alteração da atividade elétrica cerebral (inclusive do lobo frontal e lembro aqui a lobotomia ou seja, a lesão cirúrgica ou ablação desse lobo cerebral alivia a neurose clínica grave).

No início, quando falamos dos métodos neurotizantes pavlovianos, mencionamos que os estímulos nocivos intensos e a soma de estímulo gratificante com estímulo nocivo provocam a neurose experimental.

Podemos agora raciocinar com mais elementos para tratar de correlacionar mais fatores nos mecanismos responsáveis da neurose.

Um estímulo nocivo intenso provoca respostas de defesa acentuadas com hiperatividade hipotalâmica em princípio descarregando respostas simpáticas dependentes da excitação do hipotálamo posterior. Mas quando a intensidade é suficientemente grande a excitação hipotalâmica posterior pode propagar-se e invadir o hipotálamo anterior dando também um conjunto de respostas parassimpáticas concomitantes. No caso de estimulação gratificante e nociva simultânea, acontece o mesmo.

Gellhorn um neurofisiologista que estudou a integração do sistema somato-vegetativo e sua importância em casos experimentais e clínicos de alterações patológicas de conduta como na neurose, na ansiedade e nas fobias, postula uma hipótese funcional para explicá-las que vamos a analisar.

O mecanismo básico das neuroses envolveria uma excitação intensa do sistema simpático que invade o sistema parassimpático rompendo a reciprocidade que normalmente existe entre os mesmos.

Fatores que facilitam essa ruptura induziriam ansiedade e neurose pois as descargas simpáticas e parassimpáticas sobre a neocortex alterariam patologicamente seu desempenho e prejudicariam a atividade aprendida, especialmente além de exagerar o tono efetivo geral do indivíduo. O neurótico ansioso teria uma labilidade especial dos mecanismos integrativos somato-viscerais responsáveis pela perda de equilíbrio desses sistemas.

Experiências diversas realizadas por diferentes pesquisadores apoiariam essa idéia. Sinteticamente poderíamos descrevê-las dizendo que estímulos punitivos presentes ou antecipados, interrupção de uma conduta organizada, e a falta de solução para a punição ou a frustração desenvadeariam o quadro de medo crônico ou seja, da ansiedade. Alguém definiu a ansiedade como o pernilongo no escuro, sabe-se que está perto, mas não se sabe onde. A ameaça funciona para naturezas susceptíveis como um medo real e atual, como um perigo presente: é esse medo que ativaria todos os mecanismos somato-autonômicos num feedback positivo complexo: maior o medo maior a emoção com seu cortejo de sintomas somato-vegetativos que por sua vez aumentariam o medo criando um círculo vicioso angustiante.

Com esse esquema psicofisiológico essencial, qual seria a conduta terapêutica mais adequada para o paciente ansioso? O paciente, o psiquiatra e o psicólogo conhecem muito bem, mas vamos repetir aqui para identificá-lo no contexto funcional aqui proposto.

O mosquito no escuro do ansioso, lhe dá medo, por isso, sua personalidade é hostil ou retraída socialmente. Não pode concentrar-se nos seus trabalhos porque toda sua atenção está voltada para sua própria insegurança, se observa continuamente e se queixa de nervosismo, palpitações, sudorações, vertigens, náusea, dor de nuca ou cefaléia, insônia, etc.. Em termos psicofisiológicos poderíamos resumir dizendo que o ansioso apresenta um conflito paralelamente a manifestações alteradas do equilíbrio nervoso somato-visceral.

Ele necessita perder seu medo, integrar-se socialmente, identificar seus perigos reais, ou seus fantasmas e superá-los solucionando a situação sem saída através da análise psicológica. Além do mais, requer o bloqueio de todas essas descargas somato-viscerais que o tornam miserável. Sobretudo porque como as neuroses experimentais mostram, os sintomas vegetativos persistem anos após a interrupção do condicionamento neurotizante, e o que é inicial-

mente funcional, se torna orgânico como o tempo. Deve-se restituir então o equilíbrio neurovegetativo através de drogas tranquilizantes, ou antidistônicos ou soníferos. E por fim diminuir o feedback positivo ao neocortex reduzindo a hipertonia muscular através de técnicas de relaxamento.

Em resumo: essas três frentes, psíquica, somática e vegetativa devem ser atendidas para tratar todo o quadro eficientemente..

31 de Outubro de 1975 - das 8:00 às 12:00 horas

SIMPÓSIO II

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL NA SOCIEDADE MODERNA

COORDENADOR : Antonio Ribeiro Almeida

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

PARTICIPANTES:

Álvaro Pacheco Duran

Professor Assistente, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia, USP.

Aroldo Rodrigues

Professor Doutor, Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC)

Júlio Miranda Mourão

Professor de Psicologia Social, Departamento de Psicologia, UFMG.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL NA SOCIEDADE MODERNA

Antonio Ribeiro de Almeida⁺

I. Introdução

A Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto escolheu, como tema do seu Simpósio II, nesta V Reunião Anual de Psicologia, "A atuação do psicólogo social na sociedade moderna", que tenho, neste momento, o prazer de iniciar. A colocação deste simpósio se faz por dois motivos: O primeiro é o de relevância. A Psicologia Social adquiriu nas décadas de 60 e, nesta década, uma grande relevância, o que já fora observado por Karl Pribram, dos EE.UU., durante o XIX Congresso Internacional de Psicologia, realizado em agosto de 1969, em Londres. Disse aquele eminente pesquisador que a Psicologia Social seria, junto com a Psicologia Experimental e a Psiconeurologia, um dos ramos da Psicologia que mais se desenvolveria no mundo. O segundo motivo está relacionado com a preparação que faz a Universidade de São Paulo, no sentido de instalar, já no ano que vem, 1976, seu curso de Pós-Graduação em Psicologia Social. Afortunadamente temos, neste simpósio, professores que trabalham em Psicologia Social há muitos anos, tanto ao nível de graduação como pós-graduação, como os colegas Aroldo Rodriguez da PUC do Rio de Janeiro, Álvaro Duran da USP e Júlio Mourão da UFMG. Suas colocações sobre a atuação do psicólogo social poderão, quem sabe, constituir um relevante subsídio para aqueles professores que organizam, neste momento, a pós-graduação na USP. Minha comunicação será desenvolvida em duas partes. Na primeira exporei a atuação clássica do psicólogo social e na segunda, apresentarei uma proposta de atuação no "aqui e agora" da situação brasileira e uma de ordem mais geral, que chamei de preparação para o futuro.

II. Atuação clássica e três linhas de força de atuação

O que faz o psicólogo social na sociedade moderna? Estuda a interação humana nos seus mais diversos aspectos; constro e es-

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "A Atuação do Psicólogo Social na Sociedade Moderna", realizado durante a V Reunião de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

calas de atitude, prediz comportamentos de grupos, estuda estereótipos, preconceitos, transmissão de valores, realiza experimentos - seja no laboratório ou no campo -, conduz pesquisa de opinião pública, estudos de natureza inter e intra-cultural, etc.. Para fazer isto, usa praticamente, instrumentos de toda a Psicologia: testes projetivos, escalas, diferencial semântico, administração de drogas, etc.. Não existe, por outro lado, uma teoria dominante na Psicologia Social. Teorias como da aprendizagem, da dissociação cognitiva, dos jogos, psicanalítica, piagetiana, aparecem ao longo de sua história, com épocas de maior ou menor predominância. Enfim, nestes seus 78 anos de vida de laboratório, a Psicologia Social produziu uma quantidade enorme de dados. Milhares e milhares de páginas foram impressas sobre a Psicologia Social. Mensalmente, um novo livro surge na área de Psicologia Social. Num levantamento que realizei no Contemporary Psychology pude registrar a publicação, em média, de cinco novos manuais de Psicologia Social, nos últimos três anos, sem falar nas reedições de manuais clássicos. Tem a Psicologia Social correspondido à expectativa que o grande público faz da sua ação?

Há 13 anos, Krech e col., na introdução do Individual in Society escreviam com otimismo: "Uma idéia revolucionária está influenciando as reflexões do homem sobre os problemas sociais. Cheio de esperanças, aceita a noção de que as ciências humanas logo serão eficientes para impedir a luta odiosa do homem contra o homem, no preconceito racial e ideológico". E logo a seguir acrescentavam: "Os cientistas sociais se empenham numa extraordinária diversidade de atividades ... sobem escadas, apertam campainhas, entrevistam cidadãos. Nos laboratórios fazem experimentos sobre grupos. Muitos se empenham na ação dirigida, a fim de atingir um mundo tolerante, um mundo pacífico, um mundo melhor". Mas, ao se abrir o jornal da manhã, pode-se ver que o quadro geral é bem outro, pois parece que nestes 13 anos as ciências humanas e, entre elas, a Psicologia Social, não conseguiram influenciar significativamente o homem. Evidentemente não penso que a Psicologia Social sozinha poderia libertar, apenas pela sua atuação, o mundo dos seus complexos e seculares problemas. Os jornais nos revelam, diariamente, masacres que são realizados por grupos de extremistas, sem nenhuma restrição de ordem moral - como se os meios justificassem os fins e, nos quais, crianças, mulheres e velhos são, geralmente, assassinados. É sempre útil lembrar Dachau e Auschwitz, na Alemanha de Hitler; My Lay, no Vietnã; os massacres dos armênios na União

Soviética; Hiroshima e Nagasaki, os ataques quase diários dos palestinos nas ruas de Israel, nos seus aeroportos, como se os seus executores e planejadores estivessem acima e além do Bem e do Mal. Se os nazistas nos deram, durante a Segunda Guerra Mundial, um exemplo de uma obediência sem questionamento, hoje, os membros do Partido Comunista nada lhe ficam a dever. Por outro lado, homens de estado espionam os seus adversários políticos e convidados. Watergate está ainda muito presente em nossa memória. É, portanto, extremamente complexo e instável o contexto social no qual atua o psicólogo social. O quadro é de crise. Crise que já fora denunciada há 63 anos por Spengler na sua "Decadência do Ocidente"; por Jacques Maritain, em 1936, no seu "Humanismo Integral" e, entre nós, pelo jesuíta Leonel Franca, no seu esplêndido livro "A crise do mundo moderno". Esta crise, até a Segunda Guerra Mundial, era de conhecimento de um círculo reduzido de intelectuais. Ela não havia ganhado as ruas. Os meios de comunicação de massa "mass media", sobretudo o advento da televisão, emprestaram ao homem uma consciência planetária. De repente, a farmácia, a praça, a janela, deixaram de constituir o seu "universo". Mas o advento desta mesma tecnologia lhe trouxe uma série de espectros. Vivendo no que alguns chamam um "universo computacional", o homem passou a depender mais e mais da máquina, e, ao mesmo tempo, a temê-la. Sua vida particular é hoje devassada pelos computadores. As perspectivas são algo de alarmante. Hoje, existe a viabilidade técnica de que nos computadores baseados no princípio laser, possam ser arquivadas, em dez fitas de 1.500 metros de comprimento por 2,5 cm de largura, vinte páginas de informação sobre cada indivíduo que vive na terra. Ameaçado de um controle que instintivamente rejeita, pois desconfia do Estado - o homem especula o futuro, escreve ficções como "1984", "A ilha"; convida juristas na UNESCO para que formulem projetos em defesa da sua privacidade. O quadro é, portanto, da mais profunda e radical crise, como nunca se verificou na história do homem.

Atuando num mundo em crise, o psicólogo social vive, por outro lado, uma crise na sua ciência. Crise que foi objeto de uma excelente análise por parte de Berkowitz, num artigo que escreveu em 1970; por K. Weik e por Schelenker, que defende este último com êxito - a possibilidade da Psicologia Social ser uma ciência, contra as teses historicistas de Gergen (1973). A Psicologia Social está portanto, sem um paradigma dominante. Vive-se a época de declínio do que Berkowitz (1970) chamou de "big picture". As teo-

rias cognitivas, embora sejam responsáveis pela maior parte das pesquisas que são feitas na Psicologia Social, não são mais, como nas décadas de 50 e 60, absolutas. Ao lado de toda esta problemática de metodologia da Psicologia Social, existe uma problemática no homem que "faz" Psicologia Social. Ring, num artigo que escreveu em 1967, aponta o que considera uma grave deficiência na personalidade do psicólogo social. Diz ele que falta a esse a pertinência dos colonizadores, e que o psicólogo social é um "homem de fronteira". Pergunto, por outro lado: se o psicólogo social não explora, em toda sua latitude e longitude, os tópicos que estuda, não seria isso um dos resultados das "pressões" a que está submetido por parte da sociedade, para que resolva os seus problemas? Frente a essas "pressões" o psicólogo social não tem tido, provavelmente, o cuidado de ignorá-las e procurar fazer ciência, ao invés de procurar resolver problemas para os quais não está ainda suficientemente preparado. Suas intervenções não produziram os resultados que delas se esperavam, provavelmente por causa das questões de ordem metodológica ainda não resolvidas.

Uma outra questão de ordem metodológica, de máxima relevância, se refere ao lugar onde o psicólogo social testa suas teorias. Tem ele trabalhado mais no campo ou no laboratório? Fried (1973) realizou um levantamento estatístico, no qual mostrou que o psicólogo social tem trabalhado mais no laboratório do que no campo, embora se registre, nos últimos cinco anos, uma tendência de crescente trabalho no campo. A década de 60 levanta sérias e graves questões metodológicas sobre os dados que os psicólogos, de uma forma geral, e o psicólogo social, de uma maneira particular, têm colhido no laboratório. É bem conhecido o "efeito Rosenthal" nos experimentos de Psicologia Social. Os Ss humanos reagem às instruções do experimentador e frequentemente enviam os resultados que são obtidos, pois o sujeito humano, segundo Rosenthal (1961), formula sempre sua hipótese sobre o que dele espera o psicólogo social. Desta forma, e, paradoxalmente, o experimento corre dentro de duas ou mais hipóteses: a do experimentador e a do seu sujeito.

Cabe, neste ponto, fazer algumas colocações sobre a atuação do psicólogo social brasileiro, seja no campo ou no laboratório. A pesquisa social no campo começou, em nosso meio, de uma forma bastante precária, isto é, através dos "surveys". Lembro bem a primeira vez que recebi, na minha casa, um pesquisador de opinião pública, no início da década de 50. Ele vinha me perguntar se es-

tava com televisão ligada e se assistia, naquele momento, uma novela que marcou época: "O direito de nascer". Era um entrevistador do IBOPE. Ele voltou outras vezes e sempre com suas indefectíveis perguntas sobre rádio, TV, pasta dental preferida, sabonete, carro, etc.. Assim, o grande público brasileiro, teve, pela primeira vez contato com um pesquisador social que lhe apresentava questões que não tinham nenhuma relevância social. Tenho receio que durante muito tempo o brasileiro médio identifique pesquisa social com pesquisa de opinião pública. O mesmo já não ocorreu nos EE.UU. onde o povo, desde a década de 30, respondeu a questões de grande relevância social em pesquisas de dimensão nacional.

A pesquisa social não chegou a ser organizada, de uma forma significativa, nas universidades brasileiras. Existem bons momentos, nos quais esse trabalho foi intensificado, para logo a seguir, entrar em declínio. O público brasileiro continua, ao que parece, ainda avesso a responder às pesquisas. O psicólogo social brasileiro poderá, desta forma, permanecer ainda muitos anos no laboratório até que haja um "clima" de confiança - por parte do público - de que os dados que fornecem não serão usados mais cedo ou mais tarde contra ele.

Já nos EE.UU. a pesquisa nos campos tem sido realizada em maior escala. Festinger, Riecken, Schachter (1956) conduziram um estudo de campo, sob os auspícios do "Laboratory for Research in Social Relations", da Universidade de Minnesota, que foi de grande importância para que esses autores testassem inúmeros aspectos da teoria da dissonância cognitiva.

A atuação do psicólogo social está, ao meu ver, hoje representada por três linhas de força. São elas: a) a de reforma social; b) a de tecnologia social; c) a de análise experimental do comportamento social ou análise comportamental aplicada. Elas, em poucas linhas. Os psicólogos sociais que trabalham na linha de reforma social estão preocupados com a questão se as reformas sociais podem ser conduzidas como experimentos. Campbell (1969), num artigo que marcará época na Psicologia Social, apresentou as linhas gerais desta abordagem. Esboçou, aquele autor, nove pontos que devem ser considerados, para que se teste a validade interna dos estudos, que classificou de campo e de projetos "quase experimentais". Ele mostrou as incongruências da análise que a equipe do Gov. Ribicoff deu aos resultados da aplicação de uma lei de trânsito contra velocidade nas estradas. Campbell (1969) não es

tá alheio aos desdobramentos de natureza política que uma análise mais científica das reformas sociais podem trazer para o pesquisador. As reformas sociais, geralmente impostas por decretos-leis, são realizadas em gabinete. Os políticos nem sempre estão em condições de analisar cientificamente os seus resultados e, muito menos, de predizer as prováveis reações das pessoas que por elas se rão atingidas. Segundo Campbell (1969), os EE.UU. e outras nações mais desenvolvidas, estariam preparados para uma abordagem experimental da reforma social que: "...testaria novos programas projetados para resolver problemas sociais específicos e nos quais nós aprenderíamos se estes programas são efetivos". Uma abordagem experimental da reforma social, caso fosse adotada por um estado, poderia, quem sabe, encontrar novas soluções para velhos problemas que têm sido, até agora, enfrentados com abordagens puramente ideológicas (esquerda-direita).

Outra linha de atuação é representada pelo grupo de psicólogos sociais que vem trabalhando na chamada tecnologia social. O que ela é, Varela (1974) descreve no seu livro "Soluções psicológicas para problemas sociais: uma introdução à tecnologia social", que foi recentemente publicado entre nós. Diz ele que a tecnologia social é uma abordagem técnica de problemas sociais e que ele se vale dos princípios de todas as teorias psicológicas, como por exemplo, dissonância cognitiva, teoria da informação, da aprendizagem skinneriana, etc.. Sua aplicação tem se voltado para questões de ordem administrativa nas empresas, seja na avaliação de pessoal, na escolha de um chefe para uma secção, na resolução de conflito entre empregados e patrões, etc.. Mas o que me chamou atenção no livro de Varela foi o seu projeto para o futuro e não os êxitos imediatos que mostra obter com o uso da tecnologia social. Neste ponto ele se aproxima do que tem sido um constante "leitf-motiv" na vida do homem: a criação de uma nova sociedade. Mas para que isto ocorra, Varela (1974) pensa que é preciso uma mudança radical nos paradigmas do pensamento ocidental. Paradigma, ele define como sendo: "... um padrão estabelecido de idéias capazes de guiar as pessoas na solução de problemas...". Enumera 11 paradigmas vigentes na nossa sociedade que precisam ser substituídos. Destaco apenas dois, a título de exemplo. São eles: "O culpa do deve ser punido" e "Todos os homens são iguais", que propõe sejam substituídos pelos seguintes: "Os problemas sociais são resolvidos corrigindo-se as causas e não os sintomas" e "Existem grandes diferenças individuais entre os seres humanos".

A terceira linha de força de atuação do psicólogo social é, a meu ver, representada pelo movimento denominado Análise Experimental do Comportamento Social, segundo Ulrich e Mount Joy (1972), ou Análise Comportamental Aplicada, segundo Baer, Wolf e Riseley (1968) e Hanley (1970). Num artigo que preparei para os "Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada" (no prelo), me detive na caracterização da AECS e suas relações com a Psicologia Social. As pesquisas sociais conduzidas dentro de uma metodologia de AECS, podem ser identificadas pelo seguinte:

- são pesquisas com o uso de poucos organismos (intensive design);
- os conceitos usados são os da análise experimental do comportamento, bem como sua preocupação de rigor no controle das variáveis;
- usam técnicas operantes.

Kazdin (1975), num artigo que publicou no J. of Applied Behavior Analysis, faz uma extensa análise do que chamou de Impacto da Análise Comportamental Aplicada nas diversas áreas de Psicologia. Segundo ele, as áreas que sofreram, até agora, maior penetração, por ordem, foram as seguintes: psicologia clínica, educação especialmente educação dos excepcionais - psiquiatria. Não tendo estendido a sua investigação às revistas de Psicologia Social, não oferece, todavia, que esta penetração tem sido mínima, pelo menos nas revistas clássicas de Psicologia Social, como "Journal of Personality and Social Psychology", Journal of Social Psychology e Journal of Experimental Social Psychology". "É minha opinião que a AECS ainda não dispõe de uma metodologia apropriada para abordagem de complexos problemas sociais, e, talvez por isto, tem se limitado mais a estudos numa área que chamaremos de "remediação social". Existem, contudo, modelos teóricos usados na Psicologia Social que sofrem nítida influência da teoria de aprendizagem skinneriana, como o de Thibaut e Kelley e o de Homans.

Para Grott e Neuringer (1974) a AECS enfatizou o estudo de organismos isolados, e, somente agora, ela se volta para o estudo de dois ou mais organismos em espaços experimentais controlados e em caixa de Skinner mais complexas. É verdade que existem alguns estudos clássicos, nos quais os experimentadores manipularam dois organismos ao mesmo tempo, como os de Daniel (1943), o de Skinner (1962), o de Azrin e Lindsley (1956) e o de Cohen (1962). Coloca-se portanto, como uma urgente necessidade para os analistas experimentais do comportamento, o estudo intensivo de dois ou

ais organismos nas mais diversas situações "sociais" que possam ser criadas no laboratório. Um programa de pesquisa, que observaria a energia e o trabalho de toda uma equipe, seria o de verificar, por exemplo, desempenho de dois Ss isolados nos esquemas de reforçamento clássico na literatura e, esses dois organismos, atuando numa mesma caixa de Skinner, nos mesmos esquemas de reforçamento. A segunda fase pediria, evidentemente, registros que adviriam de observações do comportamento desses organismos, o que, diga-se de passagem, não fazem os analistas experimentais do comportamento, quando trabalham com um só organismo. Por tudo que expus até aqui é que considero a AECS como uma terceira linha de força de atuação do psicólogo social. Expostas estas três linhas de força de atuação do psicólogo social, passo à segunda parte da minha explanação e que chamei de Proposta de Atuação.

11. Proposta de Atuação

Considero, na minha Proposta de Atuação, cinco pontos. Três pontos se referem à situação concreta do psicólogo social em nosso meio, e, dois pontos, são de uma atuação mais remota. São relativos ao "hic et nunc" da situação brasileira os seguintes pontos:

1º ponto: No campo de Psicologia Social - talvez no de toda Psicologia e em outras áreas do conhecimento humano - existe, no momento, um grande "gap" entre a Psicologia Social que se faz no Brasil e a que se faz no exterior, basicamente nos Estados Unidos. Constantemente, os alunos dos cursos de Psicologia formulam uma crítica que se tornou clássica, em nosso meio, sobre a "validade" de experimentos conduzidos em outra cultura. Estas críticas são, até certo ponto, pertinentes, mas não em todos os pontos. Se a Psicologia Social é uma ciência, existem princípios teóricos nela, que devem ser válidos e resistir a um teste experimental em qualquer cultura. Para se verificar, contudo, que princípios ou aspectos de um experimento não são válidos em nosso meio, é preciso que os psicólogos sociais brasileiros realizem réplicas de experimentos clássicos e participem mais intensivamente de estudos transculturais. Um maior intercâmbio entre os psicólogos sociais brasileiros com os americanos, franceses, sanaria esta deficiência. Rodrigues (1967) já chamava atenção para este ponto há 8 anos e formulou, naquela época, um convite para que fosse feita uma psicologia social brasileira. Este convite permanece sem resposta até hoje.

2º ponto: A atuação do psicólogo social no Brasil ganhará, provavelmente, um satisfatório nível de reconhecimento, a partir do momento em que ele mostrar à comunidade o valor de sua atuação. Penso que uma das possíveis formas de conquistar isto, seria a realização por parte do psicólogo social, de um trabalho de assessoria aos congressistas que aceitassem os seus serviços. Poderia, por exemplo, o psicólogo social estudar as repercussões sociais dos projetos que são aprovados no Congresso Nacional, sobre a população atingida por esses. Teria, desta forma, o congressista um "feed-back" da sua atuação, que permitiria a reavaliação do seu curso. Esta assessoria estaria criando as bases do seu poder social e usando, portanto, da força do seu poder especializado, segundo a terminologia de French e Raven (1959). Evidentemente, existem problemas de ordem prática, para que esta assessoria se concretize, mas que são, de maneira alguma, insuperáveis.

3º ponto: É extremamente indesejável que a pesquisa -- em Psicologia Social se desenvolva quase ao sabor do "acaso", ou dos caprichos do pesquisador. Afirmar isto parece que contraria, fundamentalmente, a atitude daqueles pesquisadores que professam uma inutilidade completa e uma liberdade sem limites, do que deve pesquisar. Para esses pesquisadores para quem a pesquisa é um jogo. Não quero aqui discutir este ponto, que é por demais extenso e complexo. Tal postura parece defensável, quando os problemas sociais não alcançam um limite, que diria -- para usar uma linguagem moderna -- "sem retornos". Já sobre esta desorganização que existe no campo da pesquisa científica, chamava-nos a atenção o Padre Teilhard de Chardin há quase trinta anos: "Mas, se exaltamos a pesquisa e dela tiramos proveito, com que desordem não pesquisamos ainda hoje". (Chardin, apud Rideau 1965, p. 209). Como existem sinais de que os problemas sociais caminham para uma situação "sem retorno", parece justificável que os pesquisadores e, entre eles, o psicólogo social, tracem um programa de ação que se volte para estudo dos problemas que estão tornando a vida moderna insuportável para milhões de homens. Lembro-me, aqui, do grande esforço de pesquisa que foi feito pelos físicos atômicos, sob a orientação de Robert Oppenheimer, para que os Estados Unidos tivessem, em pouco tempo, a bomba atômica. Caso o desenvolvimento da pesquisa atômica tivesse seguido ao capricho dos pesquisadores, enfim, desorganizada, chegariam os físicos à produção da bomba tão rapidamente como chegaram? Se este esforço foi feito uma vez na história não poderia, agora, ser repetido? Existem problemas que estão

à espera da mesma concentração de esforços, para sua correta diagnose e solução, como o do átomo em 1943. Se me fosse dado apontar dois problemas, indicaria os seguintes: agressividade e planejamento de uma nova cultura.

4º ponto: Os psicólogos sociais brasileiros precisam interagir mais sistematicamente e com mais frequência. Um jornal de circulação interna (entre os psicólogos sociais) talvez fosse um passo neste sentido. Esse jornal informaria sobre os projetos em andamento nas diversas Universidades brasileiras relativos à Psicologia Social, constituição de equipes interdisciplinares, programas de curso, estágios no exterior, etc..

5º ponto: A experiência de outras associações de psicólogos em outros países recomenda que os psicólogos brasileiros precisem, urgentemente, se agruparem em torno de uma poderosa sociedade de psicologia, de amplitude nacional, que possa representar a classe junto aos centros de poder, editar revistas, ter divisões - como a American Psychological Association (APA) - que acolham os psicólogos que trabalham nas mais diversas áreas. O psicólogo social poderá contribuir nesse processo de aglutinação dos psicólogos. Uma possível forma de contribuição poderia estar, por exemplo, no levantamento das inúmeras sociedades de psicologia que existem no país e numa análise crítica de atuação das mesmas.

Cabe-me agora, percorrer sobre a parte final, desta comunicação e que intitulei de Preparação para o Futuro. Minha proposição é colocada para ser discutida e se resume no seguinte: o psicólogo social pode preparar o futuro. Em 1974, falando para os Superiores Maiores dos Jesuítas, o Pe. Pedro Arrupe, chamou-lhes a atenção para o "Futuro da Vida Religiosa". Se pudesse, transcreveria aqui toda sua reflexão, porque penso que ela se aplica, sob muitos aspectos, à formação que deve ser dada ao psicólogo social. Espero, evidentemente, que o leitor não envieie, a partir de agora porque citei um pensador católico - que minha colocação tenha algo de apologética do Catolicismo. Seria, aliás, um péssimo psicólogo social aquele que enviesasse minha colocação, pois mostraria ignorância do experimento de ASCH (1948). Para preparar o Futuro, o psicólogo social precisa, no dizer de Snow (apud Arrupe 1974, p. 62) levar "O Futuro nos seus ossos". Reconheço que é difícil objetivar esta afirmação para um cientista que está acostumado a definições operacionais, controle de variáveis, etc.. Mas levar o futuro nos ossos implica em trabalhar com esperança. Muito do trabalho que o psicólogo social realiza hoje em dia está fadado ao de-

saparecimento. Ele, por sua vez, percebe os limites do seu trabalho, mas não pode, por enquanto, projetá-lo numa dimensão mais ambiciosa. O presente pode parecer fechado ao psicólogo social e, os seus problemas, insuperáveis: polarizações ideológicas, racismo, agressividade, guerras, etc.. Mas se o psicólogo social tiver desenvolvido a consciência de que seu trabalho pode preparar o Futuro, ele o fará com mais esperança, o fará - de acordo com a linguagem dos existencialistas com outra "intencionalidade". Preparar o Futuro é, por outro lado, o trabalho para várias gerações de psicólogos sociais. Uma crença deverá também alimentá-lo, a de um progresso de sua ciência, além do que espera. Acho extremamente curioso - para os que argumentam contra o progresso da vida em sociedade - que hoje em dia não sejam mais colocadas fronteiras para o desenvolvimento das Ciências Biológicas. Tenta-se a síntese da vida em laboratórios, reproduções de bebês em provetas, controles de comportamentos como os de "amor", "prazer", "sede", "fome", estão nas mãos dos psicofarmacologistas. A vida social continua, entretanto, guiada por princípios oriundos de discutíveis ideologias filosóficas, que refletem intuições sobre o comportamento humano da Ciência da época grega ou romana. Os estereótipos dessas épocas circulam milhões de vezes: "O homem é um ser racional". "O homem deseja naturalmente o saber". "O bom senso é a coisa mais bem distribuída no mundo", etc.. Contrariando Aristóteles e Descartes, a ciência do comportamento mostra que a "racionalidade" e o "bom senso" não são predicados tão universais assim. Para mim, aliás - perdoem-me a irreverência - o homem é um "candidato" à racionalidade. Quando ele a alcançar, isto é, quando exercer plenamente sua reflexão, ganhará a sua dimensão humana.

O psicólogo social pode preparar o Futuro, na medida em que contribuir para uma desmitificação das "ideologias" que têm levado milhões de homens ao holocausto das guerras; das superioridades raciais e se colocar, afinal, às "idéias" a serviço do homem. É curioso como nos tornamos rapidamente escravos de nossas "ideologias" afinal, das nossas criações. Elas são econômicas porque logo permitem a criação de estereótipos com que nos classificamos: "negro", "gringo", "judeu", "capitalista", "burguês", "comunista", "fascista", etc.. Enquanto estas classificações, tão fáceis de serem "manipuladas", fundamentarem os trabalhos "científicos", acho que não iremos muito longe. Diria, desta forma, que o psicólogo social poderia mostrar que o "peso" destas classificações - tão fáceis de eliciarem respondentes e tão pouco científicas - dificultam tremendamente a interação entre os homens. Enquanto eles in-

formarem a relação humana não iremos muito longe.

O psicólogo social pode auxiliar na preparação do Futuro, na medida que auxiliar o homem a se levar mais a sério. É um grave problema criar esta atitude num nível mais amplo. Implicaria, provavelmente, num convite a cada homem, de olhar-se como um projeto, isto é, como algo inacabado num contexto cósmico que ainda não compreende muito bem, mas que intue ser grandioso. Afastar para longe a idéia de ser "acabado". Chardin (apud Rideau, 1965) chama-nos a atenção para este problema. "Uma das ilusões mais nefastamente desenvolvidas no curso da história, no coração do Homem, é a pseudo evidência do seu acabamento e sua fixidez". Nietzsche (1974) também - mas numa outra perspectiva da de Chardin - chama a atenção para este ponto: "O homem é uma corda, atada entre o animal e o além do homem, uma corda sobre um abismo" (p.235). Aceltando-se como um projeto, o homem poderá, quem sabe, olhar para o Futuro e compreender o quanto relativa é a problemática que enfrenta agora. Esta mesma relatividade é mostrada quando se examina a História Humana, e o quanto ridículos foram os problemas levantados entre as nações e que suscitaram conflitos armados. O Futuro mostrará, provavelmente, o ridículo que existe nos "problemas" do século XX. O psicólogo social junto com outros especialistas das ciências, poderá dar uma modesta, mas relevante contribuição na construção deste mundo novo. Chame-se ele: Cidade do Sol, Utopia, Nova Atlântida, Cidade Feliz, Shangrilá, Malden II, ou Jerusalém Celeste, ele está à nossa espera agora, mais perto do que nunca, porque: "In the behavioristic view, man can now control his own destiny because he knows what must be done and how to do it". (Skinner, 1974).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A.R. - É possível o estabelecimento de um contexto comum entre a análise experimental do comportamento social (AECS) e psicologia social? Arq. Brasil. Psicologia Aplicada (no prelo).
- Arrupe, P. - O Futuro da Vida Religiosa. In: Anuário da Companhia de Jesus. Ed. portuguesa, p. 61-79, 1975.
- Asch, S.E. - The doctrine of suggestion, prestige and imitation in social psychology. Psychological Review 55, 250-276, 1948.
- Azrin, N. & Lindsley, O.R. - The reinforcement of cooperation between children. J. Abnormal and Social Psychol. 52, 100-102, 1956.
- Baer, S.M., Wolf, M.M. & Risley, T.R. - Some current dimensions of applied behavior analysis. J. Applied Behavior Analysis 1:91-97, 1968.
- Berkowitz, L. - Theoretical and research approaches in experimental social psychology. In: Gilgen, A.R. Contemporary Scientific Psychology. Academic Press, New York, 1970.
- Cohen, D.J., Justin and his peers: - An experimental analysis of a child social world. Child Development 33: 697-717, 1962.
- Campbell, D.T. - Reforms as experiments. Amer. Psychologist 24(4): 409-430, 1969.
- Daniel, W.J. - Higher order cooperative problem solving in rats. J. Compar. Physiological Psychol. 35: 297-305, 1943.
- Festinger, L., Riecken, H. & Shachter, S. - When prophecy fails: an account of a modern group that predicted the destruction of the world. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1956.
- Franca, L. - A crise do mundo moderno. Ed. Agir (4ª edição), Rio de Janeiro, 1955.
- French, J.R.P. & Raven, B. - Studies in social power. In: Cartwright, D., Zander, A. Group Dynamics: Research and Theory. N. York, Harper, 1960.

Gergen, K.J. - Social Psychology as History. J. Personality and Social Psychology 26(2): 309-320, 1973.

Grott, R. & Neuringer, A. - Group behavior in rats under schedules of reinforcement. J. Exper. Analysis of Behavior 22(2): 311-321, 1974.

Hanley, E.H. - Review of research involving applied behavior analysis in the classroom. Review of Education Res. 40, 1970.

Kazdin, A.E. - The impact of applied behavior analysis in diverse areas of research. J. Applied Behavior Analysis 8(2): 213-229, 1975.

Fried, S.B. - Ten years of social psychology: Is there a growing commitment for field research? Amer. Psychologist 28:155-156, 1973.

Krech, D., Crutchfield, R.S. & Ballachey, E.L. - O indivíduo na Sociedade: Um Manual de Psicologia Social. Trad. brasileira de Dante Moreira Leite e Myriam Moreira Leite do original americano editado pela McGraw Hill Book, 1962, Pioneira, SP., 1969.

Maritain, J. - Humanisme Integral. Ed. Payot, 1936.

Nietzsche, J. - Assim falou Zaratustra: um livro para todos e ninguém. In: Obras Incompletas. Trad. brasileira de Rubens Rodrigues Torres Filho, Edit. Abril, São Paulo, 1974.

Rideau, E. - O Pensamento de Teilhard de Chardin. Liv. Morais Editora, Lisboa, 1965.

Ring, K. - Experimental social psychology: some questions about some frivolous values. J. Exp. Social Psychol. 3:113-127, 1967.

Rosenthal, R. - On the social psychology of the psychological experiment: the experimenter's hypothesis as unintended determinant of experimental results. In: Symp. "On the Social Psychology of the psychological experiment". N.York, Sept., 1961.

Rodrigues, A. - Novos campos da psicologia social. Arg. Brasil. Psicotécnica 3: 9-12, 1967.

Skinner, B.F. - Two "synthetic social relations". J. Exp. Analysis Behavior 5: 531-533, 1962.

Skinner, B.F. - About Behaviorism. A.A. Knopf, New York, 1974.

Schlenker, B.R. - Social Psychology and Science. J. Personality and Social Psychology 29(1): 1-15, 1974.

Ulrich, R.E. & MountJoy, P.T. - The Experimental Analysis of Social Behavior. Appleton-Century Crofts, N. York, 1972.

Varela, J. - Soluções psicológicas para os problemas sociais: uma introdução a tecnologia social. Trad. brasileira de A. Cabral, Edit. Cultrix, São Paulo, 1974.

Welck, K.E. - Social psychology in an era of social change. Lecture presented to the Claremont Graduate School, March 20, 1969.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL NA SOCIEDADE MODERNA

Álvaro Pacheco Duran⁺

Inicialmente, gostaria de sugerir que o tema proposto, - A Atuação do Psicólogo Social na Sociedade Moderna - pudesse ser tratado de uma maneira mais ampla do que aquela em que ele já está colocado. Embora a restrição a aspectos de um problema possa, via de regra facilitar a análise, neste caso tal restrição poderia falsear essa análise. Isso porque, parece-me, a designação psicólogo social ou se derivaria de um comprometimento com uma área acadêmica, - no caso - Psicologia Social - ou corresponderia a uma categoria profissional de aplicação de conhecimento e técnicas psicológicas. Como pretendo adiante discutir, nenhuma das duas alternativas nos permite identificar limites claros para o comportamento do psicólogo que estaríamos enfocando, o psicólogo social.

Entendê-lo como comprometido com, no sentido de conhecedor de e trabalhando em Psicologia Social nos remete ao problema sério de caracterização da Psicologia Social. Na verdade, parece que esse é um falso problema que nos é imposto por uma tradição classificatória que temos carregado dentro da Psicologia e que nos obrigaria a definir não apenas a Psicologia Social mas todas as Psicologia, Psicologia da Personalidade, do Desenvolvimento, Psicologia Comparativa, etc.. No entanto, parece-me que esta tradição classificatória não tem benefícios a nos apresentar. A Psicologia como um todo está comprometida com a busca de variáveis que determinam o comportamento que ocorre em um organismo. Poderíamos concordar com Zajonc, como de fato concordamos, quando diz que o termo Psicologia Social se aplicaria no momento em que as variáveis independentes escolhidas para investigação dissessem respeito a outro organismo. Acrescentando a isso o que diz Keller poderíamos vir a entender a Psicologia Social como interessada no comportamento social ou seja, aquele comportamento funcionalmente relacionado a variáveis provenientes de outro organismo - os estímulos sociais. A dependência e a interdependência de comportamentos entre

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "A Atuação da Psicologia Social na Sociedade Moderna", realizada durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

organismos nos daria a definição buscada.

Se não tomarmos como um princípio a priori que o estudo dessa dependência e interdependência deve exigir um conjunto especial de conceitos e leis - e parece-me que não há razão para esse apriorismo - a definição anterior poderia ser uma conceituação suficientemente abrangente para a Psicologia Social. Mas ela é provavelmente abrangente demais e em grande parte esvaziaria os outros rótulos da Psicologia. Certamente não são os assim chamados psicólogos sociais que lidam, podem ou devem lidar com a causação social do comportamento. Essa causação estaria necessariamente presente na Psicologia da Personalidade, na Psicopatologia, além de estar presente em outros níveis de análise como Sociologia e Antropologia. Talvez se pudesse dizer que a Psicologia Social é feita ou pode ser feita tanto dentro quanto fora dos limites atuais, arbitrários, do seu campo que, como nos outros, foram estabelecidos mais por força da tradição do que pela especificidade da área.

Essa é uma das razões pelas quais julgo conveniente a estender o tema até esta visão tão abrangente do psicólogo social.

Por outro lado, se estivéssemos pensando em caracterizar esse psicólogo social como uma categoria profissional, acredito que não teríamos muito sucesso. Pelo menos no nosso meio, não existe o psicólogo social como uma profissão de limites precisos. Essa imprecisão e a imprecisão de classificações consagradas como psicólogo clínico e psicólogo escolar fica ainda mais óbvia quando se analisam as funções desempenhadas por estes últimos profissionais. É provavelmente um desafio encontrar entre eles algum que não lide com comportamento social. É segundo a conceituação que havíamos adotado, por aí se caracterizaria o psicólogo social. Na clínica, na escola, na empresa, para citar as divisões clássicas, o psicólogo está a todo momento se defrontando com problemas de comportamento. E o comportamento humano é predominantemente um comportamento social.

Por esta outra razão parece adequado estender ainda mais o tema deste simpósio. Acho preferível discutir sobre a atuação do psicólogo na sociedade moderna. Não acredito que seja uma pretensão maior. A complexidade deste tema é a mesma existente na formulação original. Por outro lado, o enfoque ditado por uma preocupação social fica garantido pela segunda parte do tema - na sociedade moderna.

É conveniente acrescentar que podemos estar cientes da necessidade de especialização decorrente do desenvolvimento cien-

tífico. Mas ela é imposta por uma limitação do cientista ou do profissional e não dos fatos com que eles trabalham. E quando falamos do papel do psicólogo na sociedade estamos falando das relações entre eles e esses fatos, necessariamente complexos e multideterminados. A sua idiossincrática formação ou uma circunstancial colocação dentro do quadro da organização social que lhe vale títulos como os de psicólogo escolar ou selecionador de pessoal podem situá-lo melhor ou pior na tentativa de lidar adequadamente com o comportamento. Mas qualquer que seja esta formação ou qualquer que seja essa posição, a realidade de seus fatos deve ou deveria exigir dele um tipo de postura que seria a do psicólogo social: a preocupação com as consequências do comportamento de um organismo sobre o comportamento de outros organismos.

Creio que aqui estamos entrando efetivamente no tema que nos interessa. O psicólogo tanto escreve os controles existentes nas relações entre as pessoas como ele próprio atua, diretamente, como um participante nessas relações de controle.

A primeira dessas funções corresponderia ao mito de ciência pura onde o cientista busca desinteressadamente o conhecimento e não interfere sobre os processos que descreve, nem sofre interferências no seu trabalho. Como é claro, isso é mito. Para não ir longe na análise, grande parte de suas decisões e da viabilidade de seu projeto se determinam por forças sociais mais ou menos difusas ou pelo menos pela particular história do pesquisador que canaliza para sua pesquisa as influências que ele próprio sofreu. Além disso, o simples fato de que comunica seu trabalho à comunidade científica ou à comunidade em geral, já o tira do terreno da neutralidade. De alguma forma o seu comportamento, via produção científica, exerce controle sobre outros e poderíamos chamar a isso de um controle indireto.

Na segunda das funções, tanto ao nível da pesquisa quanto ao nível profissional, o psicólogo atua diretamente sobre o comportamento de seus sujeitos ou porque é essa a relação primordialmente importante ou porque ela é importante para a interferência em outra relação.

Assim, ao apresentar dados de observação sobre o comportamento de decisão em grupo em várias situações ou ao relatar resultados experimentais que identificam variáveis importantes na formação ou mudança de atitudes ou que identificam esquemas de reforçamento mais poderosos, o cientista está entregando à comunidade uma instrumentação de controle, consolidada ou não em uma tec-

nologia. Do mesmo modo, ou mais abertamente ainda, ao selecionar pessoal para a indústria, ao fazer orientação vocacional, ao atuar como consultor em publicidade, ao funcionar como psicólogo escolar ou na clínica com técnicas ditas diretivas ou ditas não diretivas, o comportamento do psicólogo tem como consequência um certo tipo de controle de relações sociais.

Não é preciso dizer o significado e o perigo disso. E pouco importa que esse não é um problema só da Psicologia. Ele é também da Psicologia. Também nosso e, num certo sentido, principalmente nosso. Nosso porque, afinal, todo o problema da utilização da ciência e da tecnologia surge no momento - em que certos comportamentos se concretizam. E o comportamento é o nosso campo. É a nossa maneira de utilizarmos a nossa ciência e a nossa tecnologia é um dos nossos primeiros problemas, o momento em que o psicólogo defronta a sua atuação com a sociedade onde vive.

A esse respeito, parece que são possíveis quatro posições. Primeiramente, a negação do conhecimento científico ou da técnica como um valor válido. Embora pareça pouco provável que tal posição surgisse dentro da própria comunidade científica, devemos convir que a incoerência de comportamentos facilmente se estabelece em certas condições. Para uma posição como essa, a tecnologia se confundiria necessariamente com tecnocracia e a ignorância sobre o controle deveria suprimi-lo das relações humanas. Felizmente tivemos tempo de saber que as coisas não são bem assim. Suprimir a ciência não resolveria os problemas que ela tenta solucionar e teríamos abolido talvez a mais promissora alternativa para solucioná-los.

De qualquer modo, essa não é uma opção viável. O desenvolvimento ocorrido é irreversível.

Uma segunda posição, possível e bastante frequente, curiosamente minimiza os perigos do controle porque, apoiada em modelos explicativos do comportamento que o referem basicamente a causas internas não está em condições de explicitar essas relações de controle. Tomando a liberdade individual como pressuposto inquestionável não são capazes de ver onde os seus procedimentos colidem com tão caro princípio. Não se trata aqui de retomar as velhas discussões behaviorismo versus cognitivismo. Trata-se apenas de verificar que o que você faz, no laboratório, na sala de aula, no consultório ou no departamento de uma indústria, podem ter e têm consequências sobre as relações existentes entre outras pessoas. A natureza e a intensidade dessas consequências é o proble-

ma ético básico do psicólogo na caracterização do seu papel social.

Uma terceira posição é aquela que admite o controle e até o ponto de partida. O psicólogo sabe que sua atuação profissional interfere sobre o funcionamento social. Mas toma isso como ponto final. Ele faz o que tem que fazer, o que lhe pedem para fazer ou o que é praxe fazer. Ele não emite juízos sobre a direção da sua ação. Se chega a emitir esses juízos, geralmente o faz tomando como referência um quadro de valores que valida a sua ação mas que só é compatível com uma análise muito simplista das relações humanas. Ele controla mas seu controle é sempre benéfico. Ele seleciona empregados para uma indústria e isso só traz vantagens para todos. O empregado saberá realizar as tarefas de sua função, trabalhará com prazer, acatará gentilmente as determinações gentis. Ele orienta vocacionalmente alguns alunos e estes encontrarão a profissão em que poderão realizar-se. Ele ensina técnicas de sala de aula que levam os alunos a uma maior concentração no raciocínio matemático. Ele ajuda a tornar popular um novo eletrodoméstico que aumenta o tempo de lazer da dona de casa, permitindo a ela mais tempo livre e maior disposição emocional para relacionar-se produtivamente, com o marido e os filhos.

Mas a sua análise não vai além. Não vai ao ponto de identificar que sua atuação fortalece diferenças de classe, aumentando a produção da empresa, por conseguinte o seu poder de controle. Que sua atuação intensifica a crença de que as diferenças individuais, sem questionar de onde elas provêm, levam a diferentes escolhas profissionais, desviando a atenção de educadores das condições em que a experiência de vida se processa e nessa medida, diminuindo a probabilidade de que se comportem nessa direção. A sua análise não vai ao ponto de ver que a maior concentração em matemática foi acompanhada de uma maior competição com os colegas de classe, constituindo-se num treino para o funcionamento numa sociedade competitiva fundada no lucro. Não vai ao ponto de ver que o novo eletrodoméstico representa um ganho de uma pequena classe e uma nova privação da maioria.

Enquanto a segunda posição faz-nos voltar os olhos para o amistoso e inacessível interior humano, podendo tirar de foco os óbvios controles observáveis e nos deixando, portanto, mais indefesos frente a eles, a terceira posição os torna explícitos mas corre o risco de desenvolver uma tecnologia que apenas os intensifica.

Creio que é possível pensar em uma quarta alternativa. Aquela que não teme o controle como uma ficção mas que o enfrenta como uma realidade cujos riscos é preciso levar em conta, incluindo-os como um próprio objeto de estudo. Uma posição que, reconhecendo a existência da interferência, busca selecioná-la em função de uma análise de suas consequências. O psicólogo aqui assume integralmente a responsabilidade de sua atuação e busca colocar-se em um processo contínuo de confronto com os efeitos sociais de seu comportamento. Descompromissando-se integralmente do mito da neutralidade científica, a sua atuação é claramente seletiva. Escolhe algumas direções para o seu trabalho e recusa outras. Mas ainda, sabedor de que essas escolhas são comportamentos, por sua vez determinados, procura colocar-se em condições de discriminar essas determinações, primeiro passo para alterá-las, num procedimento que tem sido chamado de contra controle. Desse modo, o benefício social amplo, até onde ele puder discriminá-lo se constitui num critério para sua ação.

Dentro desse quadro, o psicólogo deverá, no seu trabalho de pesquisa, procurar explicar os controles que regem as relações sociais de tal modo que seja possível alterá-las na direção de um equilíbrio das influências recíprocas entre os membros envolvidos. Escolherá para análise aquelas relações que exemplificam formas generalizadas de controle social de modo que a relevância de seu trabalho se meça pela magnitude do problema social envolvido. Mais além da descrição, seria desejável que o seu trabalho procurasse ou permitisse derivações tecnológicas, que estivessem a serviço desse equilíbrio e nunca que intensificassem o desequilíbrio.

No entanto, a esse respeito não parece que tenhamos ido muito longe. A Psicologia que temos desenvolvido apenas consegue mover-se dentro dos estreitos limites da classe onde esse desenvolvimento se deu. Temos feito uma psicologia de classe média. Como bem lembra a Profa. Sylvia Leser de Mello, num artigo do número 1 da revista "Psicologia", as populações menos afortunadas estão fora do benefício que essa Psicologia possa fornecer. Nada sabemos dos valores, dos padrões de comportamento dessas populações. Nós e nossos alunos sequer conhecemos a sua linguagem. Nossos testes selecionam os mais aptos e os mais aptos são aqueles que possuem melhores condições de vida. Encaminhamos profissionalmente aqueles sujeitos cuja riqueza de experiência permitiu-lhes defrontar-se com um problema de decisão. Nossos consultórios estão abertos para aqueles que, podendo pagar nossos honorários, falam uma linguagem que entendemos e entendem a linguagem que falamos.

Sofisticamos os métodos de ensino mas a maior eficiência exige repertórios já previamente mais elaborados. Em resumo, nosso trabalho facilita a escalada social para aqueles que já estão em melhores condições para consegui-la tornando a desigualdade mais aguda.

Somente na medida em que, de alguma forma, os beneficiários de nosso trabalho se ampliem para além dessas limitações, o psicólogo estará cumprindo integralmente o seu papel na sociedade. Esta colocação não tem a ingenuidade de propor a Psicologia como a salvadora do mundo. Pretende apenas enfatizar a necessidade de o psicólogo voltar-se ainda que pelo processo lento mais inevitável de acumular dados e progredir em pequenos passos, para os temas que não só estão afligindo a grande maioria do grupo social mas provavelmente se constituíram em dramas eventualmente catastróficos. Os problemas de relações humanas envolvidos em assuntos como super-população, distribuição e utilização de recursos médicos, poluição, higiene, urbanização, industrialização, educação de populações marginalizadas, etc., se tornarão cada vez mais graves enquanto a psicologia e outras ciências mantiverem os seus recursos canalizados para direções tão restritas, como as atuais. Dizer que problemas de tal magnitude pertencem ao âmbito político, sociológico ou econômicos é considerar apenas os outros lados do problema. O nível de análise do comportamento tem a sua contribuição para ser dada. Como já disse, identificando e explicitando as variáveis determinantes do comportamento individual e derivando técnicas que alterem essas relações na direção do equilíbrio no controle mútuo.

Isso certamente não será produto só do laboratório. Mas principalmente, da observação e atuação direta do mundo concreto das interações, algo como um experimento social. Como quer Toffler, ao apresentar a face otimista do mundo do futuro, a diversificação e variedades resultantes da aceleração das mudanças sociais podem criar condições propícias para uma interferência mais rigorosa segundo o modelo científico. Essa diversidade, quer como produto aleatório quer como produto de planificação cultural, seguindo o exemplo de Walden II, constituiriam campos de observação e espaços experimentais onde os cientistas do comportamento poderiam buscar as inúmeras respostas empíricas que lhes faltam para poder oferecer aquelas desejáveis contribuições anteriormente referidas.

Ainda que essa seja uma fantástica visão acerca do futuro, o momento presente não é nada pobre em opções. Inúmeras popu-

lações institucionalizadas como deficientes mentais, portadores de defeitos físicos, asilos de velhos, orfanatos, internatos, inúmeros grupos como funcionários de uma empresa, a população de uma escola, de moradores de uma favela, etc., constituem-se num campo aberto de trabalho cuja validade deverá ser avaliada pela extensão de benefícios para essas populações e é conveniente grifar para essas populações.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL NA SOCIEDADE MODERNA

Aroldo Rodrigues⁺

I - INTRODUÇÃO

Talvez em nenhuma outra época de sua história foi a psicologia em geral, e a psicologia social em particular, tão solicitada pela sociedade. O fenômeno é fácil de ser compreendido. O mundo atual exerce sobre o ser humano pressões jamais verificadas em épocas anteriores e solicita comportamentos, quer de ajustamento pessoal quer de intervenção social, que estão a reclamar os eventuais benefícios que a psicologia pode propiciar. O número sempre crescente de candidatos a cursos de psicologia, assim como a incrível demanda de especialistas nas várias formas de psicoterapia, refletem a importância que a psicologia assume para a sociedade moderna. A atividade verdadeiramente frenética de processamento de informações a que somos submetidos hoje em dia não raro nos conduz, se me permitem a analogia com o setor de análise de sistemas, a um verdadeiro estado de overload. Quando saturamos um computador com uma quantidade excessiva de inputs de tal sorte que ele não os pode processar a todos, quer por incapacidade física, quer pela rapidez da sequência de apresentação, a máquina registra um estado de overload e se ajusta a esta situação. Às vezes ignora certos comandos ou os mantém em compasso de espera até que o comando anterior tenha sido executado; outras vezes, recusa-se simplesmente a operar. Com a transformação do mundo numa aldeia global, a global village de que nos fala McLuhan, o homem moderno dos países desenvolvidos, ou o que vive em centros relativamente avançados dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, é constantemente bombardeado por um volume intenso de informações capaz, não raro, de causar-lhe um estado de overload ao qual não é fácil ajustar-se, daí decorrendo as situações de stress psicológico tão comum na nossa sociedade. Acrescentando-se a isso as várias situações de tensão da vida moderna nos centros urbanos de maior densidade populacional - tais como o tráfego, a irritabilidade das pessoas, o congestionamento das linhas telefônicas, as filas nos guichets de pagamento, recebimento, postos de saúde, correios, etc., e os inúmeros outros fatores de tensão que seria en-

⁺ Comunicação apresentada no Simpósio: "A Atuação do Psicólogo Social na Sociedade Moderna", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

res desta revolução em direção à "relevância" e em oposição, vela da por vezes e declarada por outras, aos trabalhos do cientista de laboratório, preocupado ainda em estabelecer relações de dependência entre variáveis sob as condições ideais de controle. Repetirei agora estes indicadores, remontando a publicações de 1969.

Em abril de 1969, Donald Campbell publicou no American Psychologist o seu influente artigo intitulado Reforms as Experiments no qual se vê, claramente, o anseio de colocar os conhecimentos da psicologia a serviço da solução dos problemas sociais contemporâneos. Neste mesmo ano, o último número desta mesma revista, publicou os discursos presidenciais de George Miller e Morton Deutsch, ambos dedicados à relevância social da psicologia e à necessidade de os psicólogos se conscientizarem da missão que tem a desempenhar na resolução dos problemas sociais de nossa época.

Em 1970, uma publicação da American Psychological Association intitulada Psychology and the Problems of Society é totalmente dedicada ao problema de relevância social da psicologia. Neste volume encontramos artigos, como o de Bernard Baurim, por exemplo, que assevera ser imoral um trabalho de pesquisa cuja relevância social não seja inequívoca.

Em 1971, Irvin Silverman declarou o seguinte: "Se a tendência dos anos 70 continuar, esta era nas ciências sociais e em outras mais poderá ser denominada a "idade da relevância".

Em 1972, um grupo de psicólogos sociais europeus procurou apresentar uma análise crítica da disciplina, ressaltando, entre outros tópicos, "a relevância e significado dos resultados da ciência psicológica".

Em 1973, Brewster Smith diz que "relevância" e "novas prioridades" tornaram-se atualmente clichês em psicologia.

1974, Lipsey publica os resultados de uma pesquisa com professores e estudantes pós-graduados de psicologia, e mostra que relevância social foi o tema mais frequentemente citado pelos entrevistados como constituindo um dos problemas principais da psicologia de hoje.

Esta ameaça a um paradigma vigente praticamente desde o início da psicologia social como setor autônomo, pujante e proífico no cenário das ciências sociais, acarretou o que alguns chegaram a qualificar de crise da psicologia social. Lipsey (1974) inicia um artigo com citações de McGuire, Schultz, Palermo e Deese, todas elas se referindo ao estado de crise da psicologia contemporânea. Lipsey faz questão de frisar que as citações com que

Inicia seu trabalho são apenas algumas ilustrações de um sem número de afirmações semelhantes. De fato, se percorrermos os últimos volumes da revista American Psychologist, não teremos dificuldades em encontrar artigos reveladores da preocupação com os problemas que afligem a psicologia de nossos dias, social ou não (e.g., Silverman, 1971; Brewster Smith, 1973; Rogers, 1973; Farberow, 1973; Denber, 1974; Lipsey, 1974). E o que dizer dos comentários de Sigmundo Koch, o editor da renomada série - Psychology: A Study of a Science, que em seu artigo preparado para a revista Psychology Today diz, simplesmente, que "o esforço massivo de 100 anos para erigir uma disciplina dedicada ao estudo positivo do homem dificilmente pode ser contado como um triunfo"?

No que diz respeito à psicologia social em particular, alguns trabalhos aparecidos nos últimos dois ou três anos me impressionaram particularmente. Brewster Smith (1972), ao rever os primeiros cinco volumes da série editada por Leonard Berkowitz e intitulada Advances in Experimental Social Psychology indaga se a psicologia social está realmente avançando e cita uma carta a ele dirigida pelo próprio Berkowitz, na qual se lê: "O princípio que me tem guiado é o de romper com o establishment que, a meu ver, tem encarcerado a psicologia social nos últimos anos, e de apresentar toda a grande amplitude de tópicos que psicólogos sociais dentro e fora do establishment estão estudando. De qualquer forma, parece-me que a psicologia social está atualmente num "estado de crise", no sentido utilizado por Kuhn em seu livro "The Structure of Scientific Revolutions." Parece que estamos um tanto perdidos no que tange a problemas importantes a serem investigados e modelos a serem utilizados em nossa pesquisa e em nossa teoria. Não há dúvida de que é hora de fazer um balanço para ver onde estamos e para onde devemos ir" (p. 63).

Phillip Shaver (1974) ao comentar um livro de avaliação crítica da psicologia social editado na Europa por Israel e Tajfel, assim intitula seus comentários: "Perspectivas Europeias sobre a Crise na Psicologia Social". Shaver conclui sua apreciação da obra citada dizendo que nenhuma prova de adiantamento científico é ali aduzida e que uma psicologia apresentada apenas em bases de análise conceitual, sem prova empírica, é importante mas não suficiente. Em sua opinião, o livro não resolve a crise da psicologia social contemporânea. Gergen (1973) considera a psicologia social não como uma ciência, mas como um conjunto de teorias que refletem um dado momento histórico, cambiáveis de acordo com as circunstâncias históricas prevalentes. Seu ponto de vista

é violentamente combatido por Schlenker (1974), em seu artigo em titulado Social Psychology and Science. McGuire (1973) salienta a necessidade de mudança de paradigma, combatendo o tradicional e o emergente nos últimos anos, e apresentando as linhas gerais de uma forma final do paradigma que propõe seja seguido pela psicologia social do futuro.

A psicologia social contemporânea, acha-se, pois, numa situação bastante difícil. No momento em que perdeu a tranquilidade metodológica de que desfrutou por 3 décadas, pelo menos, passou a ser solicitada ainda mais pela sociedade a apresentar soluções para os incontáveis problemas que se apresentam a esta sociedade conturbada.

É, justamente, neste momento de crise epistemológica da psicologia social, que a sociedade lhe solicita mais ansiosamente os seus préstimos. Poderá e deverá a psicologia social atender aos clamores de solução para os problemas da sociedade moderna? É o que veremos na terceira e última parte desta exposição.

III. Aplicação da Psicologia Social aos Problemas da Sociedade Moderna

A sociedade moderna se debate em problemas. Poluições de vários tipos, agressividade, preconceito, injustiça social, crise de autoridade, crise de valores, ameaças de guerras limitadas, ameaça de holocausto total, bombardeio de "Inputs", crise de energia, desemprego, inflação desenfreada, etc.. É óbvio que as pessoas de bom senso não esperam que a psicologia social tenha possibilidades de resolver todos estes problemas. Alguns dos citados lhe são, obviamente, alheios. A solução de alguns deles, porém, é cobrada aos psicólogos sociais. As perguntas que me parecem apropriadas a serem feitas dentro deste contexto são as seguintes: 1) poderá o psicólogo social resolver alguns problemas? 2) É dever ou finalidade precípua da psicologia social resolver alguns destes problemas?

Quanto à primeira pergunta, minha resposta é sim, embora eu reconheça o estado incipiente da psicologia e não me deixe levar por "psicologismos" românticos e irreais. Quanto à segunda pergunta, minha resposta é não, apesar da surpresa que isto possa causar a muitos.

Ambas estas respostas exigem comentários, e com eles

terminarei minha modesta contribuição a este Simpósio.

Acredito firmemente que a psicologia social está suficientemente equipada, apesar de seu rudimentar estado de desenvolvimento, a resolver alguns dos problemas sociais que nos aturdem. Dentre eles eu destaco os seguintes: certas formas de preconceito; certas formas de agressão; dificuldades de relacionamento de membros de organizações; certos conflitos em negociações bilaterais, quer nacionais quer internacionais; dificuldades no comportamento cooperativo; necessidade de mudança de atitude no sentido de promover o bem estar social. A possibilidade de intervenção do psicólogo para resolução de problemas desta natureza é inegável, e o trabalho de Jacobo Varela (1971) sobre o que ele denominou tecnologia social constitui exemplo inequívoco das potencialidades da psicologia em geral e da psicologia social em particular.

Um problema sério assoma na resolução de problemas sociais pela psicologia. Refiro-me à questão da determinação do que seja a melhor solução. Aqui, parece-me, chegamos a um impasse que só pode ser resolvido, ou melhor, cuja solução só pode ser tentada pela filosofia. O problema, concretamente, é o seguinte: quem determina o que seja a melhor solução para um problema social? É difícil negar que entramos aqui na esfera de valores, o que constitui matéria própria da filosofia e escapa à psicologia. Ao escrever o capítulo sobre mudança de atitude para o livro "Social Psychology in the Modern World", editado por J. Whittaker, tive oportunidade de asseverar: "Note that it is not the business of psychology to modify people's attitudes in order to make them coherent with a given set of values. Obviously, the psychologist in action will be governed by his own value system, which may or may not be the most desirable. It is the business of psychology to understand the phenomenon of attitude change and, through this understanding, to spell out the most effective ways of causing attitude change. The applied psychologist will, then, use his knowledge of psychology to act as his value system suggests. It is important to keep in mind this distinction between psychology as a science and the application of psychology by someone". Este assunto, todavia, nos leva à consideração da segunda pergunta a que me propus responder, ou seja: é dever ou finalidade precípua da psicologia social resolver alguns dos problemas que a sociedade moderna apresenta?

Respondo a esta pergunta dizendo que não. Para mim a finalidade precípua da psicologia social é compreender o comportamento social. Em o fazendo, ela estará prestando os subsídios ne-

cessários para que cientistas aplicados os utilizem na resolução dos problemas sociais. Ao fazê-lo, é óbvio que tais cientistas se guiarão pelos seus respectivos sistemas de crenças e valores. A psicologia social como ciência pura é neutra; como ciência aplicada, todavia, é comprometida com as bases axiológicas dos que a praticam. Esta distinção, a meu ver simples e óbvia, tem sido confundida pelos epistemólogos franceses (Foucault e Canguilhem, por exemplo) e difundida no Brasil com vigor por certa corrente de filósofos e por alguns indivíduos portadores de diploma de psicólogo. Não há por que confundir-se a ciência com sua aplicação. Underwood (1957) disse certa vez: "Sempre que o cientista puder prosseguir em seu trabalho, seja qual for o rumo a que este o possa conduzir (desde que nenhum dano recaia sobre outros durante sua execução), não sendo obrigado a responder à pergunta 'qual a utilidade disto?', direi que ele tem liberdade de investigação... Nunca eu ouvi falar de uma pesquisa ser questionada por um decano, ou outro administrador, ou um colega, porque o pesquisador não tinha resposta para a pergunta 'qual a utilidade disto?'; na realidade, a pergunta jamais é feita. A pesquisa pode ser atacada numa variedade de aspectos, tal como adequação metodológica, por exemplo, mas jamais o pesquisador tem que defender o seu trabalho contra a acusação de que ele não possui aplicação capaz de ser imediatamente visualizada". Morton Deutsch (1969) afirma que "ênfatizar uma ciência que exclui 'relevância social' como uma distração ou uma 'relevância social' que exclui 'ciência' como irrelevante será, no final das contas, prejudicial a ambas".

Ademais, o que pode não ter relevância ou aplicabilidade hoje, não significa que não a terá posteriormente. Conhecer a realidade é sempre benéfico, e o cientista não pode prever todas as consequências de suas descobertas.

Em conclusão: procurei aqui apresentar a psicologia social em face a alguns problemas internos e externos com que se defronta atualmente, partindo da perspectiva das exigências que a sociedade moderna impõe a este setor do saber. A tônica de minha posição foi a análise crítica da situação atual da psicologia social em face às exigências da sociedade. Excusei-me de apresentar exemplos detalhados da atuação do psicólogo social na sociedade moderna, optando por uma discussão mais geral dos fundamentos e das implicações desta atuação. Espero que no decorrer deste Simpósio a explicitação das contribuições concretas da psicologia social para a resolução de problemas contemporâneos da sociedade em que vivemos venha à tona. Embora elas não sejam na extensão e na

quantidade reclamadas, constituem indubitavelmente, contribuições reais ao bem estar humano. Infelizmente, apesar de o homem moderno possuir em suas mãos, como afirmado por John F. Kennedy em seu discurso de posse em 1960, "o poder de abolir todas as formas de pobreza humana como também a de benir todas as formas de vida humana", parece que a humanidade já se aproximou bem mais do exercício deste último poder que do primeiro. Não obstante, acredito que o desenvolvimento da psicologia, em combinação com o de outros setores do saber, chegarão a tempo de tornar a vida das gerações vindouras mais compatível com os ideais de paz e tranquilidade que nos são inerentes.

REFERÊNCIAS

- Baurim, B.H. - The immorality of irrelevance - the social role of science, Psychology and the Problems of Society, APA, Washington, 1970.
- Brewster Smith, M. - Is social psychology advancing? Contemporary Psychology, 1972.
- Brewster Smith, M. - Is psychology relevant to new priorities? American Psychologist, 1973, 28, 463-471.
- Campbell, D. - Reforms as experiments. American Psychologist, 24, 409-429, 1969.
- Dember, W.N. - Motivation and the cognitive resolution. American Psychologist 29, 161-168, 1974.
- Deutsch, M. - Socially relevant science: Reflexions on some studies of interpersonal conflicts. Amer. Psychologist 12, 1969.
- Farberow, N.L. - The crisis is cronic. Amer. Psychologist 28, 388-394, 1973.
- Fried, S.B. et al. - Ten years of social psychology. Is there a growing commitment to field research? Amer. Psychologist 28, 155-156, 1973.
- Gergen, K.J. - Social Psychology as history. J. Personality and Social Psychology 26, 309-320, 1973.
- Koch, S. - Psychology cannot be a coherent science. Psychology Today, 1973.
- Korten, F.F. et al. - Psychology and the Problems of Society. American Psychological Association, Washington, D.C., 1970.
- Lipsey, M.W. - Research and relevance: A survey of graduate students and faculty in psychology. Amer. Psychologist 29, 541-553, 1974.
- McGuire, W.J. - The yin and yang of progress in social Psychology: seven koan. J. Pers. and Social Psychology 26(3), 446-456, 1973.
- Rodrigues, A. - A Psicologia Social: Problemas Atuais e Perspectivas para o Futuro. Conferência proferida a convite no XV Congresso Interamericano de Psicologia. Bogotá, Colombia, 14 a 19 de dezembro de 1974.

Rodrigues, A. - Attitude Change. Em James Whittaker (Ed.). Social Psychology in the Modern World, 1976 (no prelo).

Rogers, C. - Some new challenges. Amer. Psychologist 28, 379-387, 1973.

Schenker, B.R. - Social psychology and science. J. of Personality and Social Psychology 29, 1-15, 1974.

Shaver, P. - European perspectives on the crisis in social Psychology. Contemporary Psychology 19, 356-358, 1974.

Silverman, I. - Crisis in social psychology: The relevance of relevance. Amer. Psychologist 26, 583-584, 1971.

Underwood, B.J. - Psychological Research. Appleton-Century Crofts New York, 1957.

Varela, J. - Psychological Solutions to Social Problems. Academic Press, New York, 1971.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA SOCIEDADE MODERNA

Júlio de Miranda Mourão⁺

Interessante, tive uma dificuldade enorme no dia em que me dispuz a escrever algo sobre o tema deste simpósio, tudo porque confundi o título do tema: em lugar de "Situação do Psicólogo Social na Sociedade Moderna", pensei que fosse "Atuação do Psicólogo Social na Realidade Brasileira". Pergunto-me por que os dois termos, sociedade moderna e realidade brasileira, foram confundidos, e por que isto provocou em mim a dificuldade. E me surpreendi ainda mais ao verificar que, pensando em "sociedade moderna", a dificuldade em avaliar a atuação do psicólogo social diminuiu como por encanto. Creio que uma das explicações possíveis para esta minha dificuldade é que, ao falar em "sociedade moderna" estou falando de nós aqui, de mim, da nossa comunidade científica aqui reunida; ao passo que, quando penso em "realidade brasileira", estou falando dos outros, de um grupo ausente.

Vou tentar dar exemplos concretos. Primeiro: ontem à tarde, ouvimos o relato de um trabalho realizado por nossos colegas da Farias Brito, cujo título foi: "Modificação de comportamento alimentar através de técnicas de auto-controle, servindo o experimentador como sujeito". Tratava-se de saber se um esquema montado, empregando diferentes controles e reforços, garantiria a obediência a uma dieta especial, elaborada por um dietista americano, resultando em perda de peso nos sujeitos (dos 4 sujeitos, 2 eram obesos, conforme o relatório). Bem, se eu pensar em "realidade brasileira", tendo a concluir que os colegas deveriam antes pesquisar problemas ligados à subnutrição. Segundo: outro relato também feito ontem foi o do colega Jairo Fagundes, também da Farias Brito, com o título: "Condução de um curso de Psicologia orientado para a elaboração de pesquisa". Como aconteceu com o relato da experiência sobre obesidade, também detectei uma incongruência neste segundo trabalho, só que esta incongruência estava muito mais próxima a mim do que a primeira - claro, pois eu não sou subnutrido. Eis como percebi a coisa: na descrição do seu curso de Psicologia orien-

⁺ Comunicação apresentada no Simpósio: "A Atuação do Psicólogo Social na Sociedade Moderna", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

tado para pesquisa, Jairo Fagundes se apresentou como o expositor o mais espontâneo e informal entre os que assistí. Foi o que menos respeitou o protocolo e as regras de bom comportamento que são supostamente convenientes para um verdadeiro congresso desta magnitude. Pois este mesmo professor descreveu um curso em que os alunos tinham de cumprir etapas prévia e totalmente definidas, altamente controlado através de um sistema de passos, incluindo confecção de relatórios datilografados dentro das normas técnicas, em poucas palavras, uma chatura de curso.

Enfim, quero dizer que problemas como o descongelamento da relação pedagógica, a desburocratização da criação científica, entre outros, são também problemas que a Psicologia Social trata, mas que me parecem ligados ao conceito de "sociedade moderna" muito mais do que ao de "realidade brasileira".

Colocada esta dificuldade inicial, passo agora a analisar o segundo termo do título deste simpósio: Psicólogo Social. Creio em que alguns momentos desta exposição os problemas levantados se referem não apenas à atuação da Psicologia Social, mas também se aplicam a uma análise da atuação da Psicologia como um todo, e mesmo de outras áreas das ciências humanas. A denominação "Psicologia Social" a uma área específica do saber representa a institucionalização de uma prática, representa a sanção legal e burocrática que se dá a esta prática. Neste sentido, creio que a dificuldade associada a este primeiro termo está no fato de que ele, pelo próprio fato de ser enunciado, interfere negativamente no projeto de um genuíno trabalho interdisciplinar, ou seja, ele provoca uma compartimentalização do saber científico, ele se opõe a uma prática científica baseada em projetos. O projeto, aqui, não implicaria necessariamente na existência de uma instituição científica prévia para viabilizá-lo, mas poderia ser, ele próprio, a origem de uma nova instituição, inventada para garantir sua viabilização. Esta flexibilidade é indispensável para o desenvolvimento de um verdadeiro esforço interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é palavra da moda. Ela está a merecer uma análise mais acurada por parte da comunidade científica. Basta lembrar os diferentes contextos em que ela é enunciada, e os diferentes significados que ela toma. Citaremos dois exemplos de usos diferentes que a palavra pode assumir:

Primeiro, de forma mais corrente e com menos sofisticação, a interdisciplinaridade é entendida como "trabalho de equipe", um grupo de especialistas em diferentes áreas, ainda que áreas

afins (ex.: arquiteto, psicólogo, sociólogo, economista, etc.), que se reuniriam em torno de um projeto e dariam cada qual sua contri
buição no setor de sua especialização. Evidentemente, este modelo representa um avanço em termos de atividade técnico-científica se comparado com modelos mais tradicionais. Mas tudo se passa aqui como se o saber fosse um imenso bolo, cujas fatias integrariam diferen
tes especializações dentro deste saber. A equipe interdisciplinar, no início de suas atividades, caracterizaria este bolo e, em seguida, distribuiria as fatias para cada um de seus membros.

Uma outra concepção de trabalho interdisciplinar é aquela sugerida por Roger Bastide: segundo ela, o verdadeiro projeto interdisciplinar não poderia admitir, à priori, uma setorização rígi
da do saber científico, mas propõe que o projeto interdisciplinar seria o gerador de verdadeiros objetos epistemológicos novos.

A atuação do psicólogo social na sociedade moderna enfrenta outros problemas. Ela tem se caracterizado até os dias atuais por uma posição de atendimento de demandas a ele formuladas. Uma pessoa, uma organização ou uma instituição qualquer, ressentindo-se de um problema, solicita seus serviços no sentido de resolver ou minimizar os efeitos daquele problema. Ou então, há uma tarefa específica a ser executada (por exemplo, uma seleção ou um treinamen
to numa organização). De qualquer forma, a demanda vem, na maior parte das vezes, bastante claramente formulada, e a tarefa que se espera que o psicólogo desenvolva também é bastante especificada. Ele se torna, então, através do atendimento puro e simples da deman
da, um executor de um projeto elaborado por outras pessoas. Esta limitação na atividade do psicólogo tem sido sentida e analisada em diversas ocasiões. Em Brasília, novembro de 1974, o 1º Encon
tro Nacional da Profissão de Psicólogo, em suas recomendações finais, sugere que o psicólogo desenvolva atividades na área de planejamento, quer em órgãos públicos, federais, estaduais ou munici
pais, como em empresas particulares. A sugestão, evidentemente, é válida e se reveste de especial importância para o desenvolvi
mento do campo de aplicação da Psicologia. Ela coloca, também de safios interessantes: por exemplo, os psicólogos não parecem ser ainda bons planejadores. Aqui o papel da universidade como aparelho de formação entra em jogo: estará ela em condições de introduzir atividades para formar psicólogos capacitados a planejar?

De qualquer maneira, o trabalho em nível de planejamento abriria uma perspectiva interessante para que a característica de "intervenção", com que o trabalho dela deve se revestir, se torne

viável. Pois o simples atendimento às demandas, tal como elas vêm formuladas, não parece permitir o desenvolvimento de um verdadeiro trabalho de mudança psico-sociológica, uma vez que as demandas, via de regra, são de natureza conservadora. Colocando-se no nível da formulação de tais demandas, poderia o psicólogo ter atuação mais efetiva.

A idéia de o psicólogo trabalhar em nível de planejamento, abrindo caminho para viabilizar projetos de intervenção psico-sociológica em direção à mudança social, nos remete, cedo ou tarde, ao problema da difusão do conhecimento que ele detém. O poder que necessariamente vem associado ao saber coloca uma série de problemas, como o que já mencionamos em relação ao projeto interdisciplinar. Intervenção e mudança social são projetos que implicam necessariamente na apropriação, por parte do grupo que sofre o processo, de um certo tipo de saber, provavelmente um saber que ou é novo, criado a partir da experiência de mudança pela qual o grupo passou, ou é o saber do agente de mudança (no nosso caso, o psicólogo social), que é reconstruído pelo grupo. De qualquer forma, o psicólogo tem de admitir, de certa maneira, abrir mão de uma cota de seu saber, e, em consequência, de seu poder. E não percebo que os psicólogos estejam dispostos a isto, atualmente.

A difusão do conhecimento científico, como bem lembra Roqueplo, tem sido feita dentro de uma sistemática tipo "vitrine da ciência", isto é, o modo como o conhecimento científico tem sido difundido não permite sua real apropriação por parte do público que o recebe. Antes, insistimos em apresentar a ciência como algo que só pode ser manipulado por pessoas altamente preparadas, e em locais especialmente organizados para sua prática. As informações científicas são apresentadas de forma tal que nos fazem remeter automaticamente ao modelo da caixa escura, onde os inputs e os outputs são divulgados, mas pouco se diz sobre os processos ou as estruturas as quais eles se relacionam.

Isto coloca, evidentemente, problemas interessantes não só para a Psicologia Social, mas também para outros ramos da ciência. Especialmente em situações em que se dispõe a realizar intervenções em comunidades, por exemplo, rurais, a Psicologia Social tem se deparado com questões do tipo: é possível atribuir algum grau de validade científica ao saber popular? A linguagem científica pode ser transformada em algum tipo de linguagem popular conservando a validade que ela pretende ter?

Verifica-se logo que a tendência a se colocar, simples e

diretamente, na boca do povo uma linguagem científica, instala uma relação tipicamente colonial, do centro para a periferia, daquele que sabe para o que não sabe. Antes, a verdadeira ação criativa estaria possibilitada na medida em que os integrantes da comunidade científica reconhecessem a existência de um saber popular, saber este que estaria em situação de afrontamento (no primeiro sentido da palavra) com o saber científico; da tensão gerada por este afrontamento entre dois tipos de saber nasceria uma criativa visão do mundo e dos fenômenos.

Resumindo, na atividade científica tem de haver lugar para o saber e para a linguagem produzidos por pessoas que não integram a comunidade científica. Do ponto de vista prático, a Psicologia Social tem trabalhado sobre este problema na medida em que estabelece, em seus projetos de pesquisa ou intervenção, fases em que os sujeitos são convidados a se manifestar sobre o tema em estudo, quer quanto ao conteúdo, quer quanto ao método. Estas fases devem se constituir por atividades pouco controladas, por exemplo, grupos de discussão, nos quais o pesquisador revela os objetivos e metodologia da sua pesquisa (com todos os problemas de linguagem que isto acarreta), colocando-os, em seguida, em discussão.

Estes são alguns problemas importantes que apelam para uma análise mais detalhada por parte da Psicologia Social. Dizem respeito mais ao aspecto formal da Psicologia Social. Passaremos a seguir a examinar alguns pontos relativos ao conteúdo desta disciplina.

Foi dito que a universidade teria papel importante a desempenhar na abertura de novas formas de atuação da Psicologia Social. O curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais realizou, em fins de 1974, importante reforma em seu currículo que, de certa forma, espelha as modificações mais significativas pelas quais esta ciência tem passado. Assim é que, enquanto no antigo currículo a disciplina Psicologia Social abrangia, em dois anos do curso, todos os campos de pesquisa, aplicação e teorias, no currículo atual vários temas que antes eram apenas capítulos desta disciplina passaram a constituir disciplinas autônomas, oferecidas em caráter optativo, além de Psicologia Social I, II e III, que compõem o núcleo básico. São elas:

- Psicologia Social da Comunicação
- Psicolinguística
- Psico-sociologia das Organizações
- Intervenção Psico-sociológica

- Comportamento Simbólico
- Psicologia Comunitária e Ecologia Humana

Quanto a esta última disciplina há algumas considerações a fazer. Primeiro, o nome escolhido não é o mais apropriado. "Psicologia Comunitária" dá idéia de que a Psicologia em questão é produzida pela comunidade, o que não é verdade. Ainda não chegamos nesta fase. Melhor seria denominá-la "Psicologia de Comunidades". Ela abre a possibilidade para um trabalho interdisciplinar muito profícuo, na medida em que reúne temas de várias áreas vizinhas, como por exemplo, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Geo-ciências, Serviço Social, etc.. Assim, enfocando os fenômenos sociais de um prisma mais abrangente, macro, cria-se a possibilidade para uma prática em planejamento, área esta que, como foi visto, tende a se abrir como novo campo de atuação do psicólogo.

1º de novembro de 1975 - das 8:00 às 12:00 horas

SIMPÓSIO III

O DOENTE MENTAL VISTO POR DIVERSOS PROFISSIONAIS

COORDENADOR : Luiz Otávio Seixas Quelrôz

Doutor em Psicologia, Psicólogo na Clínica do Comportamento, Campinas, SP.

PARTICIPANTES:

Célia Ferreira Santos

Professor Assistente Doutor, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP.

Edmundo Maia

Professor Titular de Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Ciências Médicas de Santos, SP..

Luiz Carlos Marcondes Cesar

Assistente Social no Centro de Saúde Mental do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Santo Amaro, SP.

O DOENTE MENTAL VISTO POR UM PSICÓLOGO

Luís Otávio de Seixas Queiroz⁺

Como ciência empírica a Psicologia está interessada na investigação das relações funcionais entre alterações do comportamento do indivíduo e alterações no meio em que ele vive e viveu. As formulações teóricas a respeito de quais são as variáveis relevantes a serem estudadas, quer no indivíduo, quer no meio, tem acarretado ênfases diferentes nas teorizações e investigações. Esta circunstância tem levado os psicólogos a desempenharem papéis bem diferenciados dentro da área comumente designada como "saúde mental". É frequente que encontremos em hospitais psiquiátricos, psicólogos que atuam fazendo uso de testes psicológicos, com objetivos de diagnóstico e limitando aí sua atividade. Este parece ser o caso mais frequente. Por outro lado também se encontra psicólogos, de alguma forma, interferindo no processo terapêutico do doente mental. Seu desempenho, neste último caso, dependerá diretamente da linha teórica a que estiver filiado.

Não é difícil defender que uma ciência, que é capaz de estabelecer relações funcionais entre o comportamento do indivíduo e o meio que o cerca, embora ainda nos seus inícios, possa e deva atuar para alterar comportamentos, de modo planejado, sempre que essa alteração seja desejável. Mais importante, no entanto, seria perguntar: qual a importância de se ter um psicólogo atuando para modificar comportamento, na área da saúde mental? Ou ainda dentre as várias orientações teóricas, terá, alguma, demonstrado ser das mais eficiente em atingir os objetivos propostos por instituições e indivíduos.

A resposta à primeira pergunta está diretamente relacionada com a etiologia da doença mental, com o problema do diagnóstico.

O paciente psiquiátrico pode ser visto como um doente, em seu sentido médico, qual seja o da existência de uma patologia dentro do organismo, que exige uma atuação terapêutica de modo a removê-la, diminuir seus efeitos ou simplesmente controlá-la. Neste

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Doente Mental Visto por diversos profissionais", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

caso, a patologia orgânica tem que ser identificada e combatida, como acontece com algumas disfunções glandulares, disfunções cerebrais ou mesmo a sífilis (Ullmann e Krasner, 1969). Sendo assim, é quase certo que a presença de um profissional em psicologia seja dispensável, desde que a remoção da patologia orgânica remova simultaneamente a patologia comportamental. No entanto, o paciente psiquiátrico apenas raramente apresenta uma patologia deste tipo. Porém, talvez movidos pelos sucessos obtidos nestes casos, muitos estudiosos puseram-se a pesquisar as causas orgânicas da patologia comportamental e geraram a criação de hospitais para doentes mentais à semelhança de hospitais clínicos (Ullmann e Krasner, 1965).

Esse enfoque do paciente psiquiátrico deu origem ao que se tem denominado de modelo médico de doença mental e que influenciou vários autores em Psicologia, cujo principal líder foi Freud. De seus trabalhos derivaram-se várias teorias e técnicas, usualmente, referidas como psicoterapia e que são hoje as mais frequentemente utilizadas nas instituições para doentes mentais, provavelmente em todo o mundo ocidental. Segundo o modelo médico as causas não mais orgânicas, são no entanto subjacentes ao comportamento, são internas ao organismo. O modelo médico "... pressupõe que um problema observável de comportamento humano é um sintoma de uma condição patogênica subjacente, do mesmo modo como a elevação de temperatura do corpo ou uma determinada contagem de glóbulos brancos do sangue são manifestações de uma infecção no corpo. O mesmo modelo pressupõe que a menos que a patologia seja removida, aparecerá um grande número de problemas sintomáticos, possivelmente mais severos" (Stuart, 1970, p. 6/7):

A imensa maioria dos psicólogos atuando na área da saúde mental tem seguido esse modelo de teoria e técnica. Ao situar, deste modo, o problema, certamente estarei fazendo injustiças para com alguns outros desenvolvimentos teóricos e técnicos (para uma

revisão desses desenvolvimentos consulte Wolman, 1965; Ullmann e Krasner, 1965; Szasz, 1961), no entanto esta representa a principal tendência atual.

Uma vez que a etiologia da doença mental ou das doenças mentais em suas múltiplas formas ainda não foi estabelecida com clareza, então, tratamentos que visam alterações orgânicas ou remoção de patogenia subjacente ao comportamento podem resultar em fracasso e, o que é ainda pior, criar uma condição iatrogênica no paciente. Esta possibilidade tem sido apontada com frequência por muitos autores (Stuart, 1970; Ullmann e Krasner, 1965, 1969; Tharp e Wetzel, 1970) e se constitui num dos principais questionamentos ao modelo médico.

Gordon Paul (1969) num artigo de revisão crítica e onde apresenta dados sobre a situação dos hospitais psiquiátricos dentro dos Estados Unidos aponta que hoje existem dois tipos de hospitais: um, pequeno, destinado aos pacientes em "surto agudo" e que mantem uma população flutuante, que permanece internada por curtos períodos de tempo; e um segundo tipo, usualmente hospitais estacionais, destinados aos pacientes crônicos, que mantem uma população grande e estável e para a qual já foi utilizado todo o arsenal terapêutico disponível, não se tendo obviamente conseguido resultados satisfatórios. Paul apontou ainda dois tipos de tratamento, dentre todos, que tem produzido bons resultados para a população estática: a comunidade terapêutica e o que chamou de "terapia de aprendizagem social" (p. 85) derivada dos laboratórios de pesquisa básica em Psicologia sobre os princípios de aprendizagem, motivação e interação social.

Dados e considerações como essas enfatizam a necessidade de psicólogos atuando nas instituições psiquiátricas. Enfatizam também que modelos alternativos devem ser propostos para substituir o modelo médico, com o objetivo de aumentar a eficiência dos procedimentos de recuperação.

Tendo se formado nos laboratórios de psicologia experimental, sob a influência de B.F. Skinner, quando pesquisou o comportamento de animais infra-humanos, Charles Ferster evoluiu para trabalhar com crianças autistas, auto-controle de problemas alimentares, análise experimental de fenômenos clínicos, etc.. Em 1965 Ferster publicou um artigo (Ferster, 1965) denominado "Classificação da Patologia Comportamental" onde oferece uma visão bem distinta daquela do modelo médico. Segundo este autor, são os estímulos do meio, que determinam e controlam o comportamento que tem si

do rotulado como anormal, bem como são eles os responsáveis pela sua manutenção. "A "anormalidade" não é um problema que se localiza dentro do indivíduo, que precisa então ser racionalizado, para isso recorrendo-se de conceitos como os de repressão, deslocamento ou simbolização, mas antes, a anormalidade é o resultado da interação da pessoa com o seu meio social e representa uma consequência compreensível da história individual de reforçamento" (Ullmann e Krasner, 1965, p. 6). Fundamentando sua análise no conceito de reforçamento social Ferster propõe que o comportamento anormal é "modelado" pelas pessoas relevantes do meio social do indivíduo. Legitimamente, portanto, o comportamento não pode ser dito anormal, uma vez que é o único resultado possível de uma interação social. Convém salientar que deste modo, Ferster evita claramente a dicotomia saúde/doença e torna desnecessário definir uma e outra. No entanto remete o problema da recuperação de comportamentos desviantes, dentro de uma particular cultura, à modificação dos estímulos que controlam esses mesmos comportamentos.

A proposição de Ferster veio de encontro ao interesse de vários outros estudiosos do assunto e trouxe em seu bojo a preocupação com a metodologia científica, especialmente a experimentação, característica marcante dos pesquisadores influenciados por Skinner. A corrente que se formou a partir das influências de Skinner e se dedicou a estudar comportamentos humanos socialmente relevantes, incorporou a proposição de Ferster. Esta corrente veio denominar-se modificação de comportamento.

O aspecto científico desse enfoque é claramente exposto por Risley: "Se a modificação de comportamento for vista como um esforço em estender as teorias de aprendizagem a problemas terapêuticos, os problemas terapêuticos escolhidos serão, frequentemente, aqueles relevantes para a teoria. Se, pelo contrário, a modificação de comportamento é vista como a aplicação de métodos experimentais a problemas terapêuticos, os problemas selecionados serão aqueles relevantes para a sociedade. Em suma a modificação de comportamento deve ser vista como a investigação experimental de comportamentos socialmente significativos e não como uma simples aplicação dos princípios já conhecidos ... à situação terapêutica" (Risley, 1969, p. 110).

Exigências adicionais dessa linha de pesquisa são de que os eventos com os quais lida sejam observáveis, replicáveis e se restrinjam ao nível do comportamento. Não se recusa a formular teorias, mas rejeita a utilização de modelos teóricos de outras ciên

cias. A psicologia deve oferecer uma teoria genuinamente comportamental.

Gostaria que ficasse claro que considero que uma preferência por estudar eventos observáveis, nas relações comportamento/meio, decorre de uma opção de natureza metodológica e não tem a pretensão de negar a existência de causas orgânicas ou ainda afirmar que outras posições teóricas estejam "erradas". Mas pretendo, isto sim, que a ciência do comportamento possa dar uma contribuição realmente original ao concerto das ciências que estudam o homem. Desta forma, nenhuma informação proveniente de outra ciência (fisiologia, neurologia, sociologia, antropologia, para citar apenas algumas) poderá ser negligenciada. Antes, estas informações trarão uma contribuição que deverá ser investigada ao nível das relações funcionais entre o comportamento e o meio, podendo vir estabelecer novos parâmetros para essas relações como conduzir a descoberta de novos princípios até então inimagináveis.

Tendo eu recebido essa mesma formação teórica e tido a oportunidade de durante três anos trabalhar numa ala de pacientes psiquiátricos crônicos, com vários anos de internação continuada, pude constatar a utilidade em aplicar esta linha de ação na recuperação de comportamentos de pacientes.

Implantei um programa de modificação de comportamento utilizando todo o pessoal em serviço na ala, desde o faxineiro até o médico responsável, tomando como modelo a estratégia da economia de fichas proposta por Ayllon e Azrin (1965, 1968). Este programa visou a alteração de algumas condições de estímulo vigentes na ala, com o objetivo de fortalecer, nos pacientes, respostas que mais provavelmente os levaria a uma convivência adequada em sociedade, fora dos limites do hospital (respostas de higiene pessoal, de trabalhar, de interagir socialmente, etc.) deliberadamente deixando de procurar divisar procedimentos para enfraquecer os comportamentos que mantinham os pacientes internados. Os resultados desse trabalho e uma avaliação de sua eficiência, já foram relatados em detalhes (Quelroz, 1972, 1975) e não pretendo repeti-los aqui, senão fazer algumas considerações sobre outros aspectos não mencionados antes.

Depois de um ano de funcionamento do nosso programa, que incluía 52 pacientes do sexo masculino, todos com diagnóstico psiquiátrico de esquizofrenia, várias formas, ou oligofrenia, fiquei realmente surpreso com algumas afirmações do médico responsável pela ala. Dizia ela que se aqueles pacientes estivessem em outras alas

do hospital (onde não havia nenhum programa semelhante) cerca de 80% deles já teriam recebido alta médica, tendo em vista o progresso comportamental que apresentavam dentro da ala. No entanto, levando em conta que esses pacientes, originariamente beneficiários de Institutos de Previdência, uma vez deixando o hospital não receberiam nenhuma outra forma de atendimento, a não ser possivelmente doses de manutenção de tranquilizantes; levando em conta que na ala teriam a possibilidade de modificar o repertório social mais extensamente, o médico, a quem cabe a decisão de conceder alta, preferia mantê-los na ala. Efetivamente, ao fim de um ano de programa 32% dos pacientes receberam alta, sem que tenham retornado ao nosso hospital (o Instituto Bairral de Psiquiatria de Itapira) durante o período de um ano.

O critério de progresso dentro da ala estava diretamente relacionado com o número de fichas ganhas, diariamente. Alguns pacientes, rapidamente, atingiram o ganho máximo de fichas logo nos primeiros meses do programa. Este resultado nos levou a constituir um "grupo de elite". Estes pacientes, em grupo, tinham reuniões diárias de uma hora com uma equipe, constituída pelo médico responsável, um psicólogo, um assistente social e um atendente. Nessas reuniões podiam discutir assuntos de seu interesse, desde problemas internos da ala, até discutir sua própria alta e como se desempenhar depois dela. Recebiam, ainda, encargos que exigiam crescente interação social com outros pacientes, na forma de auxiliares na modelagem do comportamento de trabalhar de outros pacientes, conduzi-los ao cinema, conduzi-los a passeios na cidade, etc. A eles eram dados alguns privilégios, tais como: entrevistar-se com médico, psicólogo e assistente social, tomar cafezinhos, sair a passeio na cidade, ir ao cinema, sem que necessitassem pagar fichas por isso. Todos os pacientes deste grupo receberam alta ao final do primeiro ano de funcionamento do programa.

Não houve um planejamento para avaliar o desempenho desses pacientes dentro das reuniões, nem uma forma de registro sistemático de seu desempenho nos encargos que receberam. No entanto, não é difícil imaginar que tiveram um progresso maior sob a influência dessas condições. Nas discussões em grupo, vários pacientes tiveram a oportunidade de tecer comentários sobre seu desempenho dentro do sistema de fichas, do próprio sistema de fichas. Alguns se referiram às fichas como um meio para que eles percebessem que estavam melhorando. Um deles foi capaz de uma descrição do sistema, que se aproximou bastante de seus reais propósitos. Es-

tes fatos apontam para uma função bastante interessante do sistema de fichas, que seria a de levar o paciente a observar melhor seu próprio comportamento. Esta função foi apontada por Ferster (1975) como, talvez, a função mais importante de um sistema de economia de fichas. Cada uma dessas observações, gerava mais uma oportunidade de reforçamento social de todo o grupo reunido, como podia funcionar como estímulo discriminativo para outros pacientes ou como uma oportunidade de modelação.

Os sistemas de fichas tem sido muito eficientes em alterar comportamento, porém dentro de seus limites de ação (Ayllon e Azrin, 1965, 1968; Shaeffer e Martin, 1966, 1969; Atthowe e Krasner, 1968) mas tem demonstrado uma pobreza muito grande, quando se procura avaliar a generalização de seus sucessos, fora dos seus limites de ação (Kazdin e Bootzin, 1972). Estas críticas sugerem que se deva planejar a generalização das respostas para o ambiente particular para o qual o paciente retorna.

Uma vez tendo deixado o hospital cada um dos pacientes teve, muito provavelmente, reestabelecido o mesmo controle de estímulos que os levou ao hospital, anos atrás. Nada de fato foi, positivamente, feito para que esse controle fosse alterado. Nem tínhamos condições de prever que o paciente estava, agora, munido de respostas novas que o permitisse enfrentar o antigo controle, com sucesso.

Esta talvez seja a principal razão do porque os programas de economia de fichas funcionam muito bem dentro de seus limites, mas tendem a não se generalizar para o meio de origem do paciente.

Em apenas um caso, em que tive oportunidade de fazer um seguimento, após a alta hospitalar, os resultados foram bastante animadores. Um breve relato poderá esclarecer melhor este ponto. Tratava-se de um paciente de 19 anos de idade, vindo de outro estado. Tinha recebido diagnóstico psiquiátrico de esquizofrenia hebefrênica. Foi internado pela primeira vez aos 13 anos e desde então interrompeu suas atividades normais de estudante. Durante esse período (dos 13 aos 19 anos) teve inúmeras internações com durações variadas. Ao deixar o nosso hospital, foi viver temporariamente com um irmão na mesma cidade em que eu residia. Irmão e cunhada, solicitaram que eu lhes desse orientação sobre como tratá-lo uma vez que ocasionalmente voltava a apresentar os mesmos comportamentos que apresentava antes de sua última internação. A análise de suas atividades revelaram que, embora usualmente se mantivesse tranquilo e prestativo, ajudando o casal com pequenos favo-

res, todas as vezes que era solicitado a pagar uma conta, comprar algum remédio, comprar passagem, etc., voltava a apresentar-se extremamente intranquilo, reestabelecendo alguns padrões de comportamento inadequados. Pudemos, então, descobrir que o paciente não tinha em seu repertório respostas em relação a "recibo". Em cada uma dessas situações deixava de solicitar ou esperar que lhes dessem o comprovante de compra ou a conta paga. A falta destas respostas gerava oportunidades de discussões com balconistas que não lhe entregavam o produto comprado ou discussões com os familiares que lhe pediam o recibo da conta paga. O estabelecimento de um pequeno programa para ensinar-lhe o significado de recibo, foi suficiente para fazer desaparecer os comportamentos inadequados nessas situações. Provavelmente, outras respostas estivessem faltando em seu repertório, no entanto, por essa ocasião o paciente retornou a seu estado natal e não teve mais contato direto com ele. O irmão informa que hoje ele está trabalhando regularmente em alguma atividade de escritório e segundo julgamento da família seu desempenho comportamental é normal.

Convém salientar que este paciente participou de um programa de fichas e que, portanto, fez uso de uma espécie de recibo e mesmo nestas condições não generalizou para fora dos limites do hospital. No entanto, um procedimento de curta duração foi suficiente para eliminar os problemas ainda restantes com relação a recibos.

Este relato evidencia a necessidade de um acompanhamento do paciente após a alta hospitalar. Quando me referi ao "grupo de elite" mencionei que alguns pacientes foram capazes de descrever aspectos de seus próprios comportamentos ou mesmo do sistema de fichas. Ora, todos nós sabemos que uma pessoa será tanto mais eficiente em garantir reforçamento de uma situação, quanto maior for seu repertório discriminativo. Portanto, este deverá ser um dos objetivos de um programa de recuperação de pacientes psiquiátricos. No programa que dirigi, a estratégia da economia de fichas contribuiu para que alguma modificação desse repertório ocorresse, pelo menos em alguns pacientes, no entanto, este efeito não era esperado programaticamente. Talvez não seja empresa fácil programar a recuperação ou o estabelecimento de um repertório discriminativo em pacientes psiquiátricos, no entanto é certo que o hospital psiquiátrico não é o local mais adequado para esses desenvolvimentos, tendo em vista a pobreza de situações sociais que propicia a seus residentes.

Mencionel que o programa de modificação de comportamento implantado, deliberadamente, não incluía procedimentos para enfraquecer os comportamentos que mantinham o paciente internado. Esta decisão advém do fato de que as condições de estímulo presentes numa ala de pacientes crônicos, são em grande parte as responsáveis pela internação continuada do indivíduo. Uma vez alteradas essas condições os comportamentos se modificam numa direção desejada, dis pensando que se atue diretamente sobre os comportamentos sintomá ticos.

Do mesmo modo como os pacientes de Ayllon e Azrin (1968) também os pacientes do programa desenvolvido no Instituto Baieral modificaram largamente seu repertório dentro da ala. Os comportamentos referidos pelos termos apatia, delírio, halucinações, bizarros, de agitação psicomotora, recusa de alimentação, paulatinamente reduziram de frequência e finalmente desapareceram. O aspecto geral da ala mudou acentuadamente. Cerca de 75% dos pacientes em média dedicavam-se às 4 horas de trabalho diário, 80% deles cuidavam adequadamente da higiene pessoal, etc..

Estes resultados mostram-se bem adequados para um programa que procurou reduzir os efeitos iatrogênicos de uma ala de crônicos. No entanto, na medida em que os comportamentos sintomáticos não foram manipulados, sob as condições de estímulo em que eram mantidos antes da internação, após a alta, a probabilidade de que, reestabelecido o controle de estímulo original, os comportamentos sintomáticos reapareçam é alta. Deste modo parece não bastar, para a recuperação de um paciente psiquiátrico, que se combata os efeitos iatrogênicos da internação. É necessário desenvolver programas de modificação sob as condições de estímulo em que apareceram os comportamentos sintomáticos. Esta pode ser mais uma das razões porque um procedimento de fichas não generaliza seus efeitos para fora das condições de sua aplicação, mas com este raciocínio, nem era mesmo de se esperar que se mantivessem. Contudo, ainda uma vez mais, vale a pena enfatizar que o hospital psiquiátrico não é o local adequado para esses programas complementares.

Certamente muitas outras considerações poderiam ser feitas, no entanto, com apenas estas, espero ter respondido às questões que formulei no início e espero ter justificado, também, a necessidade de intervenção de um profissional psicólogo que não adota o conceito de "doença mental" proposto pelo modelo médico, intervenção essa dentro e fora de uma instituição psiquiátrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atthowe, J.M. & Krasner, L. - A preliminary report on the application of contingent reinforcement procedures (token economy) on a "chronic" psychiatric ward. J. Abnormal Psychol. 73, 37-43, 1968.
- Ayllon, T. & Azrin, N.H. - The measurement and reinforcement of behavior of psychotics. J. Exp. Analysis Behav. 8, 357-383, 1965.
- Ayllon, T. & Azrin, N.H. - The token economy: a motivational system for therapy and rehabilitation. Appleton, N.York, 1968.
- Ferster, C.B. - Classification of behavioral pathology. In: L.Krasner & L.P. Ullmann (eds.). Research in Behavior Modification. New York, Holt, Rinehart, 1965.
- Ferster, C.B. - Experimental Analysis of Clinical Problems. Conferência pronunciada na XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Belo Horizonte, 1975.
- Kazdin, A.E. & Bootzin, R.R. - The token economy: an evaluate review. J. Applied Behavior Analysis 5, 343-372, 1972.
- Krasner, L. & Ullmann, L.P. (Eds.) - Research in Behavior Modification. New York, Holt, Rinehart, 1965, p. 6.
- Paul, G.L. - Chronic Mental Patient: current status future directions. Psychological Bulletin 71, 81-94, 1969.
- Queiroz, L.O.S. - Modificação de Comportamento numa Ala de Pacientes Psiquiátricos Crônicos Utilizando Sistema de Economia de Fichas: controle das respostas de higiene matinal através de instruções orais e esmaecimento. tese submetida ao Instituto de Psicologia da USP, para a obtenção do grau de Doutor, S.Paulo, 1972.
- Risley, T.R. - Behavior Modification: an experimental therapeutic endeavor. In: Behavior Modification and Ideal Mental Health Services (L.A. Hamerlynck, P.C. Davidson, L.E. Acker, eds.). Calgary, Alberta, Canada, The University of Calgary, 1969.
- Queiroz, L.O.S. - A back ward routine and the effects of instructions. In: Applications of Behavior Modification (T. Thompson & W.S. Dockens, eds.), Academic Press, N.York, 1975.

Schaeffer, H.H. & Martin, P.L. - Behavioral Therapy for "Apathy" of Hospitalized Schizophrenics. Psychological Report 19, 1147-1158, 1966.

Schaeffer, H.H. & Martin, P.L. - Behavioral Therapy. McGraw Hill, New York, 1969.

Stuart, R.B. - Trick or Treatment: how and when psychotherapy fails. Research Press, Champaign, Ill., 1970.

Szasz, T.S. - The Myth of Mental illness. Harper & Row, New York, 1961.

Tharp, R.G. & Wetzel, R.J. - Behavior Modification in the Neutral Environment. Academic Press, New York, 1970.

Ullmann, L.P. & Krasner, L. (Eds.) - Case Studies in Behavior Modification. Holt, Rinehart, New York, 1965.

Ullmann, L.P. & Krasner, L. - A Psychological Approach to Abnormal Behavior. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, N.J., 1969.

Wolman, B.B. (Ed.) - Handbook of Clinical Psychology. McGraw Hill, New York, 1965.

O DOENTE MENTAL VISTO PELO SOCIÓLOGO

Célia Almeida Ferreira Santos⁺

... "a consciência normal é a consciência conceitualizada, portanto socializada; a consciência patológica é uma consciência incapaz de se organizar segundo os quadros de nossa lógica, ... é uma consciência dissocializada".

H. Blondel - La Conscience Morbide, 1914.

INTRODUÇÃO

Em termos de Parsons ou de Moreno, tenho um papel a desempenhar. As expectativas foram colocadas pela comissão organizadora deste simpósio e hoje pertencem ao grupo; elas foram formuladas explicitamente sob a suposição de que eu saiba dizer como o sociólogo vê o doente mental. Para não frustrar-me nem decepcionar o grupo, devo corresponder às expectativas.

O papel que me atribuem pode ser entendido em um duplo sentido: 1) Como um sociólogo, no caso, eu Célia, ou 2) como o sociólogo, representante da Sociologia em geral.

No primeiro caso, não sei o quanto já fui ou sou uma socióloga "pura". Tenho uma convivência muito longa e próxima com o pensamento organicista e com um tipo de explicação psicológica e, no momento, sou aspirante a dominar a compreensão e o discurso psicológico.

Quanto ao pensamento "da Sociologia", ele não existe como um pensamento único a respeito. O que procurarei é uma sistematização do que reví na literatura sobre concepções referentes ao doente mental, encontradas em trabalhos de sociólogos ou de psiquiatras. Destes últimos selecionei alguns que, por trabalharem muito próximo de sociólogos ou por terem incorporado muitos conheci-

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Doente Mental visto por diversos profissionais", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

mentos de ciências sociais em sua formação, revelam um tipo de raciocínio sociológico.

A ênfase, se houver, ao focar as interpretações sociológicas da doença mental deverá ser entendida como recurso analítico ou "como puro expediente técnico" nas palavras de Max Weber. Não deve, de modo algum, ser interpretada como intento de rejeitar explicações concomitantes de processos psíquicos ou fisiológicos.

A história da psiquiatria não desconhece, de há muito, a influência dos fatores sociais na etiologia das doenças mentais.

As histórias européia e norte-americana da psiquiatria e da sociologia mostram sociólogos falando de patologia mental desde Comte, (seu fundador) e Durkheim, para nomear apenas os clássicos, assim como psiquiatras se referindo às raízes sociais da psiquiatria.

G. Mead e Sullivan são figuras importantes na formação do pensamento da psiquiatria social americana; Mead, psicólogo de formação, recebeu muita influência de, pelo menos dois sociólogos: Colley e Marx. Sullivan, psiquiatra, recebeu fortes influências de Dewe (pedagogo) e dos sociólogos Park e Burgess.

Sullivan termina seu artigo "Psiquiatria", na Enciclopédia de Ciências Sociais (1933), com as seguintes palavras:

..."frequentemente é impossível corrigir as deformações da personalidade nos menos dotados... Por conseguinte, o psiquiatra essencialmente preocupado com o desnecessário desperdício da capacidade humana, não pode senão encarar a possibilidade de uma nova ordem social em que estes problemas já não existam" (16).

G. Mead (psicólogo social) nos Estados Unidos e Gurvitch (sociólogo) na Europa desenvolveram concomitantemente um conceito que põe fim à velha antinomia indivíduo e sociedade: há reciprocidade de perspectivas entre a consciência individual e a consciência coletiva. A consciência individual se forma a partir da matriz das relações sociais; a adoção sucessiva de papéis proporciona a internalização do sócio-cultural. Esta hipótese fecunda inspirou trabalhos de Kardiner e Linton, M. Mead, Fromm e outros e colaborou para a formação dos conceitos de personalidade básica, personalidade status, conceitos estes que se referem a aspectos sociais

da personalidade.

Apesar de ser antigo, na psiquiatria, o reconhecimento da importância dos fatores sociais na patologia mental, graças à sua origem como disciplina médica, acreditou-se, por muito tempo, que uma vez "instalada" a doença mental, os seus sintomas seriam os mesmos em qualquer sociedade. Além disso, alguns modelos de explicação que consideram os fatores sociais como patogênicos utilizam basicamente sistemas individuais na explicação do processo das enfermidades e não processos sociais. Deste ponto de vista poderíamos diferenciar, dentre as teorias que se referem aos fatores sociais e/ou culturais, aquelas teorias que utilizam sistemas individuais, sociais ou integrados (individuais e sociais) de explicação.

1. SISTEMAS INDIVIDUAIS DE EXPLICAÇÃO

a) Modelo médico

Um exemplo de teoria baseada no sistema individual de desenvolvimento da doença mas, que reconhece as causas como exteriores do indivíduo é a teoria psicanalítica. Ela atribue às neuroses origens externas ao indivíduo: "o complexo de Édipo é a culminação normal do desenvolvimento sexual infantil, assim como a base de todas as neuroses". A solução ou não deste conflito é uma norma positiva ou negativa que o indivíduo adquire, mas a partir daí o sistema individual é aquele que comanda a saúde-doença mental. Exemplo, a neurose fóbica. Se bem que este modelo ultra-determinista (historicista, segundo Popper) tenha sido amenizado por Freud com uma terapia que funciona no modelo epistemológico peculiar às ciências humanas em que o sujeito e objeto estão em interação constante e se influenciando mutuamente, a explicação do desenvolvimento da doença é feita através do sistema individual.

b) Modelo não médico

Os teóricos da aprendizagem em psicologia criticam o uso do modelo médico em psiquiatria e propõem, como modelo alternativo, aquele que se baseia no arco estímulo-resposta. Eisenck descreveu em termos simples os processos resultantes do diagnóstico e tratamento. Segundo ele, a teoria da aprendizagem não postula nenhuma causa inconsciente; considera que os sintomas neuróticos são simples hábitos aprendidos. Não há neurose subjacente ao sintoma; por isto, quando se elimina o sintoma, elimina-se a neurose.

O valor deste modelo deve-se ao fato de permitir verifi-

cação científica:

1) Como enfoque baseado na conduta é passível de investigação empírica.

2) Relaciona-se com um corpo de proposições sistemáticas e explicitamente expostas, i.é, a teoria da aprendizagem.

3) Está sustentada por considerável corpo de estudos em-
píricos.

Na prática, há que considerar que também utiliza a "modificção da conduta" como modelo sistêmico individual de transtor-
no mental.

Da mesma forma que o modelo médico psicanalista, a "modificção do comportamento" tende a isolar o problema do contexto mais amplo em que se manifesta. Poder-se-ia indagar, por exemplo, se o aumento de incidência de crianças autistas, nos Estados Unidos, não estaria relacionado com o tipo de sociedade altamente individua-
lista.

2. SISTEMAS SOCIAIS DE EXPLICAÇÃO

Nesta classificação enquadrámos os modelos explicativos que se baseiam em alguma teoria sociológica. Como os modelos mais utilizados na psiquiatria social moderna são a teoria marxista e a teoria de ação de Parsons, há interesse em enunciar o pensamen-
to básico desses autores. A teoria marxista tem poucos postulados fundamentais. Um deles é o seguinte: Em toda sociedade o sistema da produção determina as formas sociais básicas, incluídos o sis-
tema econômico, o político, a direção e o ritmo da mudança social e a própria consciência do homem. "O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência" (11). Modernamente muitos trabalhos inspirados na teoria marxista têm surgido para análise de sistemas de saúde.

Infelizmente não poderá ser tão breve um resumo da teo-
ria de ação. Para Parsons, a ação deve ser entendida como um pro-
cesso no sistema agente-situação que tem significado para o agen-
te. A situação é constituída por objetos que podem ser físicos, so-
ciais e culturais. Objetos físicos são elementos da situação que não interagem com o agente. Objetos culturais são elementos simbó-
licos da tradição cultural: regras, normas, padrões de valores. Ob-
jeto social, é um agente; aquele está sendo observado (ego) ou ou-
tros que interajam com ele (alter). Valor é um elemento do siste-

* Não cabe neste momento entrar em detalhes sobre o sentido preciso do termo "determinar", nem distinguir as nuances de determinação em última instância.

ma simbólico comum que serve como critério de análise.

Todo agente em interação executa papéis que foram definidos culturalmente. O processo de socialização é um processo de ensino-aprendizado em que os padrões existentes são transmitidos aos postulantes do papel. Há uma margem de tolerância na divergência permitida, mas há também um esqueleto mais ou menos rígido, típico de cada papel.

Cada agente ao mesmo tempo aprende desempenhos, incorpora expectativas e valores em relação aos próprios papéis complementares. Esse processo de aprendizado envolve também a estruturação de atitudes básicas dentro da bipolaridade: conformismo-alienação, cabendo ainda, dentro de cada categoria um componente passivo-ativo. Cada sujeito pode ter uma atitude básica predominante. Além disso elas podem representar atitudes de defesa diante de situações conflitivas que o sistema apresenta aos atores.

ATITUDES BÁSICAS	ATIVA	PASSIVA
Dominância conformista	Desempenho compulsivo	Aquiescência compulsiva às expectativas do Status
Dominância alienatória	Rebelião	Fuga

As idéias de Marx fazem parte das explicações da doença mental de R. Gentis. Sua obra centra-se em torno da teoria marxista e o tonus ideológico transparece em seus trabalhos.

Para Gentis, louco é aquele que entra em um hospital como doente mental; são os fracos; aqueles que têm que se submeter à violência do sistema de tratamento. O pertencer à casta dos médicos, às sub-castas do pessoal para-médico ou à base do sistema está decidido já na escola primária, super-estrutura educacional encarregada de manter o sistema estratificatório e opressor vigente.

Para Foucault, o fato mórbido é constituído por projeções de temas culturais. A doença mental tem um significado positivo tanto quanto negativo. Negar o lado positivo da doença é não querer reconhecer-se no doente que se persegue ou encarcera.

Em uma linha estruturalista está Levi-Strauss. Diz ele que o tratamento que recebe o doente mental se explica porque nossa sociedade é antropoêmica, i.é, que expulsa os seres diferentes dos normais (criança, louco, xamã, América Índia, etnólogo). "Fa-

zendo do histérico um ser anormal tem-se o direito de dizer que sua existência não nos diz respeito e não há exigência de que se faça revisão de nossa ordem social, moral e intelectual aceita!.. "consolidava-se na ordem da natureza o que não era senão expressão cultural".

O modelo funcionalista de Parsons será utilizado nos modelos integrados.

3. TENTATIVAS DE MODELOS INTEGRADOS

As tentativas de explicação conjunta da doença mental a partir do sistema individual e do sistema social marcam a integração, na psiquiatria, das disciplinas psicologia, sociologia e inclusive dos modelos organicistas.

Dentro destes modelos integrados há que distinguir, também, contribuições muito distintas dependendo das teorias sociológicas ou psicológicas que lhes servem de apoio dominante.

De um lado podemos colocar as contribuições de Goffman, Gallagher e Levinson, modelo predominantemente em termos de sistema sócio-cultural, utilizando o quadro referencial teórico de teoria de Parsons.

Goffman focaliza o modelo sistema social quando diz que a categoria "doença mental" só se torna sociologicamente significativa quando há alteração de seu destino social. Isto só ocorre depois da internação em um hospital psiquiátrico.

"O comportamento doente atribuído ao doente mental é em grande parte resultante da distância social entre quem lhes atribui isto e a situação em que o sujeito está colocado". O que determina a internação de um doente mental depende muito mais de variáveis sociais que de características da doença; essas variáveis seriam: variáveis sócio-econômicas, ser apanhado na transgressão, recursos disponíveis, além do nível de tolerância do grupo. "Na medida em que muitos doentes mentais não são internados pode-se dizer que os doentes mentais são internados não por doenças mas por circunstâncias" (6).

Gallagher e Levinson definem o paciente psiquiátrico como uma situação passível de ser experimentada por qualquer pessoa que ocupa a posição socialmente definida de "paciente", dentro de uma estrutura do hospital psiquiátrico, sem levar em conta seu grau de enfermidade, se deseja estar aí, ou a que tratamento se submete. O uso, a natureza e o significado da condição de paciente de-

pende do hospital, do contexto social mais amplo e do paciente individual.

Esses autores chegam a estas conclusões a partir de um duplo enfoque: da análise do sistema de personalidade e do sistema social hospital-psiquiátrico ou instituição-total, na denominação de Goffman.

A posição de Cooper, um dos representantes da anti-psiquiatria, também deve ser enquadrada dentro de uma tentativa dupla: a doença mental é uma situação de crise micro-social; atos e experiência de determinadas pessoas são invalidados por outros em virtude de certas razões culturais e micro-culturais inteligíveis. A doença cai sobre a pessoa e a pessoa desaparece; é uma violência da sociedade sobre a pessoa.

O modelo médico é inadequado para explicar a enfermidade. O problema está no relacionamento. A família interpreta para o paciente a sociedade global. Se a sociedade está cheia de formas alienadas, ela propicia muito estranhamento. Estranhamento é a sensação de ser agarrado num processo que é alheio às próprias intenções e aos seus próprios atos e às intenções e atos de cada outro no grupo. É a consequência, para o indivíduo, das ações alienadas. Ele pode esquivar-se ao estranhamento, fugir, mas se toda escapatória ficar difícil cai em uma psicose.

A terapêutica proposta por Cooper está de acordo com suas formulações: é a Comunidade Terapêutica levada às últimas consequências; é uma organização estruturada para preservar ao máximo os limites do eu, sua não-invasão e para assegurar o desenvolvimento da autonomia em substituição à antiga alienação.

Outra tentativa de integração é feita por M. Langer na Argentina, que coordena um movimento de psicanalistas-marxistas inconformados com a apregoada incompatibilidade Marx-Freud. À semelhança da psiquiatria institucional analítica francesa, este grupo visa a uma compatibilidade das duas teorias, e a estabelecer uma relação entre o afeto, a subjetividade e o campo social e político.

Os movimentos da comunidade terapêutica iniciados na Inglaterra com Maxwell Jones e a extensão dos âmbitos desta assim como da anti-psiquiatria para a Psiquiatria Comunitária devem ser entendidos no mesmo sentido, como modelos mistos. Dentro de distintas orientações no modelo médico-terapêutico, usam do contexto social como elemento a ser manipulado para recuperação de saúde, do paciente, sua reabilitação e readaptação social.

Em oposição ao hospital psiquiátrico, estrutura societária, tradicional, autoritária, opressiva e rígida, a comunidade terapêutica organiza-se segundo uma estrutura comunitária onde imperam relações pessoais. Consiste em um conjunto de técnicas integradas que se aplicam a uma instituição, tendendo a permitir e a obter o máximo de participação por parte dos pacientes e se caracteriza por um sistema flexível conhecido por todos os participantes.

Para Szasz, as doenças mentais sofrem influências dos sistemas educacionais, sócio-econômicos, políticos e religiosos. Na sociedade opulenta, há histeria. Na sociedade soviética, seu equivalente é o fingimento. Os rótulos se referem apenas em parte aos pacientes; referem-se também ao rotulador na sua qualidade de membro da sociedade. O fingimento na sociedade soviética libera o operário do trabalho; a histeria é uma fuga a um excesso das tensões da sociedade capitalista.

A visão médica obscurece o fato de que o que existe são problemas de relações humanas e de poder; são dificuldades no enfrentar problemas vitais. A vida em sociedade é um jogo com regras determinadas; quando nas sociedades ocorrem mudanças, as pessoas podem não estar preparadas para mudar de jogo. A procura da relação médico-paciente aumenta, mas esta relação buscada é menos com o terapeuta que do aluno com o professor, no aprendizado do jogo da vida.

Scheff é um sociólogo que aplica à sociedade a teoria dos sistemas. Sociologicamente o comportamento desviante é a violação das normas sociais, o que determina sanções negativas por parte da sociedade. A formulação da conduta inadaptada em função de expectativas de papéis e da teoria do reforço estabeleceu um vínculo entre os modelos sistêmicos individuais e sociais de conduta.

Para Scheff, por diversas causas, biológicas, psicológicas e sociais, a maior parte dos indivíduos num determinado momento se empenha num comportamento de violação das regras, o que pode ser definido como anormal ou errado.

Grande parte dessas violações não são notadas. Mas depêndendo do status do indivíduo, da visibilidade da violação, do nível de tolerância da comunidade, de seus efeitos para a família ou amigos o comportamento dele pode acarretar uma crise pública e ele ser rotulado "doente mental".

Estas respostas sociais de outros que têm importância para ele, aliadas à sua própria sugestibilidade numa ocasião de tensão e aos comportamentos estereotipados dos mentalmente perturba-

dos que ele aprendeu durante o processo normal de socialização, contribuem para que ele se defina a si mesmo como aberrante (sociologicamente, qualquer papel e sua auto-concepção é elaborado socialmente, embora nem sempre com tensão ou crise). Na medida que isto pode perturbar quem já está enfraquecido, torna provável novos comportamentos inusitados. Scheff mostra como o psiquiatra e pessoas da equipe de saúde, trabalhando com quadros diagnósticos, tendo "rotulado" o paciente, reforçam os comportamentos aberrantes. O mesmo ocorre com as "pessoas importantes", criando assim um circuito de realimentação dos sinais classificados como psicóticos.

Segundo estas teorias a doença mental seria um produto sistêmico, oriundo de uma rede de acontecimentos ou processos em curso, que se transformam, a saber:

a) a estrutura institucional e cultural historicamente herdada com seus interesses firmados e seus empresários morais;

b) a matriz das transações interpessoais dentro dessa estrutura por meio das quais as distorções do desempenho cotidiano de papéis geram ajustamentos, barganhas e aberrações ocasionais ou experimentais; no contexto de reações sociais, podem ocorrer "rotulação" e consequente definição do EU como aberrante;

c) a resultante construção em torno dos aberrantes de carreira, no caso os doentes mentais (construção dos doentes mentais, seus papéis, etc.);

d) realimentação das reações desses grupos, direta e indiretamente transmitida à estrutura sócio-cultural.

O ponto comum das teorias sistêmicas mais modernas sobre condutas aberrantes em geral e sobre o doente mental em particular é que a doença mental não é tipicamente gerada no interior do indivíduo solitário, mas constitui parte de uma atividade social colaborativa dentro da qual são engendrados valores, significados e meios. Assim, estruturas ilegítimas de oportunidade, já existem em algumas sub-culturas (sub-sistemas) proporcionam ao indivíduo oportunidade de aprender a executar atos aberrantes e recebe o apoio (reforço) da subcultura; quando o indivíduo pressionado pelo sistema global passa a executar estes comportamentos é definido e se auto-define como aberrante.

Os modelos integrados expostos são passíveis de distintos graus de comprovação empírica. Por exemplo, a partir do modelo sistêmico que procura integrar aspectos da gênese dos comportamentos aberrantes tanto na interação quanto na estrutura do sistema, poderíamos formular as seguintes hipóteses:

1) O tipo de patologia varia em diferentes estruturas so

ciais.

2) As alterações nos distintos sistemas parciais refletem-se no sistema global.

3) A inserção em distintos estratos condiciona probabilidades distintas de Saúde Mental.

4) As alterações no sub-sistema econômico interferem no sub-sistema saúde, etc...

O simples enunciado destes tópicos para pesquisa revela que, ao mesmo tempo que se aproximam, é fácil separarem-se rapidamente o discurso psicológico experimental e o discurso sociológico macro-estrutural.

Como montar experimentalmente um modelo das teorias marxistas do privilegiamento da infra-estrutura sobre a super-estrutura?

Por exemplo, como sair do terreno da especulação para testar a hipótese de Castel sobre a manipulação do poder que seria uma consequência desta colocação marxista? Castel sugere que no sistema saúde sente-se o reflexo do político, i.e., do uso do poder. Os sistemas autoritários absolutos foram substituídos por formas democráticas de uso do poder; o modelo democrático se apoia muito mais na manipulação e sugestão que no uso da força e da violência. É de se esperar que concomitantemente às transformações nas formas de poder do Estado ocorram transformações no sistema de prestação de serviços de saúde em geral e, em particular, dos serviços de saúde mental. Neste sentido, os movimentos de comunidade terapêutica e psiquiatria comunitária seriam os equivalentes e estas ideologias democráticas. Mas, também se poderia supor, diz o autor, que a psiquiatria comunitária esteja, no fundo, atendendo às necessidades de alterações do sistema econômico. A alienação do trabalhador, aumentando o número de doentes mentais e atingindo grande parte das classes médias, influi no afastamento, do mercado de trabalho, de grande parte de mão de obra que sustenta o sistema. Impõe-se, por isto, aliviar o Estado dos encargos com saúde e reintegrar rapidamente a mão de obra afastada. A Psiquiatria Comunitária seria a resposta viável mais econômica.

Esta colocação de Castel é útil para mostrar o paralelismo entre o comportamento dos sociólogos e daqueles psicólogos que postulam a determinação inconsciente do comportamento. Em ambas as posições profissionais há que buscar o conteúdo latente dos comportamentos manifestos. Mas, sua demonstração empírica não é fácil.

Reportando-me agora à outra possibilidade de interpretação do papel que me foi atribuído, isto é, falar como Célia, uma pessoa, com formação em ciências sociais, que sofreu também a influência de outras áreas de informação.

Relembrando trabalhos de Eaton e Weil com os hutterites, eu poderia com eles concluir: cada sociedade tem tipos diferentes de doentes mentais e padrões diferentes de tratamento. Esquemáticamente diria: se nos americanos predomina a esquizofrenia, nos hutterites é maior a incidência de psicose maníaco-depressiva. Para os primeiros, a condição é reconhecida como doença; para os segundos, como uma fase transitória de desorganização do comportamento. Nesse sentido, normal e patológico têm dimensões culturais; por exemplo, a homossexualidade é padrão normal, com função social em determinados grupos.

Esta posição corre o risco de acentuar a dimensão sócio-cultural, em detrimento de outras dimensões do homem. Também o bôcio, a obesidade e a deformação dentária são padrões de beleza e, portanto, não só "normais" como padrões ideais em alguns grupos. Podemos, em nome de uma normalidade cultural, falar em bôcio não patológico? Ou será que é possível estabelecer um padrão de normalidade que considere concomitantemente aspectos fisiológicos, psíquicos e sociais? Uma coisa é apontar a origem sócio-cultural de um padrão de comportamento; outra, aceitá-la como normal porque frequente.

O relativismo cultural poderia levar a uma visão predominantemente sócio-cultural do problema de normal e patológico, com desconsideração dos aspectos fisiológicos e psíquicos. É necessário que se tente conservar o homem integrado ao procurar estabelecer os padrões de saúde mental.

Numa tentativa de integração de inúmeras contribuições, prefiro encarar o homem como um ser dotado de estrutura e energia, que entra em interação com o ambiente já numa fase embrionária. Suas probabilidades de sobrevivência, o tipo e a quantidade das interações que vai estabelecer estão, já nesta fase embrionária, dentro de certos limites, predeterminados em função das condições das matrizes biológica e social onde nasce e vai se desenvolver. A placenta embrionária controlará quantidades e a qualidade de nutrientes bioquímicos; a placenta social, de nutrientes sócio-culturais; uma e outra vão fornecer um dos polos da interação sujeito-ambiente, que só terminará com a morte. Ambas determinam, para cada sujeito, a probabilidade e a intensidade daquilo que se convencionou

chamar Saúde Mental.

Por outro lado, convém lembrar que Saúde Mental é um conceito tipo ideal, ou conceito limite, no sentido matemático, que não existe em sentido absoluto e portanto só é atingível utopicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Backès-Clement, C. - Lévi-Strauss. Ed. Anagroma. Barcelona, 1970.
- Castel, R. - Vers les nouvelles frontieres de la medecine mental.
R. franc. Sociol. XIV. N° espec. 1973: 111-135.
- Cooper, D. - Psiquiatria e anti-psiquiatria. Trad. R. Schnaidermen.
Perspectiva. S.P., 1973.
- Eaton, J. e Weil, R. - Culture and mental disorders. The Full Press,
1955.
- Foucault, M. - Doença mental e psicologia. Trad. Zillian R. Shal-
ders. Tempo brasileiro, R.J., 1975.
- Gallagher, E. e Levinson, D. - Sociologia del enfermero mental.
Trad. E. Franchie Amorrtortu, B. Aires, 1971.
- Goffman, E. Internados. Ensayos sobre la situación social de los
enfermos mentales. Trad. M.A.O. de Grout. Amorrtortu, B.Aires,
1970.
- Gentis, R. - Les murs de l'asile. Ed. Maspero. Paris, 1975.
- Grimson, W.R. - Sociedad de locos: experiencia y violencia en um
hospital psiquiátrico. Nueva Vision, Buenos Aires, 1972.
- Gurvitch, G. - La vocation actuelle de la sociologia, Paris, Press
Univ. de France, 1950.
- Hochman, J. - Hacia una psiquiatria comunitaria. Trad. M. Rosz-
man. Amorrtortu, B. Aires, 1972.
- Langer, M. y otros - Questionamos a psicanalise e suas institui-
ções. Petrópolis, Edit. Vozes Ltda., 1973.
- Marx, K. - Contribuição à crítica de economia política. Trad. Vi.
Fernandes, Ed. Flama, São Paulo, 1946.
- Mead, G. - Espiritu, persona y sociedad. Trad. Florial Mazia Ed.
Pai dos, B.A., 1972.
- Parsons, T. - The structure of the social action. McGraw Hill, N.
York, 1937-

Szasz, T. - El mito de la enfermedad mental. Trad. F. Sctaro. Amorrortu, B. Aires, 1973.

Scheff, I. - El rol del enfermo mental. Trad. F. Sctaro. Amorrortu, Buenos Aires, 1973.

Sullivan, H.S. - Psychiatry - Encyclopedie of Social Science. XII: 578-580 - 12^o Ed. New York, 1957.

Sullivan, H.S. - La fusión de la psiquiatría y de las ciencias sociales. Trad. A. Leal. Ed. Psique B. Aires, 1968.

O DOENTE MENTAL VISTO PELO PSIQUIATRA

Edmundo Maia⁺

Somos psiquiatra de formação ecletiva, que considera os distúrbios mentais um acontecimento humano pluridimensional, em suas manifestações e em suas gêneses.

Conhecer a história natural de uma enfermidade não se limitará a uma descrição, não será apenas etiquetar sintomas. Muito mais importante será averiguar a dinâmica do desenvolvimento e evolução desse modo de enfermar, o que permitirá estabelecer além do diagnóstico, um prognóstico, isto é, uma linha de conduta.

Na história natural da enfermidade há uma biodinâmica, que jamais se deve subvalorizar. O grande esquema de KRAEPELIN ao isolar dois grupos mórbidos - um de caráter cíclico, que deixa interna a personalidade fora das fases, e outro com peculiares tendências destrutivas da personalidade do enfermo, - vale só como pontos de referência. Hoje não são mais que formas de enfermar.

- As características de uma pessoa mentalmente sã, qualquer que seja a idade, segundo definição dos "experts" da OMS, são:

- 1 - A pessoa aceita-se e auto estima-se de modo justo;
- 2 - Relaciona-se bem com seus semelhantes;
- 3 - Sabe enfrentar as exigências e dificuldades da vida.

- KLAEST, considera "psiquicamente patológico" todo o transtorno das funções anímicas que impeça a realização interna e externa da personalidade.

- Em todas as doenças mentais existem irregularidades de comportamento e, na maioria delas, confluência de causas múltiplas (ZISKIND).

Há sempre intervenção simultânea dos dois fatores - hereditários e ambientais - na formação da personalidade. Sem dúvida, o meio ambiente é fundamental. Mas se torna indispensável que as estruturas neuro-fisiológicas (portanto, heredo-constitucionais) estejam devidamente preparadas para receberem os estímulos ambientais (Como no conhecido exemplo da criança-lobo).

CAMMER, defende que qualquer classificação de doença men

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Doente Mental visto por diversos profissionais", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

tal, de tipo internacional, terá de ser de caráter essencialmente etiológico, e aponta cinco categorias de fatores causais:

- a) fatores constitucionais;
- b) fatores metabólicos (que atingem a estrutura ou as funções orgânicas);
- c) noxas-infecto-contagiosas;
- d) fatores físicos e fatores culturais (que provêm das forças ambientais)

Há estruturas profundas de enfermar, que são: biológicas, pessoais e culturais.

O psiquiatra nunca deve esquecer que o enfermo é uma realidade e não uma personalidade mítica.

CHARANCOV assegura que qualquer classificação internacional terá de partir da aceitação das quatro categorias clínicas:

- 1) as psicoses (somatogênicas e psicogênicas);
- 2) as neuroses, com seus vários síndromes;
- 3) as psicopatias;
- 4) as oligofrenias.

A maioria dos autores incluem as oligofrenias e epilepsias no grupo das psicoses endógenas e as toxicomanias no grupo das psicoses exógenas (tóxicas). Entretanto, preferimos destacá-las desses grupos, colocando-as num item à parte, porque hoje sabemos que as oligofrenias e as epilepsias tanto podem resultar de causa endógena como exógena, bem como as toxicomanias estão associadas a qualquer quadro clínico (neuroses, psicopatias, psicoses endógenas e exógenas) dependendo deste quadro o êxito ou fracasso do tratamento.

O A. Sintetizou na lousa, o seguinte quadro:

- A - Pessoa mentalmente sã (OMS)
B - Psicicamente patológico (KLAEST)

Quadros psicopatológicos:

1 - Neuroses

- N. de angústia
- N. ansiosa
- N. de conversão
- N. fóbica
- N. obsessiva, compulsiva ou coacta
- N. de caráter

N. mistas

N. atuais:- Traumáticas, Anorexia nervosa, Astenia neurótica, Neurastenia, Hipocondria.

2 - Psicopatias (sociopatias) - estados psicopatológicos que exibem instabilidade de emoções, de pensamentos e de conduta. Distúrbios de caráter.

3 - Psicoses:-

a) Endógenas - esquizofrenias, ciclofrenias (P.M.D.).

b) Exógenas: (Organicas e Sintomáticas)

Psicose senis, P. luéticas - P.g.P., P. por enfermidades cerebrais raras, P. traumáticas, P. tóxicas:- (P. puerperais, P. alcoolicas, Toxicomanias).

c)-Além dos 3 psicossíndromes de origem somática, mencionaremos:

-Reação exógena aguda de BONHOFFER - Delírio ou Síndrome de Ilirante, Estado crepuscular, Esturpor, Ausência, Catatonia, Amnésia persistente.

-Síndrome psicoorganico ou Síndrome amnésico de BLEULER

-Psicossíndrome cerebral localizado (BLEULER)

4 - A) Epilepsias - Hiper-sincronização paroxística neural;

B) Oligofrenias - Dificuldade prática para conduzir-se autonomamente na vida; rendimento deficiente nos "testes" de inteligência.

C) Toxicomanias.

O.A. fez referências didáticas sobre as divisões e sub-divisões do quadro e destacou as seguintes definições:

1. NEUROSES:- são manifestações mórbidas, psíquicas e somáticas, de uma personalidade predisposta biologicamente. A atitude do neurótico leva-o a fracassar no ajuste do seu ambiente. As manifestações mórbidas têm uma psicodinâmica especial e são originárias, frequentemente, por impressões extraordinárias.

Esta é uma das melhores definições sobre neurose, dada por SIEBECK e reordenada por H. DELGADO.

HENRY EY destaca que as neuroses desestruturam menos profundamente que as psicoses (esquizofrenias e delírios crônicos) o sistema do Ego em suas relações com a realidade.

As neuroses são, antes de tudo, enfermidades do organismo, detido em sua evolução vital.

Para FREUD, as neuroses constituem forma de adaptação do

Ego às exigências impulsivas do Id e às Imposições sócio-culturais (e morais) do Super Ego.

O tratamento indicado em primeiro lugar para os casos de neuroses será a Psicoterapia, cujos tipos são vários, bem como os métodos são diversos e as técnicas são inúmeras.

K. JASPERS - chama de Psicoterapia a todos os métodos de tratamento que atuam sobre o psiquismo ou sobre o organismo, usando de recursos dirigidos ao psiquismo e sempre requerendo a cooperação do paciente.

Resumindo definições de NOYES e KLOB e de CAMUS e PAGNIEZ, representantes das escolas Americana e Francesa, teríamos: Psicoterapia é um meio terapêutico psiquiátrico dos problemas e transtornos emocionais e da personalidade por meios psicológicos, onde a mente do Terapeuta atua sobre a mente do enfermo.

Psicoterapia, em suma é o trabalho de ajudar o indivíduo a abandonar os conceitos negativos ou excessivamente positivos arraigados nele pelas suas muitas experiências inadequadas acerca das realidades fundamentais.

Há casos de neuroses graves, como certas neuroses fóbicas, neuroses obsessivo-compulsivas, neuroses depressivas, que exigem para segurança do próprio paciente, inicialmente internação em hospital psiquiátrico, para tratamento químico-biológico (nós preferimos a Sonoterapia catártica) afim de aliviar o paciente de tensões, ansiedades, conflitos, de "quebrar" as resistências ou romper a "couraça de REICH, preparando-o para a psicoterapia indispensável.

2. PSICOPATIAS:- Segundo K. SCHNEIDER, constituem anormalidades hereditárias do caráter, observando-se em personalidades que, por sua anomalia, sofrem ou fazem sofrer a sociedade. São estados psicopatológicos que exibem instabilidade de emoções, de pensamento e de conduta. Frequentemente são anti-sociais e sexualmente perversos. Apresentam ausência de sentimentos de culpa, o que indica perturbações na formação do Ego, sobretudo em relação à instituição do Super Ego. Têm muitas vezes bom nível intelectual. Mas o pensamento racional não é valorizado por eles. Não planejam para o futuro, nem têm capacidade para analisar ou avaliar o passado. Têm tendência à gratificação, cega e imediata de impulsos e instintos agressivos e negativistas. Não se modificam nem pela experiência nem pelo castigo.

São estes casos que derrotam o psicoterapeuta, em suas tentativas de recuperar o indivíduo pela Psicoterapia.

No grupo dos psicopatas ficam enquadrados grande número de delinquentes, de terroristas, de toxicomanos, daí ser difícil a cura destes.

A fase da vida em que as psicopatias se exteriorizam clinicamente é a da adolescência.

A psicoterapia tem chance de sucesso nas psicopatias sem complicações com perversão, toxicomania, delinquência.

3. PSICOSES:- Seria um processo de natureza defensiva resultante final de confluência de múltiplos influxos prejudiciais sobre o indivíduo. Tal processo se exterioriza por uma mudança no modo existencial e na conduta do indivíduo, capaz de provocar sofrimento para si e para os espectadores, levando-o para uma desadaptação entre si e o meio ambiente e, por fim, destruindo (passa geira ou definitivamente) a fórmula instável de relação entre ambos.

Toda psicose tem várias raízes e jamaís resulta de uma só causa, por intensa e efetiva que seja. Com o mesmo material patológico cada paciente "constroe", "edifica" ou "estrutura" uma distinta psicose, assim como o arquiteto, com o mesmo material, pode construir vários tipos de casas. Será um juízo de "valor" e não de "forma", que nos permitirá firmar em cada caso, o diagnóstico. É será uma "análise estrutural" dinâmica e compreensiva de seu volume e da "hierarquização" de seus fatores, o que nos permitirá individualizar e definir, cientificamente, a psicose.

A indicação terapêutica das psicoses deverá ser feita de acordo com o diagnóstico. Nas crises agudas de qualquer caso há indicação do paciente iniciar o tratamento químico biológico em regime hospitalar, para maior segurança do próprio paciente. A intervenção, porém será de preferência a curto prazo (10, 20, 30 dias), como o A. preconiza e adota na Clínica que dirige em São Paulo (Clínica Mala).

Logo o paciente apresente remissão social, deverá ser encaminhado para tratamento externo (ambulatorial), no qual se incluirá a Psicoterapia, já iniciada no hospital.

4a. EPILEPSIAS:- Caracterizam-se pela existência de descargas neuronais encefálicas anormais, excessivas, espontâneas, localizadas, paroxísticas e recorrentes. Hiper-sincromização paroxística neuronal.

Etiologicamente podem ser genuínas, quando nasce com o

indivíduo, ligada a fatores hereditários e sintomáticas (pós-natais), ou secundárias, consequentes à infecções, intoxicações, traumas craneanos. Ressaltaremos ainda os fatores pré-natais (herança, traumas intra-uterinos, sífile, anestésicos em dose alta, circular de cordão, forceps), natais e pós-natais.

Quanto à localização cerebral do processo teremos: as bilaterais ou centro-encefálicas, difusas, generalizadas (grande mal e pequeno mal), as unilaterais, diferenciadas apenas pelo EEG, e as parciais, cujas crises atingem um lobo ou parte de um lobo (motoras, sensoriais, vegetativas, alterações psíquicas).

Por fim relembremos, além do carater epilético (lentidão do pensamento, prolixidade, perserveração, viscosidade, pegajosidade, detalhismo, humor disfórico, irritabilidade fácil, explosividade) as psicoses epiléticas, que podem assumir forma de confusão mental, de excitação maníaca ou de depressão melancólica. Tem início e término bruscos, são periódicas e de forma invariável no mesmo paciente, e a dementia epilética.

O.A. estendeu-se neste tema, por se tratar de um dos mais frequentes síndromes neuro-psiquiátricos. Estima-se em 0,5% de epiléticos na população em geral, percentagem que se eleva até 5% se considerarmos a população epilética com traçado EEG normal, mas com alterações da personalidade ou com distúrbios psíquicos relacionados à descargas bioelétricas sub-clínicas.

O tratamento dos casos de epilepsia deve ser feito com conhecimento de causa. Elege-se o medicamento segundo a sintomatologia apresentada. Nas formas mistas de epilepsias, por exemplo, grande mal e ausências, estão indicadas às associações de várias substâncias, mas em doses adequadas ao organismo do paciente. Alguns remédios podem mesmo agravar os "grandes ataques". A redução brusca do Luminal - o chamado "pão do epilético" - pode resultar perigosa, dando lugar até ao estado de mal epilético. O.A. sempre inclui na terapêutica medicamentos hepato-protetores e aconselha ao paciente certas medidas higiênicas e dietéticas.

A psicoterapia pode ser importante em alguns casos, mas como terapêutica auxiliar.

4b. OLIGOFRENIAS- DEFICIENCIA MENTAL:- Problema médico, psicológico, educacional, sociológico. Frequência: 5% da população.

O conceito de Oligofrenia, teoricamente, deveria ser decomposto em 3 elementos: a) Oligognosia - atraso da inteligência;

b) Oligotomia - atraso do desenvolvimento afetivo; c) Oligotelia - atraso do desenvolvimento motor.

Critério mais justo para os casos de Oligofrenia - com provação de dificuldade prática para conduzir-se automaticamente na vida e rendimento deficientes nos testes de inteligência..

O A. recordou a conhecida classificação psicométrica: debilidade (Q.I. = 50 a 75); Imbecilidade (Q.I. = 25 a 50) e Idiotia (Q.I. = 0 a 25) e a classificação atual recomendada pela OMS: Deficiência mental: limiar (leve), discreta, moderada, severa, grave, grau não especificado. Referiu-se ainda às formas especiais de Oligofrenias: fenil-cetanúria, cretinismo, mongolismo e idiota amaurotica familiar.

O tratamento deve ser equilibradamente médico e psicopedagógico..

O prognóstico deve basear-se no exato conhecimento da etiologia, localização e da intensidade, bem como a forma de transtorno deficitário, só é válido quando feito a posteriori de um intento científico de correção pedagógica.

Os modernos métodos de educação terapêutica permitem, com efeito, obter resultados favoráveis ainda em casos que pareciam condenados ao fracasso.

4c. TOXICOMANIAS:- O A. ao referir-se ao grupo das Toxicomanias ou Dependências deu ênfase em primeiro lugar, a constituição toxicofilica. Não é a droga o único elemento a considerar-se na gênese das Toxicomanias. Estas, na maioria dos casos, surgem quando em contato de uma personalidade especial, predisposta com a droga. Esta predisposição chama-se toxicofilia, que seria de 2 tipos:

a) Toxicofilia orgânica - vinculada à constituição somática do indivíduo.

b) Toxicofilia psíquica - mais frequente e importante, calcada em uma especial estrutura de caráter e em que se mesclam os seguintes traços: 1) disforia, com oscilações frequentes do estado de ânimo; 2) intolerância dos estímulos desagradáveis, tanto físicos como psíquicos; 3) egocentrismo; 4) reações em curto circuito. Tudo isso conduz o indivíduo a uma "procura de prazer" imediato, sem pensar nas consequências e "fuga à ansiedade, ao sofrimento" por qualquer meio. Assim sendo, o toxicofilopsíquico tem uma personalidade imatura, seja neurótico, psicopata ou distímico.

~~Mesmo antes do aparecimento da toxicomania, com seus cor~~

respondentes distúrbios de conduta, o dependente - com a agravação de outros sintomas - mentem-se num círculo vicioso, impossibilita do dele sair por seus próprios recursos.

A toxicomania ou dependência é um estado de intoxicação periódica, nociva ao indivíduo e à sociedade, resultante do consumo repetido de uma droga, natural ou sintética. Suas características são:

1. Necessidade imperiosa, compulsiva de usar a droga e procurá-la por qualquer meio.
2. Tendência de aumentar a dose.
3. Dependência de ordem psíquica (psicológica) e, às vezes, física dos efeitos da droga.

O A. fez referências às fases chamadas: hábito, tolerância, dependência física, síndrome de abstinência, e destacou que o importante é situar o toxicomano primariamente no grupo dos neuróticos, psicopatas ou distímicos, a fim de compreendê-lo em sua problemática e de tratá-lo de acordo com seu diagnóstico. Para O A. a recuperação social e o prognóstico dependerão da estrutura de cada toxicomano. Os neuróticos geralmente são os que melhor se recuperam, quando além do tratamento hospitalar (fase de desintoxicação e do descondicionamento) seguem o tratamento externo (fase de Psicoterapia, Hipnoterapia), alcançando o amadurecimento da personalidade e reformulando os planos de vida. Os psicopatas, portadores de distúrbios de caráter, dificilmente se recuperam porque, a rigor, só fazem (e forçados pela família ou pela justiça) o tratamento hospitalar, desinteressando-se e abandonando o tratamento psicoterápico. Os distímicos (esquizofrênicos, maníaco-depressivos, epiléticos, etc.) embora mais doentes, obtêm melhores resultados que os psicopatas, quando as crises são tratadas corretamente.

O A. adota a seguinte técnica para tratamento dos toxicomanos: 1ª fase: internação espontânea, de preferência, nem sempre possível devido as resistências do próprio paciente, dominado pelas drogas, ou compulsória (a mais comum), por pressão da família, ou por ordem judicial. Terapêutica: - a) desintoxicação; b) descondicionamento; c) sonoterapia catártica ou liberativa; d) psicoterapia e hipnoterapia; e) terapia ocupacional, incluindo prática de esportes. Tempo médio de 30 a 90 dias. 2ª fase: Em regime externo (ambulatorial) - Psicoterapia, Hipnoterapia - Tempo médio: de 6 meses a 3 anos, procurando manter-se o paciente integrado à sua atividade social, familiar e profissional.

O A. chamou a atenção do plenário para os chamados riscos hereditários, já que uma corrente de sociólogos, psicólogos e alguns psiquiatras, nos dias atuais, tentam ignorar a importância dos fatores hereditários na etiologia das doenças mentais, atribuindo-as quase que exclusivamente à influência do meio ambiente.

A maioria dos caracteres humanos é suscetível de sofrer uma variação contínua, quer por ações múltiplas dos próprios genes entre si, quer pela ação do ambiente. Tal variação contínua, resultante desses efeitos múltiplos e simultâneos, em que frequentemente se observam os fenômenos da segregação e da recombinação, - obedece a curvas do tipo gaussiano e constitui a chamada hereditariedade multifatorial ou poligênica. Esta caracteriza grande número dos traços humanos individuais normais: estrutura, inteligência, tensão arterial, longevidade, resistência à doenças transmissíveis, etc..

HOFFMAN foi o primeiro cientista que investigou, hereditariamente, gerações sucessivas de famílias, tentando tirar conclusões sobre os aspectos da personalidade em pais e filhos, bem como sobre os coeficientes hereditários de certas psicopatias, psicoses e neuroses. Concluiu que na atividade voluntária, no estado de humor e na afetividade pesam importantes componentes genéticos.

REINOEHL estudou 2.676 casais com 10.000 filhos, e verificou que - se ambos os pais eram bem dotados de inteligência, os filhos também o eram em 71% dos casos e somente em 3% apareciam filhos mal dotados. Por outro lado, se ambos os pais eram mal dotados, 60% dos filhos eram mal dotados e apenas 4,5% mostravam-se bem dotados. Estes dados justificam, como diz KATZ (1960), que a estruturação dos sistemas ganglionares ao nível dos quais se desenvolvem os processos nervosos que determinam o grau de inteligência em cada indivíduo, se transmite hereditariamente de pais a filhos.

LENZ encontrou dotes musicais supranormais numa linha masculina ininterrupta através de seis gerações da família de BACH. E a história mostra que houve muitos talentos musicais em várias gerações das famílias de MOZART, WEBER, BRAHMS, SCHUBERT e LISZT.

Os estudos de LOTTIG e os de GATTSCHALDT provaram também, através dos gêmeos, a supremacia do fator genético sobre o fator ambiente, nas manifestações da personalidade. A personalidade constitui, como sabemos, a síntese de todos os traços e princípios que distinguem um indivíduo do seu semelhante. Tal síntese correspon-

de a resultante final e ao modelo elaborado pela integração das forças do ambiente sobre o equipamento hereditário de cada um de nós.

O A., para não se estender muito, enfocou os riscos hereditários observados no grupo das psicoses endógenas, esquizofrenias e ciclofrenias (P.m.d.). Nas esquizofrenias (1% da população mundial), o risco hereditário foi registrado nas seguintes percentagens:

Por KALLMANN - pais: 3,3%; irmãos: 14,2%; gêmeos dizigotos: 14,5%.

Por von VERSCHUER e por KAREL PLANANSKI (1955) - percentagem pais ou menos semelhantes.

ELASSER (1952), SCHULZ, KAHN - afirmam que quando ambos os pais são esquizofrênicos - 20% dos filhos serão esquizofrênicos.

Nas ciclofrenias (psicose maníaco-depressiva, - 0-4% na população global) o risco hereditário nas famílias dos enfermos, será pelo menos 30 vezes mais importante nos parentes próximos.

KALLMANN dá estes resultados: pais 23,4%; irmãos 23%, gêmeos dizigotos 26,3%.

Nos casos de gêmeos monozigotos ROSANOFF, LUXEMBURGER, KALLMANN assinalaram: 95,7% nas ciclofrenias (P.m.d.) e 86,2% nas esquizofrenias.

ATKINSON insiste na necessidade de se valorizarem os fatores hereditários e ambientais que participam na etiologia da esquizofrenia e em se definir a natureza da anomalia da personalidade ao nível dos familiares desses doentes.

O A. condena a posição do movimento de contestação da "psiquiatria política" - a "anti-psiquiatria" do médico psicólogo COOPER e do filósofo MANFREDI, e de SZASZ, LAING e GABEL que declararam: "O alienado não seria doente e sim sua família, a sociedade é que seria doente e patogênica". A esquizofrenia não existe"... Este absurdo criaria um novo conceito de "norma" e o "normal" seria referido a minoria". Nesta concepção vaga os estrábicos seriam as normas.

Convém lembrar que o movimento de humanização dos hospitais de psiquiatria foi iniciado, há muitos anos, por CLIFFORD BEERS, que estão condenados os asilos, os hospitais grades, as camisas de força. Os hospitais-prisão existem apenas para receberem os casos de doentes mentais-delinquentes. Não foram pois os anti-psiquiatras que levantaram esta bandeira, nem os que instituíram

o "open-door", os hospitais-dia, os hospitais-noite, os ambulatórios, para a melhor reintegração dos doentes mentais no contexto familiar e social.

Estamos com CARUSO MADALENA quando escreve: "A autêntica psiquiatria social, baseada medicamente, terá a sua continuidade terapêutica mediante equipes operando dentro e fora dos hospitais, em zonas territoriais definidas (GAMMA e cols.). Esta grande avançada da psiquiatria "sectorial" será sempre e cada vez mais uma possibilidade e uma abertura daquela psiquiatria, sustentada pelas pesquisas e progressos da neurobiologia, da neuroquímica, da genética e da psicofarmacologia, defendida por J. LEME LOPES.

Sras. e Srs.,

É um equívoco considerar o homem exclusivamente como produto do meio, e pior ainda, como um robô programado por um dos segmentos desse meio.

Como dissemos, há sempre intervenção simultânea dos dois fatores hereditários e ambientais - na formação da personalidade.

Insistimos em repetir que o meio ambiente, sem dúvida, é fundamental. Mas se torna indispensável que as estruturas neuro-fisiológicas (portanto, heredo-constitucionais) estejam devidamente preparadas para receberem os estímulos ambientais.

O psiquiatra, no objetivo de compreender o paciente como uma unidade bio-psico-social, necessita da colaboração de outros técnicos, em equipes produtivas, mas nem sempre harmoniosas, o que é lamentável.

Em busca de melhor harmonia e compreensão é que aqui estamos reunidos neste Simpósio, psiquiatras, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, estudantes. Unamo-nos. Equacionemos nossos conhecimentos. Somemos nossos esforços. O homem moderno está sofrendo e precisa muito de nossa ajuda, de nosso trabalho positivo.

Saúde Mental e Psiquiatria Comunitária - Observações Iniciais -

Luiz Carlos Marcondes César⁺

Ao recebermos o convite para participar deste Simpósio, confessamos duas dúvidas, uma no aspecto técnico, outra quiçá ideológica, implicitamente suscitadas pelo tema proposto - "O DOENTE MENTAL VISTO PELO ASSISTENTE SOCIAL". A primeira delas decorre de nossa atividade profissional dirigir-se fundamentalmente ao desenvolvimento das potencialidades do ser humano, quer individualmente, quer em grupo ou comunidade, e muito menos aos aspectos ditos psicopatológicos; a segunda delas, decorre de nossa dificuldade em ver esse mesmo ser humano, catalogado por alguém oficialmente credenciado, como "doente mental", objetivamente merecedor de uma categorização que os torna muito diferentes e distanciados de nós, pessoas "normais".

Em consequência, preferimos vir aqui trazer o relato de uma experiência, com seus acertos e desacertos, desenvolvida durante esta outra experiência estimulante pela qual estamos passando, de criação e desenvolvimento de um Centro Comunitário de Saúde Mental, esperando que os debates que eventualmente se sigam possam de alguma forma contribuir para um crescimento mútuo.

Preliminarmente, devemos-nos referir, "en passant", a dois trabalhos desenvolvidos pela equipe, na área de ação da obra. Um deles, realizado no início do funcionamento do C.C.S.M., foi uma pesquisa, em que se procurou levantar conceitos da população relacionados com saúde mental, doença mental, suas causas, efeitos, possibilidades de tratamento, bem como reuniões levadas a efeitos com lideranças da área, e que vieram a caracterizar como um problema básico a ausência quase total de atividades de lazer. O outro trabalho, desenvolvido a partir de necessidades levantadas no ambulatório, foi a tentativa de mobilização de familiares de pacientes no sentido de se criar, na área, uma oficina abrigada. Este último trabalho se desenvolvia em dois níveis: um grupo de adolescentes, com limitações físicas e/ou psíquicas, fazia um programa diá-

⁺ Comunicação apresentada durante o Simpósio: "O Doente Mental visto por diversos profissionais", realizado durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro, 1975.

rio de Terapia Ocupacional, enquanto seus familiares realizavam reuniões semanais com o objetivo de motivação para mobilizarem a comunidade visando a criação de uma oficina abrigada.

Sem nos determos nas técnicas aplicadas, nem na avaliação do projeto, o fato é que a comunidade, com a assessoria do C. C.S.M., não conseguiu efetivar a instalação da Oficina Abrigada e o grupo foi dissolvido. Nessa ocasião, foi encaminhado ao S. Social um dos pacientes, adolescente, sexo masculino, com 17 anos de idade, o qual apresentava sequelas de P.C., com limitações leves no plano motor, e pequeno rebaixamento mental. O objetivo do encaminhamento seria um estudo para sua inscrição em uma oficina abrigada mantida por outras instituições, fora da área de ação da obra.

Após várias entrevistas, tanto com o cliente como com seus familiares, pudemos identificar alguns aspectos que pareciam relevantes, tais como:

- O cliente, bem como sua família, sentiam que a atividade de do mesmo junto a um grupo portador de deficiências físicas e/ou mentais tinha resultados contra-producentes, pela estigmatização do grupo como tal;

- O nível de aspiração vital, tanto do cliente como de sua família, embora apresentassem aspectos conflitantes entre si, estavam distanciados dos objetivos que o C.C.S.M. propunha inicialmente para o caso;

- O grupo familiar não se restringia à família nuclear, mas apresentava-se como um grande clã, composto por vários núcleos familiares cujos chefes eram irmãos, com patrimônio e ramo de atividades semi-comuns, sob a liderança de um tio paterno (descrito pelo cliente como despótico), e seu objetivo principal era a integração do paciente como unidade produtiva nesse sistema grupal;

- O cliente expressava sentimentos de sentir-se tolhido pelo grupo familiar, em especial na área de lazer/cultura (apreciava música e teatro), sentindo-se profundamente desvalorizado na atividade para a qual o pai, pressionado pelo tio, exigia sua colaboração (balconista em açougue). Como, segundo ele, não conseguia "diálogo", reagia não estudando e tabulando as aulas (repetia pela segunda vez a 7ª série).

Esses aspectos foram objeto de entrevistas conjuntas com o cliente e sua família (nuclear), e resolveram chegar, finalmente, a uma solução de "compromisso": a família permitiria que o cliente tivesse mais tempo de lazer, desde que este trabalhasse no

período da manhã no açougue, comprometendo-se ainda a estudar mais e frequentar com regularidade a escola.

Procurando-nos posteriormente para orientação, foram levantadas várias hipóteses para um programa, optando o cliente por um curso de iniciação ao teatro, promovido pelo SESC na ocasião.

Após a conclusão do curso, fomos novamente procurados pelo cliente, que compareceu desta feita acompanhado por dois outros jovens residentes na comunidade, solicitando orientação pois pretendiam "fazer alguma coisa", e agrupar mais jovens para desenvolverem atividades ligadas a lazer e cultura. Propuzemo-nos a realizar reuniões semanais com o grupo, o que foi aceito.

ATIVIDADES COM O GRUPO

1ª Fase: pré-grupo

Poderíamos dizer que, didaticamente, o pré-grupo apresenta as seguintes características:

- situação inestruturada
- expectativas não definidas
- objetivos e interesses individuais
- insegurança
- dependência do técnico.

O grupo iniciou suas reuniões com a presença de 3 rapazes e 2 moças, com idades que variavam de 15 a 17 anos, e rapidamente ampliou-se (por convite dos próprios integrantes do grupo) para um total de 12 jovens, sendo 7 rapazes e 5 moças, de faixa etária entre 14 e 18 anos. As reuniões duravam uma hora e meia, usando-se a técnica de discussão livre, reservando-se os 15 minutos finais para a avaliação, pelo próprio grupo, da reunião. Podemos considerar, como objetivos principais dessa primeira fase:

- Entrosamento dos elementos do grupo;
- Estímulo de uma atmosfera que facilite esse entrosamento;
- Estímulo à participação;
- Identificação de problemas e dificuldades dos elementos;
- Estímulo à participação nas deliberações e planejamento das atividades;

Nesta primeira fase, várias vezes o A.S. foi solicitado por elementos do grupo para uma entrevista individual, na qual o indivíduo buscava "apoio" e "conselho" do A.S., para problemas in

dividuais. Nessas entrevistas, procurava-se clarear o papel do A. S. perante o grupo, bem como discutir as dificuldades do indivíduo em colocar seus problemas para serem discutidos perante o grupo.

2ª Fase: Grupo em organização

Também didaticamente, poderíamos dizer que o grupo, nesta fase, apresenta as seguintes características:

- tentativa de definição de seu objeto;
- esboço de organização;
- início de definição de papéis e "status";
- busca de proteção e apoio do A.S.;
- início de planejamento de atividades;
- luta pela liderança;
- tentativas de atividade.

Poderíamos definir como objetivos técnicos principais, nesta fase, o estímulo à interação, desenvolvimento da espontaneidade, superação de bloqueios na comunicação, identificação de papéis, reflexão sobre os programas de atividade, incentivo à mútua aceitação.

Para tanto, foram usadas técnicas específicas da dinâmica de grupo. As reuniões tinham início com técnicas de aquecimento (duração de 15 minutos), seguindo-se jogos de dinâmica de grupo, quer em função de problemas levantados na reunião anterior, quer em função de problemas emergentes ("desempenho de papéis", "cochicho", "comunicação linear", "reversibilidade", "montagem de desenho", "colagem"). Segue-se a discussão da técnica empregada, seus objetivos, e uma avaliação (pelo grupo) da participação individual e grupal. No início dessa fase, notou-se uma tendência, no grupo, para a verbalização, com dificuldades para assumir tarefas concretas. Tema constante das reuniões eram as queixas dos elementos do grupo quanto aos bloqueios exercidos por suas famílias e professores, "falta de diálogo" e estímulo por parte dos pais. O grupo chegou a planejar (sem chegar a concretizar) uma reunião conjunta com os pais. Pode-se considerar como marco final desta fase o fato de ter o grupo ensaiado uma peça de teatro, com base em um texto escrito pelo cliente que iniciou o grupo, peça esta que abordava o problema de falta de comunicação que os jovens sentiam com relação a seus pais. Esta peça foi encenada em casa de um dos elementos do grupo, perante uma assistência constituída por seus próprios pais e parentes. Em posterior reunião de avaliação,

o grupo considerou ter havido melhora no relacionamento com os pais, que passaram a dar apoio e adesão às suas atividades. Como aspecto negativo, o grupo considerou que se sentiu pouco espontâneo na representação, e que, para prosseguirem nessa atividade de teatro, necessitariam de ajuda.

3ª Fase: Grupo organizado.

Ainda didaticamente, poderíamos considerar como características principais desta fase:

- Desenvolve-se a participação, qualitativa e quantitativamente;
- O grupo se identifica como tal (conceito de "nós");
- Desenvolvimento da cooperação;
- Desenvolvimento da capacidade de planejamento e execução;
- Maior espontaneidade.

Como objetivos técnicos principais, podemos considerar a manutenção da internação, bem como a clarificação do comportamento grupal, para que consiga esboçar uma auto-compreensão (enquanto grupo) e assumir um plano de intervenção e avaliação.

No desenvolvimento desta fase, conseguimos a colaboração de um voluntário, técnico em treinamento de sensibilidade, que iniciou um programa com o grupo. Nossa intervenção, nesse período, foi levada a efeito através da clarificação do comportamento grupal, durante as sessões de treinamento de sensibilização e, ao final das mesmas, participação nos processos de avaliação e planejamento das atividades do grupo. Ocorreu, também, com o consenso grupal, a admissão de observadores (técnicos e estagiários do C. C.S.M.) às sessões.

Após o término do programa de treinamento de sensibilidade, as reuniões passaram a ater 15 minutos de aquecimento (nesta altura, as técnicas de aquecimento eram propostas e/ou criadas pelo próprio grupo), seguindo-se técnicas específicas de dinâmica de grupo, em função dos problemas levantados ("desempenho de papéis em equipe", "desempenho em grupo", "troca de papéis", "construção de estrutura", "imagem do grupo", "grupo de observação e grupo de verbalização", etc.), concluindo-se pela avaliação e planejamento.

4ª Fase: Integração.

Também didaticamente, poderíamos considerar como caracte

rísticas principais desta fase:

- Estruturação do grupo;
- Apresenta condições de auto-compreensão e tomar medidas para seu re-ajustamento;
- Desmistifica a autoridade fora dos papéis;
- Toma consciência de suas limitações;
- Toma decisões unâimes
- Desperta para interesses extra-grupo.

Poderíamos caracterizar como funções técnicas principais o apoio e estímulo à autonomia, o auxílio em sua conscientização quanto a seu papel no contexto social, a motivação para engajamento em atuações extra-grupo, a assessoria nos contactos com a comunidade.

Nesta fase, foram usadas técnicas de discussão livre, grupo operativo e "assembleia de debatedores". O grupo procurou recursos na comunidade para desenvolver suas atividades, tendo mantido contactos com uma paróquia e uma sociedade "amigos de bairro". Começaram também a definir-se polarização de interesses dentro do grupo, iniciando a formação de sub-grupos, um voltado para a atividade teatral, e outro para a música. O primeiro procura definir sua temática em torno dos problemas vivenciados pelos jovens de sua comunidade. Os dois sub-grupos, entretanto, se integram cooperativamente nas atividades programadas por qualquer um deles.

5ª Fase: Autonomia

Nesta fase, caracteriza-se o grupo pela apresentação de objetivos definidos, ampliação e receptividade para a integração de novos elementos e inserção no contexto ambiental.

Os objetivos técnicos principais podem ser resumidos no trabalho de conscientização e preparo do grupo para o desligamento do técnico, bem como apoio à integração em outros programas já existentes na comunidade.

Esta fase foi desenvolvida através de técnicas de discussão livre. Paralelamente, o grupo manteve uma série de reuniões com o diretor do departamento cultural da sociedade "amigos de bairro", passando a desenvolver suas atividades nas dependências dessa sociedade. Progressivamente o grupo se desligou do técnico, mantendo, durante algum tempo, contacto através de dois representantes. As atividades vinham se desenvolvendo normalmente, tendo o grupo de teatro aberto para a comunidade, no sentido de participação de outros jovens que não os componentes do grupo inicial.

Posteriormente, não trouxemos conclusões no que se refere à experiência acima exposta, preferindo ter a oportunidade de debatê-la com os presentes.

BIBLIOGRAFIA

Beal, George M. - Liderança e Dinâmica de Grupo. Zahar, 1972.

Bion, W.R. - Experiências com Grupos. Imago, 1970.

Cartwright, Z. - Dinâmica de Grupo. Herder, 1972.

Klein, J. - O Trabalho de Grupo. Zahar, 1968.

MESAS REDONDAS

MESA REDONDA I

30 de outubro de 1975 - às 20:00 horas

CENTROS DE PESQUISAS EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

COORDENADORA: Maria Clotilde Rossetti Ferreira
Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

PARTICIPANTES:

Margarida Windholz
Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, USP.

CENTROS DE PESQUISA SOBRE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NA GRÃ-BRETANHA.

Maria Clitilde Rossetti Ferrelra⁺

Meu interesse ao organizar esta apresentação foi o de criar, nas Reuniões Anuais da Sociedade de Psicologia, uma nova tradição. Todos os anos há uma série de psicólogos que viajam para o exterior seja para desenvolverem um trabalho ou estagiarem em alguma instituição estrangeira, seja para se atualizarem visitando várias clínicas ou centros de estudo e pesquisa. Achei então oportuno ter uma sessão na Reunião Anual para que psicólogos recém-chegados do exterior possam falar sobre o que viram de interessante lá fora, partilhando um pouco sua experiência com os demais participantes do Congresso. Essa idéia nasceu de minha própria experiência. Estive trabalhando nos últimos quatro anos no Department of Growth and Development, Institute of Child Health, Universidade de Londres, onde desenvolvi, junto com o Dr. Blurton Jones, um projeto longitudinal de curta duração sobre o "Desenvolvimento do Comportamento Social e de Apego em Crianças de um a três anos de idade". Após meu retorno vários psicólogos, em geral interessados em estagiar no exterior, vieram me perguntar o que havia de interessante na Inglaterra. Por isso, julguei oportuno fazer três ressalvas. Primeiro, embora eu tenha estagiado na Inglaterra, vou falar a respeito de centros localizados não apenas aí mas também na Escócia, e por isso preciso referir-me à Grã Bretanha, dado que os escoceses não me perdoariam incluí-los entre os ingleses. A seguir, quero deixar bem claro que vou me restringir aos centros de pesquisa e estudo sobre Psicologia do Desenvolvimento, visto ser esta minha área de estudo. Não me julgo habilitada a falar sobre o que está sendo feito em outras áreas da psicologia. Assim mesmo é possível que deixe de lado muita coisa interessante, dado que meu conhecimento dos vários centros dedicados à essa área de estudo é bem limitado, pois visitei e conheci mais de perto apenas alguns dentre eles. Tenho, também, receio de dar uma visão superficial demais sobre o trabalho desen-

⁺ Comunicação apresentada durante a Mesa Redonda: "Centros de Pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento", realizada durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

volvido em cada um deles, devido à exequidade de tempo. Espero, porém, que aqueles que estejam interessados consultem a bibliografia citada no fim da apresentação, onde procurei incluir os artigos mais representativos de cada pesquisador ou Centro de Pesquisa a que vou me referir.

A tarefa a que me propus é ao mesmo tempo difícil e interessante, tendo em vista a grande evolução que ocorreu na Psicologia do Desenvolvimento nos últimos cinco anos, no mundo em geral e na Grã-Bretanha em particular. Reflexos desse progresso podem ser notados na criação de uma Secção sobre Desenvolvimento ("Developmental Section") na British Psychological Society em 1972, e no aumento de publicações na área, tanto na forma de livros (Foss, 1974; Richards, 1974), como em revistas especializadas (Newson, 1974; Schaffer, 1974a) e em semanários dedicados à divulgação científica. Assim, de abril a junho de 1974, a revista semanal "New Scientist" publicou vários artigos numa série denominada "Painel sobre Psicologia do Desenvolvimento"⁺, para a qual contou com a colaboração dos pesquisadores britânicos mais conhecidos na área (Bower, Bruner, Bryant, Carpenter, Condon, Costello Macfarlane, Richards, Rutter, Schaffer, Trevarthen, 1974).

Aliás, a nova fase da Psicologia do Desenvolvimento na Grã-Bretanha se caracteriza por uma preocupação com problemas socialmente relevantes e pelo desejo que os pesquisadores na área tem demonstrado de se comunicar com o público interessado e não especializado, dando-lhe a conhecer de forma simples e acessível o que vem sendo produzido no seu campo de estudos. Talvez o Serviço Nacional de Saúde Britânico (National Health Service), e a política seguida pelos Conselhos e Fundações que financiam as pesquisas nessa área, sejam os maiores responsáveis por esse intercâmbio, a meu ver bastante efetivo, entre os especialistas e as entidades públicas, a quem cabe, em última instância, por em prática os resultados das pesquisas. Os pesquisadores são chamados com frequência a participar de reuniões com vários especialistas para, baseados em sua experiência profissional e nos resultados de suas pesquisas, assessorarem o governo quanto a determinados problemas, discutindo e opinando sobre medidas práticas a serem introduzidas.

Talvez um bom exemplo desse intercâmbio efetivo entre o trabalho de pesquisadores e estudiosos nessa área e agências go

⁺ Recentemente reunidos no livro "Child Alive". Roger Lewin (Ed) Temple Smith, 1975.

vernamentais seja a influência que as idéias propostas por Bowlby (1951, 1969, 1973) tiveram sobre a política hospitalar na Grã-Bretanha. Bowlby apontou os efeitos prejudiciais de se separar a mãe e a criança, quando uma ou outra eram hospitalizadas. Ele mostrou que esses efeitos incidiam tanto sobre a criança como sobre a relação entre a mãe e a criança, e que eram observados não apenas a curto, como também a longo prazo.

Vieram corroborar com essas observações os trabalhos que Hinde e seu grupo (Hinde & Davies, 1972 a,b) desenvolveram com macacos em Madingley, Cambridge. Assim, até alguns anos atrás, a norma nos hospitais britânicos era restringir os horários de visitas das mães e proibir a entrada de crianças nos hospitais, mesmo quando a mãe estava hospitalizada. Atualmente, a maioria dos hospitais não apenas retiraram essas restrições como tem procurado estimular um contato mais frequente entre a mãe e a criança doente, chegando muitas vezes a ter quartos reservados para as mães que desejam permanecer junto aos filhos durante a noite.

Por outro lado, o exemplo mais recente de como esse intercâmbio funciona talvez seja o livro publicado por Barbara Tizard (1975) sobre "Educação na Primeira Infância", como uma revisão e discussão das pesquisas realizadas sobre o assunto na Grã-Bretanha. Esse livro foi comissionado pelo Social Science Research Council (SSRC) em 1972, quando o governo britânico anunciou sua intenção de aumentar substancialmente a provisão de recursos educacionais para crianças menores de 5 anos, organizando um programa de pesquisas para monitorar a distribuição desses novos recursos. Em resposta a esse anúncio, o Social Science Research Council decidiu também aumentar a verba destinada ao estudo do pré-escolar e comissionar pesquisadores para investigarem tópicos considerados relevantes. No processo de identificação desses tópicos, seu primeiro passo foi o de convidar o Dr. B. Tizard para fazer uma revisão sobre as pesquisas e programas que estavam sendo desenvolvidos no momento, na Grã-Bretanha, com respeito às necessidades educacionais e sociais de crianças de zero a cinquenta anos. Seu livro, aliás, contém uma excelente revisão sobre o assunto.

O Department of Health and Social Security da Grã-Bretanha tem, também, uma série de publicações onde são feitas revisões sobre estudos de crianças ou famílias com problemas, suas necessidades e metas prioritárias para dar-lhes um atendimento mais eficaz. Dentre essas gostaríamos de citar duas publicações sobre "Família e Sociedade" (Department of Health & Social Security, 1974 a,b), resultantes de um seminário organizado pelo então Se-

cretário de Serviços Sociais, Sir Keith Joseph, em Oxford. Dele participaram vários especialistas, desde sociólogos, etólogos, psicólogos, psiquiatras, até pediatras e assistentes sociais, afim de discutirem a respeito do papel dos pais junto à criança, sua função educadora e como seria possível ajudar as famílias e os pais a realizarem bem essa função, sobretudo nos grupos sociais considerados "em risco" por contarem com várias condições adversas a um desenvolvimento ótimo da criança.

Outra publicação do mesmo gênero foi organizada por Dr. Kellmer-Pringle, diretora do National Children Bureau, e deverá ser publicada, em breve, pela Editora Hutchinson com o título "Needs of Children" (Necessidades das Crianças), discutindo fatores que atuam no "ciclo de privação" observado em várias famílias que pertencem às classes mais desprivilegiadas.

Essa preocupação com problemas de desenvolvimento que possuem certa relevância social atual, existe desde há muito tempo, pelo menos desde a organização do Serviço Nacional de Saúde, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial. Ela deu, aliás, origem a uma série de grandes estudos longitudinais e transversais dentre os quais vou citar alguns dos mais conhecidos como o de Dr James Douglas e seu grupo do Medical Research Unit ligada à London School of Economics, Universidade de Londres (Douglas & Blomfield 1958; Douglas, 1964). Esse estudo foi planejado, inicialmente, para estudar as condições de maternidade na Grã-Bretanha de após guerra. A amostra foi constituída por todas as crianças nascidas na Inglaterra e na Escócia na primeira semana de março de 1964. O estudo prosseguiu acompanhando as várias etapas de desenvolvimento bio-psico-social desses sujeitos, que vem sendo entrevistados até agora, numa tentativa de acompanhar o desenvolvimento de uma segunda geração de indivíduos. O estudo longitudinal desenvolvido por Terence Moore (Moore, 1967, 1968) no então Institute of Human Development, analisou uma amostra bem menor, de cerca de 200 indivíduos, visando obter informações mais pormenorizadas sobre suas condições de desenvolvimento. Esses dois estudos contribuíram com várias publicações que levantaram uma série de pontos importantes a serem pesquisados em maior profundidade.

Nessa mesma tradição de grandes estudos estão os de Michael Rutter (Rutter, 1970, 1973; Rutter et al., 1975) e seu grupo do Institute of Psychiatry, Universidade de Londres, que procuraram fazer um levantamento da incidência de distúrbios psiquiátricos e de sua transmissão em uma população proveniente de um bairro de Londres e uma população da ilha de Wight, o qual veio

mostrar que há maior incidência de problemas e desajustes na população citadina.

Também o National Children Bureau está, desde há muito, envolvido em um grande estudo longitudinal: "The National Child Development Study", em que se procura investigar os fatores que contribuem para um desenvolvimento favorável ou desfavorável da criança, do qual já saíram dois relatórios: Kellmer-Pringle, Butler & Davie, 1968 e Davie, Butler & Goldstein, 1972.

Ainda é preciso citar John e Elisabeth Newson, em Nottingham, que fizeram um estudo longitudinal com uma amostra de 700 mães, entrevistadas em quatro idades das crianças (1, 4, 7, 11 anos), e que visam descrever como as crianças são criadas na Inglaterra. Alguns resultados sobre as três primeiras idades já foram publicados em forma de livros (Newson & Newson, 1963, 1968). Naomi Richman, J.E. Stevenson e Phillip Graham (1975) do Hospital of Sick Children, Universidade de Londres, vem realizando um estudo epidemiológico sobre problemas de comportamento e desenvolvimento em filhos de imigrantes.

Nesses estudos citados até aqui, o instrumento básico tem sido a entrevista aplicada em uma amostra grande da população, feita em geral, com a mãe. O forte de seu conteúdo se refere a práticas de educação de filhos, tipos de ambientes ou atividades oferecidas pelos pais, correlacionadas com dados obtidos sobre as crianças. Entretanto, todas essas pesquisas, ainda que de extrema importância, não dão uma visão correta sobre o momento mais atual da Psicologia do Desenvolvimento na Grã-Bretanha. Esses projetos começaram há bastante tempo e, embora tenham contribuído para levantar problemas interessantes e sugerir várias linhas de pesquisa, de sua crítica surgiu uma tendência exatamente oposta. Os estudos mais recentes se caracterizam por fugirem da consideração de variáveis amplas e resumidoras, bem como por apresentarem uma orientação das investigações sobre desenvolvimento infantil no sentido de se estudar mais de perto a interação da criança com seu ambiente social por meio de métodos observacionais e de atribuir uma maior importância ao papel exercido por fatores próprios da criança. Os discursos de Rudolf Schaffer (1974) e John Newson (1974) nas reuniões da Seção de Psicologia de Desenvolvimento da British Psychological Society apresentam essa nova orientação e as razões que contribuíram para ela. Na realidade, essa reorientação é universal, como se pode ver em Lewis & Roseblum, 1974, e seu aparecimento se deve a uma série de influências entre as quais julgo interessante citar:

1. A contribuição de Piaget e de seus seguidores, no sentido de interpretar o desenvolvimento como fruto de uma interação bilateral, indivíduo-ambiente, na qual o indivíduo e sua fase de desenvolvimento tem uma função bastante grande a desempenhar. O processo de assimilação e acomodação, por exemplo, implica numa interação mútua entre indivíduo e mundo exterior. Essa maneira de ver vai contra uma visão puramente ambientalista do desenvolvimento, na qual basta estudar as variáveis do ambiente para entender o desenvolvimento do indivíduo, ou puramente maturacionista, que postula um processo de desenvolvimento independente de influências ambientais.

2. O impacto da etologia sobre a psicologia, verificado de forma mais evidente na Inglaterra (vide Blurton Jones, 1972). A contribuição da etologia deve ser analisada sob dois aspectos bem distintos: o método de observação que propõe e as questões que indaga. A característica básica do método de observação naturalística é fazer uma descrição do comportamento enquanto ele ocorre, utilizando pequenos itens de comportamento definidos de maneira clara e objetiva de forma que possam ser observados por outros pesquisadores em outros lugares. As questões que a etologia indaga com respeito ao comportamento observado podem ser resumidas nos quatro porquês de Tinbergen (1963): a) qual sua causa, isto é, por que aquele organismo se comporta daquela forma, naquele momento; b) que função adaptativa tem aquele comportamento, naquele momento e naquele contexto; c) qual sua função em relação à sobrevivência daquele organismo; d) qual a sua função para a sobrevivência daquela espécie. É fácil observar que a etologia é herdeira direta do evolucionismo Darwiniano. Tais perguntas exigem que se observe o comportamento do animal no contexto em que ele ocorre tentando entender a interação entre organismo e ambiente, sobretudo entre o indivíduo e outros indivíduos da mesma espécie, que com ele interagem. Uma terceira contribuição da etologia diz respeito ao interesse em comparar o comportamento do animal em vários habitats, onde é de esperar que tenham se desenvolvido diferentes comportamentos adaptativos.

3. O progresso tecnológico, que pôs à disposição dos pesquisadores novos métodos e técnicas para a observação e registro de comportamentos, tais como video tapes, filmes e outros registradores de eventos altamente sofisticados que permitem, não apenas registrar comportamentos, como também rerepresentá-los na sequência em que ocorreram e analisá-los passo a passo.

Essa nova linha de estudos, embora se utilize muito mais de métodos observacionais e experimentais na coleta de dados, conserva ainda a preocupação com uma visão longitudinal dos problemas. O estudo em que colaborei na Inglaterra constitui um bom exemplo dessa preocupação e da influência exercida pela etologia, tanto quanto ao método como quanto às questões que pergunta. Ele pertence a um projeto mais amplo, transcultural, coordenado por Dr. N. Blurton Jones (Blurton Jones, Ferreira, Brown, Macdonald, 1975; Ferreira, Rocha Barros, Blurton Jones, Macdonald, 1975) o qual inclui estudos paralelos feitos na Malásia, com amostras das populações indú, chinesa e malaia que lá convivem embora conservando seu *modus vivendi* tradicional; entre os índios Nevahos dos Estados Unidos e entre os Bushmen na África Central. Nesses estudos procura-se observar o desenvolvimento social da criança nos primeiros anos de vida, numa série de ambientes e situações que se assemelham o quanto possível àqueles encontrados no dia a dia de uma família. O registro de comportamento da criança com relação à mãe, outros adultos e outras crianças é feito na sequência em que ocorrem, conforme pequenos itens comportamentais bem definidos e facilmente observáveis, e a mãe é entrevistada sobre o tipo e a frequência de contato social da criança com familiares, amigos e vizinhos e sobre ocorrências como doenças, separações, hospitalizações, mudanças na rotina de vida familiar que poderiam influenciar o desenvolvimento social da criança. O interesse básico é o de descrever com bastante pormenor o comportamento social de diferentes grupos de crianças observadas em interação com os vários elementos do seu meio social, registrando ao mesmo tempo o comportamento dessas pessoas para com a criança, nos contextos sociais bastante diversos em que essa interação ocorre, buscando investigar os fatores básicos que facilitam este ou aquele curso de desenvolvimento.

Ainda em Londres, Dr. Steve Wolkind, Fae Hall e a psicóloga brasileira Liana Chaves vem desenvolvendo um estudo similar com um grupo de famílias consideradas "em risco" por apresentarem uma incidência maior de problemas psiquiátricos e sociais. Eles estão acompanhando essas famílias e as de um grupo controle por meio de observações, entrevistas e escalas de desenvolvimento realizadas a partir do nascimento da criança até 18 meses de idade.

Em Cambridge, Martin Richards e Judy Bernal (1972) desenvolveram um estudo com 100 mães e seus primeiros e segundos filhos desde o nascimento até 5 anos de idade. Entre outras coi-

sas fizeram uso de filmes para observar a interação mãe-criança em pormenor, o que lhes permitiu fazer uma análise do "tempo" e da sequência de interações, tais como troca de sorrisos. Procuraram, também, apreender a influência que características individuais do recém-nascido tem sobre seu padrão de interação com o meio durante o primeiro ano de vida, por exemplo, nos seus padrões de alimentação, sono e choro. E sugerem que a natureza da interação mãe-criança depende tanto de qualidades da criança como da mãe. Esse grupo interessou-se, também, em estudar a influência da medicação obstétrica sobre a interação mãe-criança.

Antony Costello e Penelope Leach, em Londres, estão investigando a influência das características individuais da criança sobre o comportamento da mãe com uma amostra grande de gêmeas (aproximadamente 200 pares) que vem acompanhando desde o nascimento com observações, entrevistas, testes e uso de aparelhos eletrônicos para medir o nível de atividade dos nenês, sua distância da mãe, o tempo que ela leva para se aproximar de cada criança quando esta emitiu algum comportamento como choro, choramingo, vocalizações, as quais são também registrados em um gravador (Costello 1974).

Outros estudos seguem uma abordagem mais experimental que lhes permite considerar mais de perto a interação recíproca entre criança e ambiente durante os primeiros meses de vida. Alguns procuram investigar, no recém-nascido, sua capacidade de perceber, processar informações e de se comunicar, mesmo antes de ter desenvolvido uma linguagem. Nesses, a criança deixa de ser vista como uma massa de argila a ser moldada pelo ambiente para ser considerada como um organismo com certas características próprias e individuais, muito mais capaz de interagir e mesmo de influenciar o comportamento daqueles que a cercam do que se supunha. Seu objeto de estudo, é, em resumo, o que Connolly e Bruner (1974) denominam "competência na infância".

Nessa linha temos o trabalho de Geneviève Carpenter (1974 a,b) em Londres, no "Behaviour Development Research Unit" (BDRU), que investiga a habilidade, em crianças de duas a sete semanas, de distinguir a mãe de estranhos. Os nenês são colocados em uma cadeirinha reclinada, defronte a uma janela recortada em um painel, onde aparecem alternadamente a face da mãe e a face de um estranho, acompanhadas ou não de sua respectiva voz (gravada previamente). Eles olham mais para as faces falantes, mas sempre a da mãe, mesmo muda, atrai mais atenção quando comparada a uma face estranha com voz. Os nenês, entretanto, tendem a virar o ros

to quando lhes é apresentada a face da mãe com a voz de outra pessoa ou a voz da mãe com outra face. Parecem ter aprendido não apenas a distinguir faces e vozes, como também a associar a face e a voz da mãe.

Tom Bower, da Universidade de Edimburgo, estuda o desenvolvimento perceptivo, motor e cognitivo de crianças durante os primeiros meses ou anos de vida. Ele desenvolveu uma série de métodos bastante engenhosos e precisos que lhe permitiram mostrar que a criança novinha é capaz de muito mais coisas do que se havia suposto. Seu livro "Development in Infancy" (Bower, 1976 b), publicado em 1974, apresenta uma visão geral muito bem feita sobre os métodos usados, assim como sobre os resultados obtidos com a utilização de tais métodos. Nessa apresentação ele procura mostrar a importância do ambiente psicológico da criança em desenvolvimento; o qual pode contribuir para apressar ou retardar a aquisição de habilidades cognitivas fundamentais.

Mc Gurk (1974), em Sussex, tem também realizado vários estudos interessantes nessa linha, visando analisar o desenvolvimento perceptivo na criança, mostrando que ele não é homogêneo, pois algumas modalidades sensoriais, como a visão, parecem apresentar um desenvolvimento muito mais precoce.

Schaffer (1971 a, b, c; 1974 a, c) da Universidade de Strathclyde, em Glasgow vem, desde há bastante tempo, realizando uma série de estudos sobre o desenvolvimento da criança durante os primeiros anos de vida. Com base nesses estudos, ele alertou sobre o perigo de se tirar conclusões a partir do estudo de uma modalidade sensorial apenas, insistindo sobre a necessidade de uma abordagem multivariada que permita estudar melhor a integração e coordenação da informação obtida pela criança através dos vários sentidos. Mais recentemente, junto com Glyn Collis, tem se dedicado a pesquisar a sincronia e reciprocidade da interação mãe-criança no primeiro ano de vida. Eles observam a criança no colo da mãe, numa sala de observação provida com um pequeno número de estímulos visuais; e a mãe frente a frente interagindo verbalmente com a criança. Em ambos os casos, a observação é registrada em vídeo tape e a análise é feita quadro por quadro, em intervalos de frações de segundos. Seus resultados parecem sugerir que até um ano de idade, a mãe é a maior responsável pela sincronia observada. Assim, ao perceber que a criança está olhando para um determinado objeto, a mãe acompanha esse olhar, nomeia e comenta sobre o objeto, encetando um diálogo a respeito do que está interessando o filho naquele momento, dando assim sentido a uma ação feita ape

rentemente ao acaso. Na situação de interação verbal há uma alternância entre vocalização da mãe e da criança, que se assemelha a um tipo de conversa. A existência de um certo intervalo entre 2 vocalizações consecutivas da mãe, sugere que ela dá um certo tempo para a criança responder antes de emitir nova vocalização, o que mostra, novamente, ser ela a responsável pela sincronia apresentada. (Schaffer, 1974 a; Collis e Schaffer, 1975 e Schaffer, Collis & Parsons, 1975).

Colwin Trevarthen (1974), da Universidade de Edimburgo, investiga a comunicação pré-verbal em nenês. Num desses estudos, por meio de espelhos, luzes e câmaras de televisão, ele coloca crianças de dois meses defronte a uma imagem da mãe que aparentemente está frente a frente e orientada para o filho. A mãe, entretanto, nem está vendo o nenê, pois se acha nesse momento entrevida numa conversa com um dos investigadores. Ao ver a imagem móvel da mãe, o nenê sorri, emite sons e movimentos braços e pernas como se estivesse interagindo com ela. A mãe, por estar respondendo a estímulos apresentados por outro interlocutor, emite respostas que não são nem contingentes nem adequadas ao comportamento da criança naquele momento. Decorridos uns poucos minutos a criança começa a agitar-se até entrar em um choro convulsivo e, muito embora o experimento seja imediatamente interrompido, demora bastante para se acalmar. Parece que mesmo numa idade tão precoce a criança já tem uma expectativa de como a mãe age quando em interação com ela, reagindo violentamente quando essa expectativa é violada.

Outro centro importante é o da Universidade de Nottingham, onde funciona o único curso de pós-graduação em Psicologia da Criança existente na Grã-Bretanha, organizado por Dr. John Newson. Ele representa talvez o exemplo mais típico da reorientação observada na Psicologia do Desenvolvimento, nos últimos dez anos. Partindo do estudo longitudinal de grande amostra já referido, ele e seu grupo de colaboradores tem se dedicado cada vez mais a investigar, por meio de técnicas observacionais e com o auxílio de video tapes, o processo de interação social entre a mãe e a criança. A hipótese proposta é a de que a criança "competente" é aquela que tem uma mãe "responsiva", capaz de ter uma percepção rápida e sutil do estado e do comportamento do filho ao qual responde adequada e contingentemente, desenvolvendo-se assim entre os dois uma interação recíproca e sincrônica, que cria condições ótimas para o aprendizado da criança. Esse grupo, contudo, se encontra ainda numa fase de estudos pilotos, procurando a me-

lhor forma de abordar e analisar o problema.

Em Oxford, Jerome Bruner, que mudou-se para a Inglaterra em 1972, tem desenvolvido e estimulado uma série de estudos centralizados, em geral, em torno de pares mãe-filho, observados durante o primeiro ano de vida da criança. Ele e Aydan Macfarlane estão explorando dois fatores que poderiam estar prejudicando o desenvolvimento de uma interação madura entre a mãe e a criança, quais sejam, um alto grau de ansiedade materna durante o período pré-natal e uma separação prolongada entre a mãe e o filho logo após o parto. Segundo eles, tais fatores podem alterar tanto o estado de alerta, nível de atividade e irritabilidade do nenê, como a sensibilidade da mãe ao comportamento do filho, alterando sua capacidade de perceber e responder a suas ações e necessidades. Outro estudo dirigido por Bruner diz respeito à transição, na criança, da comunicação pré-verbal para a verbal.

Esta apresentação dos Centros de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Infantil na Grã-Bretanha, embora não pretenda ser de forma alguma exaustiva, ficaria muito incompleta se não incluísse o grupo de Robert Hinde, em Madingley, Cambridge, muito mais conhecido pelos seus trabalhos sobre comportamento animal. Vários elementos desse grupo vem se interessando cada vez mais pelo desenvolvimento humano, tendo sido esse assunto da maioria das palestras realizadas para comemorar o 25º aniversário do Sub-Department of Animal Behaviour, e que deverão ser publicados em breve num volume editado por Pat Bateson e Robert Hinde (1976). Esse grupo, que inclui atualmente Juddy Dunn (Bernal), tem contribuído enormemente no sentido de desenvolver técnicas de observação e análise da interação social, na sequência em que ela ocorre. Atualmente, têm procurado propor e discutir modelos alternativos dos possíveis cursos de desenvolvimento que por um lado levem em conta diferenças individuais bastante pronunciadas, e por outro permitam, apreender o que há de comum no processo de desenvolvimento de crianças em contextos diversos e sob as mais variadas condições (Bateson, 1975; Dunn, 1975; Hinde & Stevehson-Hinde, 1975; Simpson, 1975).

Por último não posso deixar de citar o trabalho que Peter Smith e Kevin Connolly vem desenvolvendo em Sheffield. Seus estudos foram iniciados com uma finalidade prática, qual seja observar escolas para crianças entre 2 e 5 anos, para determinar suas melhores condições de funcionamento, no que diz respeito a condições físicas, tais como tamanho de sala, quantidade de brinquedos grandes e pequenos, e a fatores do professor razão profes-

sor/aluno, e sua interação com os alunos. A partir desse estudo, começaram a se interessar pelo estudo da interação criança-criança, seja em díades, seja em pequenos grupos sobretudo em situação de jogo, e têm publicado uma série de artigos interessantes sobre o assunto (Smith e Connolly, 1972; Smith, 1974; Smith & Greene, 1975).

REFERÊNCIAS

- Bateson, P.P.G. (1976) - Rules and Reciprocity in Behavioural Development. Growing Points in Ethology, P.P.G. Bateson & R.A. Hinde (Eds.), Cambridge University Press, in press.
- Bateson, P.P.G. & Hinde, R.A. (Eds.) (1976) - Growing Points in Ethology. Cambridge University Press. In press.
- Blurton Jones, N. (ed.) (1972) - Ethological Studies of Child Behaviour. Cambridge University Press, London.
- Blurton Jones, N., Ferreira, M.C.R., Farquhar, M., MacDonald, L. (1975) - Desenvolvimento do Comportamento Social e de "Attachment" em Crianças de um a tres anos. XXVII Reunião Anual da SBPC. Resumo 24P, 728.
- Bower, T.G.R. (1974a) - Competent Newborns. New Scientist, March 14.
- Bower, T.G.R. (1974b) - Development in Infancy. W.H. Freeman & Co, San Francisco.
- Bowlby, J. (1951) - Maternal Care and Mental Health. World Health Organization, Geneva.
- Bowlby, J. (1969) - Attachment and Loss, I. Attachment. Hogarth Press, London.
- Bowlby, J. (1973) - Attachment and Loss, II. Separation: Anxiety and Anger. Basic Books, New York.
- Bruner, J.S. (1974) - Child's Play. New Scientist, April 18.
- Bruner, J.S. (1975) - From Communication to Language - A Psychological Perspective. Cognition 3, 255-287.
- Bryant, P. (1974) - Infant's Inferences. New Scientist, April 11.
- Carpenter, G. (1974a) - Mother's Face and the Newborn. New Scientist, March 21.
- Carpenter, G. (1974b) - Visual Regard of Moving and Stationary Faces in Early Infancy. Merrill-Palmer Quarterly 20, 181-194.
- Collis, G.M. & Schaffer, H.R. (1975) - Synchronisation of Visual Attention in Mother-Infant Pairs. J. Child Psychol. Psychiat. In press.

Condon, W. (1974) - Speech makes Babies Move. New Scientist, June 6.

Connolly, K.J. & Bruner, J.S. (Eds.) (1974) - The Growth of Competence. Academic Press, London, N. York.

Costello, A. (1974) - Are Mothers Stimulating? New Scientist, May 9.

Department of Health and Social Security (1974a) - The Family in Society: Preparation for Parenthood. Her Majesty's Stationery Office, London.

Department of Health and Social Security (1974b) - The Family in Society: Dimensions of Parenthood. Her Majesty's Stationery Office, London.

Davie, R., Butler, N.R. & Goldstein, H. (1972) - From Birth to Seven. Longmans, London.

Douglas, J.W.B. & Blomfield, J.M. (1958) - Children under Five. Allen & Unwin, London.

Douglas, J.W.B. (1964) - The Home and the School. McGibbon & Kee, London.

Dunn, J. (1976) - The Role of Mothering in Human Development. Growing Points in Ethology. P.P.G. Bateson & R.A.Hinde (Eds), Cambridge University Press, in press.

Ferreira, M.C.R. (1976) - O desenvolvimento do "Attachment". Anais do 3º Congresso Brasileiro de Neuropsiquiatria Infantil e 3º Congresso Latino-Americano de Neuropediatria, Revista de Pediatria Moderna, in press.

Ferreira, M.C.R., Rocha Barros, E., Blurton Jones, N. & McDonald, L. (1975) - Reação de uma Criança de 15 a 39 meses a um Episódio Estruturado de Separação da Mãe: suas implicações para o Conceito de "Attachment". 27º Reunião Anual da SBPC. Resumo 25 P, p. 728-729.

Foss, B.H. (ed.) (1974) - New Perspectives in Child Development. Penguin Education, London.

Hinde, R.A. & Davies, L.H. (1972a) - Removing Infant Rhesus from Mother for 13 days Compared with Removing Mother from Infant. J. Child Psychol. Psychiat. 13, 227-237.

Hinde, R.A. & Davies, L.H. (1972b) - Changes in Mother-Infant Relationship after Separation in Rhesus Monkeys. Nature 239, 41.

- Hinde, R.A. & Stevenson-Hinde, J. (1976) - Towards Understanding Relationships. Growing Points in Ethology. P.P.G. Bateson & R. A. Hinde (Eds). Cambridge University Press, in press.
- Kellmer-Pringle, M.L., Butler, M.R. & Davie, R. (1968) - 11.000 Seven Year Olds. Longmans, London.
- Lawin, R. (Ed.) (1975) - Child Alive. Temple Smith, London.
- Lewis, M. & Rosenblum, L.A. (Eds) (1974) - The Effect of the Infant on Its Caregiver. Wiley & Sons, New York.
- Macfarlane, A. (1974) - If a Smile is So Important... New Scientist, April 25.
- McGurk, H. (1974) - Visual Perception in Young Infants. New Perspectives in Child Development, Brian Foss (Ed), Penguin Education, London.
- Moore, T. (1967) - Language and Intelligence: a longitudinal study of the first eight years. Part I. Development pattern of boys and girls. Human Development 10, 88-106.
- Moore, T. (1968) - Language and Intelligence: a longitudinal study of the first eight years. Part II. Environmental correlates of mental growth. Human Development 11, 1-24.
- Newson, J. & Newson, E. (1968) - Infant care in an Urban Community. Allen & Unwin, London.
- Newson, J. & Newson, E. (1968) - Four years old in an Urban Community. Allen & Unwin, London.
- Newson, J. (1974) - Towards a Theory of Infant Understanding. Bull. Br. Psychol. Soc. 27, 251-257.
- Richards, M.P.M. (ed) (1974) - The Integration of a Child into a Social World. Cambridge University Press, London.
- Richards, M.P.M. (1974) - The one Day old Deprived Child. New Scientist, March 28.
- Richards, M.P.M. & Bernal, J.D. (1972) - An Observational Study of Mother-Infant Interaction. In Ethological Studies of Child Behaviour. N. Blurton Jones (Ed), Cambridge University Press, London.
- Richman, N., Stevenson, J.E. & Graham, P.J. (1976) - Prevalence of Behaviour Problems in 3 year old children: an epidemiological study in a London Borough. J. Child Psychol. Psychiatry in press.

- Rutter, M. (1970) - Psychological Development: Predictions from Infancy. J. Child Psychol. Psychiatry 10, 49-62.
- Rutter, M. (1972) - Maternal Deprivation Reassessed. Penguin Books, London.
- Rutter, M. (1973) - Why are London children so disturbed? Proc.R. Soc. Med. 66, 1221-1225.
- Rutter, M. (1974) - A Child's Life. New Scientist, June 17.
- Rutter, M., Yule, B., Quinto, D., Rowlands, O., Yule, W. & Berger M. (1975) - Attainment and adjustment in two geographical areas III- Some Factors accounting for area differences. Brit. J. of Psychiatry (in press).
- Ryan, J. (1974) - The Development of Language. New Scientist, May 23.
- Schaffer, H.R. (1971a) - The Growth of Sociability. Penguin Books London.
- Schaffer, H.R. (Ed) (1971b) - The Origins of Human Social Relations. Academic Press, London.
- Schaffer, H.R. (1971c) - The Multivariate Approach to Early Learning. In London Constraints in Learning. R.A. Hinde & J. S. Hinde (Eds). Academic Press, London.
- Schaffer, H.R. (1974a) - Early Social Behaviour and the Study of Reciprocity. Bull. Brit. Psychol. Soc. 27, 209-216.
- Schaffer, H.R. (1974b) - Behavioral Synchrony in Infancy. New Scientist, April 4.
- Schaffer, H.R. (1974c) - Cognitive Components of the Infant's Response to Strangeness. In: The Origins of Behaviour: Fear. M. Lewis & L.A. Rosenblum (Eds), Wiley & Sons, New York.
- Schaffer, H.R., Collis, G.M. & Parsons, G. (1975) - Vocal Interchange and Visual Regard in Verbal and Pre-verbal Children. Proc. Loch Lomond Symposium, Univ. of Strathclyde, Scotland.
- Simpson, M.J.A. (1976) - The Growth of Knowledge and Mother-Infant Relationships. In Growing Points in Ethology. P. P.G. Bateson & R.A. Hinde (Eds). Cambridge University Press, in press.

Smith, P.K. (1974) - Social and Situational Determinants of Fear in the Playgroup. In Origins of Human Behaviour: Fear. M. Lewis and L.A. Rosenblum (Eds), Wiley & Sons, New York.

Smith, P.K. & Connolly, K.J. (1972) - Patterns of Play and Social Interaction in Pre-School Children. In Ethological Studies of Child Behaviour. N. Blurton Jones (Ed), Cambridge University Press, London.

Smith, P.K. & Greene, M. (1975) - Aggressive Behaviour in English Nurseries and Play-Groups: Sex Differences and Response of Adults. Child Development 46, 211-214.

Tinbergen, N. (1963) - On Aims and Methods of Ethology. Z. Tierpsychol. 20, 410-433.

Tizard, B. (1975) - Early Childhood Education: A Review and Discussion of Research in Britain. N.F.E.R. Publishing Co, Great Britain.

Travethen, C. (1974) - Conversations with a two month old. New Scientist, May 2.

CENTROS DE PESQUISAS SOBRE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO⁽¹⁾

Margarida H. Windholz⁺

Observação: O convite que me foi feito previa um bate-papo informal sobre minhas viagens ao Exterior e as instituições visitadas, de modo que não fiz senão alguns apontamentos e trouxe material abundante colhido nos vários lugares. Para minha surpresa este "bate-papo informal" abrangeu uns mil congressistas (para**bens**, por conseguirem reunir tal número de psicólogos e futuros psicólogos!), vindo alterar um pouco o plano inicial. Reconstituir o que falei me parece difícil agora; portanto segue apenas um resumo da exposição.

A idéia de se organizar uma Mesa Redonda em que diversos psicólogos contassem suas experiências, ao visitarem instituições no Exterior, visava dar aos psicólogos presentes à Reunião uma visão do que está sendo feito em outros lugares, tendências importantes observadas, dificuldades encontradas e possibilidades de aplicação em nosso meio. Entra-se em contato com pessoas interessantes e instituições especializadas. Troca-se idéias com pesquisadores, conhecidos até então apenas através dos trabalhos por eles publicados. Ao mesmo tempo, percebe-se que muito do que fazemos no Brasil pode comparar-se ao visto lá fora e, principalmente, há que considerar as nossas condições específicas e escolher nossos objetivos de acordo.

No começo de 1975 (1) visitamos algumas universidades e instituições nos Estados Unidos e no Canadá, das quais vamos destacar apenas algumas no relato de hoje:

- no Canadá: - a Universidade de Manitoba, em Winnipeg e a Manitoba School for Retardates, em Portage la Prairie, Manitoba;
- nos Estados Unidos: a Universidade de Kansas, mais especificamente o Bureau of Child Research, em Lawrence, Kan-

⁺ Comunicação apresentada durante a Mesa Redonda: "Centros de Pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento", realizada durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

(1) Esta viagem foi realizada com Bolsa de Atualização (auxílio para viagem ao exterior) da FAPESP.

sas, (Kansas City, Topeka e Parsons) e a Universidade da Califórnia de Los Angeles (U.C.L.A.), em Los Angeles e a Instituição EL ARCA.

Em meados de 1975 visitamos algumas instituições em Israel, especialmente as Universidades de Jerusalém e de Beer Sheva e vários Departamentos de Desenvolvimento Infantil.

A escolha do programa foi baseado em tres áreas de interesse nosso, ligadas ao nosso trabalho na Universidade e no campo clínico:

- programas de modificação de comportamento com retardados e crianças autistas;
- programas com crianças escolares normais e
- programas de intervenção familiar, seja com nenês e crianças pequenas, considerados de "alto risco", seja com famílias de "alto risco".

Tentando sintetizar a nossa impressão sobre as instituições visitadas e os projetos em realização nas mesmas, poderíamos classificá-los em dois grandes grupos:

- a) projetos centrados nas pessoas ou na instituição;
- b) projetos centrados no pesquisador ou melhor no seu tema de pesquisa.

Esta divisão pode parecer estranha. Vamos explicá-la melhor. No estágio atual dos nossos conhecimentos sobre análise experimental aplicada, parece haver consenso no sentido de que trabalhos de aplicação devem - não obstante - ter um delineamento de pesquisa, ou como disse Don Baer numa palestra em São Paulo, em agosto de 1975: "aplicação sempre deveria ser feita como se fosse pesquisa". Entretanto, precisamos definir onde está o enfoque principal: no sujeito ou na pesquisa. Na Manitoba School for Retardates, p.ex., o enfoque está no sujeito ou melhor no residente. Lá está sendo desenvolvido um extenso e intenso programa de modificação de comportamento, no qual participa praticamente toda a equipe de trabalho, orientada por Dr. Garry Martin, nosso conhecido por suas várias visitas ao Brasil. Este programa começa no momento em que o paciente levanta e acaba no momento em que ele deita, abrangendo todo o seu dia. A instituição tem aproximadamente mil residentes que, dentro de uma linha de "normalização", estão sendo preparados, sempre que possível, para sair da instituição para casas menores e situações mais próximas do "normal". Todos os residentes são incluídos no programa, que visa maximizar as suas habilidades, sejam de independência na vida diária, sejam de um pre

para pré-vocacional ou mesmo profissional. Com isto, surgem trabalhos de pesquisa aplicada, de grande utilidade para outras instituições (a Manitoba School está sendo considerada modelo no Canadá), há pesquisas individuais, como a de Eugene Kaprowy (sobre um programa de treinamento verbal para retardados profundos) para apenas citar um.

Já em algumas outras instituições, em Kansas, o mesmo não nos pareceu ser o caso. Assim, o importante trabalho feito por Baer, Gyess e Saylor, também na área de treino de comportamento verbal em retardados, não está integrada no trabalho global da instituição com o residente. Os residentes são "sujeitos da pesquisa" e o enfoque é na pesquisa. Não queremos aqui entrar no mérito maior ou menor de uma ou de outra linha: acreditamos que ambas sejam importantes e mesmo fundamentais para o desenvolvimento de melhores conhecimentos na área. O que queremos mostrar é que ainda não há, em muitas instituições, uma aceitação do psicólogo operante como membro efetivo da equipe diretora que fez o planejamento global de seu funcionamento, e que muitos dos trabalhos distinguidos por sua publicação no J.A.B.A. e que frequentemente se constituem em modelos para nós, são realizados em situação quase que "estanque", não integrados e às vezes não aproveitados pela instituição. Acreditamos que, gradualmente, ao perceber os progressos obtidos pelos "sujeitos de uma pesquisa", se procure possibilitar também um melhor desenvolvimento do "residente".

Visitamos uma série grande de instituições. Ficamos entusiasmados em algumas e decepcionados em outras, de grande fama mundial. Hoje, procuraremos focalizar apenas alguns dos muitos projetos centrados na pessoa e na instituição que visitamos, deixando de lado as muitas pesquisas aplicadas em andamento e que certamente nos darão novas contribuições no trabalho de aplicação.

O grupo do "The Living Environment", dirigido por Todd Risley, contando com a colaboração de Betty Hart, Eileen Allen e outros, realiza um trabalho fascinante, no desenvolvimento de "day care centers" - modelos, cobrindo três faixas de idade: os nenês, o que os americanos chamam de "toddlers", que achei uma expressão gostosa e não consegui traduzir bem (trotadores), e as crianças de idade de classe maternal e pré-escolar. Provavelmente vocês conhecem uma parte deste trabalho pelas publicações no J.A.B.A.

Outro grupo que valeu muito a pena conhecer e cujo trabalho (fantasiando um pouco), gostaria de podermos realizar aqui, é o "Behavior Analysis Follow Through Project". Este projeto de

Intervenção é financiado pelo Governo Federal Americano para melhorar a experiência educacional de crianças pobres, ao deixarem o programa "Head Start" e começarem a frequentar as classes primárias da escola elementar. Combina técnicas educacionais familiares de uma maneira única para dar novas oportunidades de aprendizagem a crianças pequenas. Inclui aspectos de "ensino por equipe", classes não graduadas, instrução programada, ensino individualizado e um sistema de reforçamento de fichas. Como resultado, acelera-se a aprendizagem e o desempenho das crianças e une-se educadores profissionais, paraprofissionais e pais no processo de ensinar. Abrange 15 escolas, de 12 estados americanos. Prevê um treino amplo e sistemático da equipe de trabalho, currículos muito bem planejados. Através de um sistema de avaliação dos resultados computadorizados manda-se quinzenalmente os resultados de cada criança para o Centro, na 6a. feira e na 2a. feira o professor tem uma avaliação da criança, verificando se ela cumpriu os passos previstos, está além ou aquém da programação, permitindo então modificações e atendimento imediato. O diretor do programa pela Universidade de Kansas é Dr. Don Bushell, Jr. e conversamos longamente com Dr. Eugene Ramp, outro colaborador.

O trabalho realizado com a população desprivilegiada negra de Kansas City, com IBOPE excelente entre a população, o "Juniper Gardens Children's Project", dirigido por Dr. Vance Hall grande amigo do Brasil, foi outro ponto alto de nossa visita. Gostamos principalmente da atmosfera humana do grupo, além de apreciarmos a extensão do seu trabalho, com as escolas, com professores e diretores, no treino de paraprofissionais para trabalho individual com crianças e no treino no os próprios pais da comunidade. Rod Copeland, Ace Coissart, são apenas alguns nomes importantes do grupo.

Outros projetos centrados na pessoa e na família são os de intervenção precoce, visitados em Los Angeles, um dirigido por Dr. Mary Ann Newcomb, especialista em estimulação precoce (que já deu várias vezes cursos no Brasil), destinado a crianças filhos de pais mexicanos (projeto EL ARCA - East Los Angeles Retarded Children's Association, com problemas de "handicaps múltiplos", e cujos pais muitas vezes não sabem a quem recorrer e que direitos e possibilidades de assistência eles tem.

O projeto do Dr. Palmerlee, um grande projeto de pesquisa, envolvendo uma equipe multidisciplinar, abrange crianças prematuras e seu desenvolvimento. Estávamos muito interessados no material utilizado e nos dados preliminares, que não consegui-

mos obter ainda.

Em Israel, tanto em Jerusalém como em Beer-Sheva, cidade do Sul na entrada do deserto, com uma população composta de grupos étnicos os mais diversos (beduínos, drusos, árabes e israelis), programas de intervenção são muito desenvolvidos e contam com a assistência de diferentes Ministérios governamentais, além de agências municipais e de grupos de voluntários. Em Beer Sheva, Dr. Zafira Askenazi, diretora do Centro de Diagnóstico e Desenvolvimento da Criança, do Ministério da Saúde, inicia um trabalho pioneiro de análise comportamental aplicada e tivemos oportunidade de observar várias sessões de treino e de orientação de pais. Em Jerusalém, nosso trabalho foi com um grupo de estudantes voluntários, que queris mais dados sobre a possibilidade de usar técnicas de modificação de comportamento com jovens pré-delinquentes (os voluntários moram no bairro para facilitar o contato com a população a atingir) e... pacientes geriátricos, também atendidos por estes estudantes (de física, matemática, filosofia e ciências sociais).

O que podemos aprender, para nosso uso, das visitas feitas?

Destacamos o primeiro tipo de projetos, por sublinhar uma tendência crescente observada nos diversos países visitados e por vir de encontro também a uma posição pessoal nossa: a importância e a necessidade do psicólogo se envolver nos problemas da comunidade em que vive, procurando contribuir para a solução e prevenção de problemas psicológicos. Mencione-se, aliás, neste contexto, as muitas "University Affiliated Facilities" (U.A.F.'s) americanas, em que a Universidade oferece serviços à Comunidade e se faz um trabalho conjunto.

Outro ponto que merece destaque: verificamos a importância de valorizar os trabalhos bons que já estão sendo realizados entre nós, p.ex., em escolas como a Escola Piratinins, o Centro Ocupacional Avanhanda, o Centro de Educação de Habilidades Básicas (Escola de Carminha) e que nada ficam a dever a muitas de suas congêneres nos Estados Unidos. São de excelente qualidade e de pouca divulgação. (Aliás, a falta de divulgação do que se faz no Brasil é reclamada praticamente por todos os professores estrangeiros que nos visitam!).

Quanto ao estudante: se fizermos uma avaliação comparativa do estudante brasileiro, que conhecemos, podemos dizer tranquilamente que o bom estudante daqui pode concorrer perfeitamente, em termos de informação, com o bom estudante de outras uni-

versidades. Em termos de formação, parece-nos que as possibilidades mais variadas de estágio e o próprio tipo de estágio, que exige mais do aluno, colocando-o numa situação de "funcionário" da instituição na qual presta serviços (e para o que recebe créditos), permite ao aluno, pelo menos daquelas Universidades que visitamos, um melhor contato com a realidade, com o "mundo lá fora", de modo que ele sai do curso com mais instrumentos para atuar e uma visão mais prática e global.

Frequentemente ouvimos queixas da falta de oportunidade de estágios em São Paulo, e principalmente nas cidades do interior, com cursos de psicologia. Esforços visando um maior entrosamento da Universidade com a Comunidade, de modo a tornar as atividades da Universidade também mais significativas para toda a comunidade e para o próprio psicólogo parecem importantes. Ao mesmo tempo em que isto é desejável, certamente abriria também novas perspectivas de trabalho, de pesquisa e de aplicação.

MESA REDONDA II

31 de outubro de 1975 às 20:00 horas

PRÁTICAS EDUCATIVAS

COORDENADORA: Zélia Maria Mendes Biasoli Alves

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

PARTICIPANTES

Álvaro Pacheco Duran

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia, USP.

Maria Clitilde Rossetti Ferreira

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

Rachel Rodrigues Kerbaux

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia, USP.

Thereza Pontual de Lemos Mettel

Professor Assistente Doutor, Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília, UNB.

Obs.:- Os textos dos trabalhos desta Mesa Redonda, não estão incluídos nestes anais dado ao caráter informal dos resumos

CONFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA I

30 de outubro de 1975 às 17:00 horas

A CRIANÇA CULTURALMENTE MARGINALIZADA

Maria Malta Campos

**Assistente de Pesquisas na Fundação
Carlos Chagas, São Paulo, SP.**

A CRIANÇA CULTURALMENTE MARGINALIZADA

Maria Malta Campos⁺

O que seria uma "criança culturalmente marginalizada?"

Se analisarmos o significado desse termo em comparação com outros comumente utilizados como privação, carência ou deficiência cultural, veremos que sua escolha não é somente devida a algum novo modismo mas revela uma tomada de posição frente ao problema da criança que vem sistematicamente fracassando em nossas instituições escolares.

A antropologia mostra que todo grupo social possui uma cultura própria, constituída pela sua maneira de encarar a vida, agir sobre a natureza e relacionar-se socialmente ou seja, pelas suas tradições, valores e costumes. No interior de uma sociedade complexa como a nossa, onde vários grupos sociais coexistem, vivendo sob condições econômicas muito diversas, a cultura do grupo social dominante, que é veiculada pelos meios de comunicação de massa e adotada pelas várias instituições sociais, é muitas vezes considerada como a única cultura válida. Segundo esse ponto de vista, aqueles grupos que não compartilham totalmente dessa cultura dominante, na sua maior parte constituídos por pessoas com baixo nível de renda, são considerados como desprovidos de cultura ou como deficientes culturais. Na realidade, esses grupos apresentam, ao lado de alguns elementos da cultura dominante, padrões culturais próprios. Não são deficientes culturais, mas são culturalmente diversos dos grupos que dominam a sociedade e suas instituições.

O que ocorre então quando uma criança mal alimentada, vivendo em condições precárias e que foi educada em casa segundo padrões culturais que não são valorizados pela nossa sociedade, ingressa no sistema escolar, tal como ele é atualmente? Não é difícil imaginar o seu isolamento, a falta de comunicação entre ela e a professora, e o decorrente fracasso escolar evidenciado pelas altas taxas de reprovação no final da primeira série primária, que em alguns bairros da cidade de São Paulo che-

⁺ Palestra realizada durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

gam a ser de 70% ou mais.

Assim é que preferimos o termo "marginalização cultural" pois consideramos que ele reflete mais claramente um processo que está sendo sofrido por essas populações, que não resulta de condições negativas inerentes a esses grupos mas sim da maneira pela qual estão inseridos na sociedade global.

Esta análise, no entanto, poderia nos levar a um imobilismo em relação ao problema, já que a curto prazo serão provavelmente modificados esses condicionantes gerais que produzem esta situação de marginalidade.

Uma possível abordagem do problema, que é factível a curto e médio prazo, seria aquela que preparasse essa criança para o ingresso na escola primária, de maneira a que ela tivesse maiores possibilidades de sucesso no sistema escolar tal como ele é. Se ela pudesse aprender aquelas habilidades, conhecimentos e atitudes que a escola assume que toda criança apresenta antes de iniciar a primeira série primária, não resolveríamos o problema mais geral, mas talvez pudessemos aumentar suas oportunidades de adquirir o instrumental básico da escrita, leitura e cálculo.

Avaliações dos resultados de programas semelhantes desenvolvidos nos Estados Unidos mostram que as crianças assim preparadas apresentam melhoras em seu desempenho somente nos primeiros anos escolares. Depois de algum tempo a diferença entre elas e as outras crianças aumentam e as melhoras iniciais acabam por se diluir.

No caso brasileiro, porém, as alternativas colocam-se em outro nível. Se for possível melhorar o rendimento escolar dessas crianças nem que seja só por um ano ou dois, já teremos alcançado uma sensível melhora em relação à situação atual.

Com base nesse raciocínio, acreditamos que vale a pena tentar essa solução, que por definição consideramos limitada, mas que a nosso ver é preferível à inércia ou às medidas que apenas camuflam o problema.

Tendo em vista a elaboração de um currículo de intervenção que visa preparar crianças culturalmente marginalizadas para a primeira série primária, a equipe da Profa. Ana Maria Poppovic do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas realizou uma pesquisa que procurou caracterizar essa população infantil tanto do ponto de vista psico-pedagógico como do sócio-cultural.

O planejamento da pesquisa partiu do fato conhecido de

que as crianças de classes média e/ou alta são geralmente bem sucedidas na sua escolaridade. Se isto se dá é porque o seu cabe-dal de conhecimentos, de operações cognitivas, de conceltos, de atitudes e demais equipamentos mentais vem sendo desenvolvido desde idades mais precoces.

Por não haver instrumentos padronizados ou normas que apontem para níveis normais de realização das crianças que serão previsivelmente bem sucedidas na escola, optou-se pela criação de um instrumento que verificasse, com abrangência necessária, quais seriam esses padrões nas crianças de classe média durante a etapa pré-escolar, isto é, dos 4 aos 6 anos de idade.

Considerou-se esses padrões das crianças de classe média como os ideais para uma previsão de boa realização escolar e, da comparação dos resultados das crianças culturalmente marginalizadas com tais padrões, obtivemos os subsídios para a elaboração dos currículos de intervenção.

Como para a organização de um currículo não basta o conhecimento da capacitação e das informações que a criança possui, o planejamento desta pesquisa previu também um amplo levantamento das condições de vida dessas crianças e de suas famílias.

Por existirem no município de São Paulo instituições chamadas Parques Infantis, que atendem a crianças de 3 a 6 anos, resolveu-se trabalhar com essa estrutura já implantada. Dentre as crianças que frequentavam 5 Parques Infantis da periferia de São Paulo selecionamos 90 meninos e meninas de 4 a 6 anos de idade.

Este grupo foi então comparado com uma amostra de 90 crianças de 4 a 6 anos de idade provenientes de famílias de classe média que frequentavam escolas pré-primárias particulares situadas nos bairros centrais de São Paulo.

Apresentaremos aqui, através de um filme e de slides, alguns resultados dessa pesquisa.

(Projeção de um filme de 8 mm sonoro e de 10 slides de tabelas e gráficos).

Como vimos, os resultados mostram que grandes diferenças separam as crianças culturalmente marginalizadas das que provêm de lares de classe média, tradicionalmente bem sucedidas na escola. Apontam, de maneira geral, uma diferença de dois anos separando a capacidade de realização das crianças pobres em relação às do outro grupo.

Esse fato explica claramente os índices alarmantes de repetência em nível de primeira série, onde os programas têm as mesmas exigências para uma criança de classe média, que se apresenta com uma competência adequada a sua idade, e outra, cujo desempenho situa-se entre os 4 ou 5 anos de idade. Por si só justifica a realização desta pesquisa e enfatiza a necessidade urgente de um atendimento por parte dos poderes públicos às populações de crianças culturalmente marginalizadas.

Os resultados indicam, ainda, que as diferenças de desempenho, entre crianças de N.S.E. baixo e médio, vão aumentando com o decorrer dos anos, aparecendo desde essa época o fenômeno do deficit cumulativo, que cresce à medida que a criança avança num sistema escolar para o qual não chegou preparada. As estatísticas sobre evasão em nível de ensino fundamental mostram claramente esse fato.

Outro aspecto a ressaltar, nas diferenças encontradas entre os dois grupos, é a desarmonia entre as áreas estudadas no grupo de N.S.E. baixo. Notou-se que, aos 4 anos, os resultados dos dois grupos eram irregulares; mas aos 5 e aos 6 anos, as crianças de N.S.E. médio conseguiam uma certa nivelção entre todas as áreas, mostrando uma evolução no sentido de atingir um equilíbrio dos vários aspectos necessários à aprendizagem de primeira série. Pelo contrário, no grupo de N.S.E. baixo a desarmonia aos 6 anos continuou a aparecer da mesma forma com que se manifestava aos 4 anos.

Analisando as causas do fenômeno, verificou-se que existem áreas em que as crianças culturalmente marginalizadas se desenvolvem no mesmo ritmo que as outras, apesar de sempre se situarem em nível de desempenho mais baixo. Isto é, as diferenças entre os dois grupos sócio-econômicos mantêm-se relativamente iguais no desenrolar dos três anos estudados. Trata-se das áreas de Linguagem, Conceitos Básicos e Conhecimentos Gerais, que se desenvolvem por meio de experiências de vida diária e que dependem, para sua evolução, de uma estimulação constante porém não especializada, que existe nos dois ambientes com maior ou menor riqueza.

Outras áreas, Bases para a Leitura e para a Matemática, apresentam um aumento acentuado nas diferenças entre os dois grupos sócio-econômicos, entre os 4 e os 6 anos de idade. Esse aumento das diferenças é facilmente explicado pelos conteúdos da instrução que as crianças de N.S.E. médio recebem nas escolas particulares: são conteúdos específicos, diretamente relacionados

aos itens dos testes incluídos nessas duas áreas, e adquiridos por meio do ensino.

Existem ainda duas outras áreas - Funções Psiconeurológicas e Operações Cognitivas - que por suas implicações, tornam-se as mais importantes. Se o desempenho no primeiro grupo de áreas (Linguagem, Conceitos Básicos e Conhecimentos Gerais) depende de atividades e influências às quais toda criança está forçosamente sujeita, e se o sucesso no segundo tipo de áreas (Bases para a Leitura e para a Matemática) é resultante direta de um programa de instrução específica, não é esse o caso das áreas ora em discussão.

Tanto funções psiconeurológicas como, principalmente, operações cognitivas não podem ser adquiridas casualmente, ou num determinado momento em que se resolva ensiná-las à criança. Ambas dependem de longo processo evolutivo e de um desenvolvimento harmonioso, constituído de etapas regidas por sequências determinadas, em que cada nova aquisição baseia-se em fatores já existentes, assimilados por meio de maturidade, experiência e estimulação adequada.

Se a possibilidade de bom desempenho nessas áreas é de tão complexa aquisição, não menos complexos são os efeitos decorrentes de não as ter adquirido adequadamente. Funções psiconeurológicas constituem a base que fornece à criança a maturidade necessária à aprendizagem de leitura e de escrita, enquanto operações cognitivas caracterizam-se como o instrumental necessário para o raciocínio que deve permear qualquer tipo de aprendizagem.

Entende-se, pois, que seja de grande importância o fato de os resultados nessas áreas apontarem para um sucessivo distanciamento, de ano para ano, entre as crianças dos dois grupos sócio-econômicos, aumentando sistematicamente as diferenças que os separam. Além de ampliar a explicação sobre a causa do fracasso dessa população no ensino fundamental, evidencia diretamente o enfoque que deve ser dado a um currículo que satisfaça as necessidades dessas crianças.

A partir das conclusões apresentadas até o momento, podem ser definitivamente descartados os objetivos tradicionais da pré-escola, que a visualizam como uma organização não diretiva, destinada apenas a socializar, adaptar afetivamente e tornar a criança feliz. Os anos que precedem a entrada da criança na escola, especialmente da criança culturalmente marginalizada, devem obrigatoriamente ter objetivos claramente especificados e um currí

culo estruturado, objetivando equipar a criança com Instrumental de raciocínio, ensinando-a, com especificidade, a pensar, a abstrair, a categorizar, a solucionar problemas e a tomar decisões.

Com relação aos comportamentos, atitudes e auto-conceito estudados, verificou-se uma consistente diferença entre os dois grupos sócio-econômicos e uma correlação significativa de cada um desses aspectos com a capacidade de realização demonstrada pelas crianças. Levanta-se, assim, não somente a questão do "que" deve ser ensinado à criança, mas também do "como" ensinar, para que se consigam determinadas atitudes e comportamentos que maximizam a capacidade de aprendizagem.

Finalmente, o último corpo de resultados refere-se aos fatores ambientais, levantados por meio de entrevista com as mães das crianças dos dois grupos.

A primeira parte desses dados não é de caráter comparativo, limitando-se a descrever e a caracterizar os hábitos, o estilo de vida, os valores e outros fatores que constituem aspectos culturais de cada grupo. Essa decisão de não comparar os grupos sócio-econômicos nesses aspectos reflete uma tomada de posição no sentido de respeitar e não violentar realidades culturais, tentando impingir-lhes valores da cultura dominante, neste caso, os do grupo de classe média. Os dados servirão para conhecer a realidade ambiental das crianças para as quais se propõe um currículo e, nesse sentido, são indispensáveis tanto para estabelecer os objetivos a atingir como para treinar os professores, esclarecendo-os sobre as características sociais, culturais e educacionais de seus alunos.

Na segunda parte, lidou-se com os fatores ambientais em nível intragrupal, somente no M.S.E. baixo, tentando-se verificar se alguns desses aspectos estariam correlacionados a uma melhor capacidade de desempenho da criança. Encontraram-se sete que se correlacionam positivamente com o desempenho das crianças, e que deverão, evidentemente, ser considerados na programação a fazer com as mães das crianças culturalmente marginalizadas.

CONFERÊNCIA II

31 de outubro de 1975 às 16:00 horas

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA PERINATAL

**Antonio Márcio Junqueira Lisboa
Professor Titular de Pediatria,
Universidade de Brasília, UNB.**

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA PERINATAL

Antonio Marcio Junqueira Lisboa⁺

Pode-se dividir a evolução da Pediatria em 5 períodos. No primeiro, que durou até o início do século, o empirismo foi a característica principal. A seguir, passou-se à fase descritiva ou nosológica onde a preocupação principal residia na descrição dos quadros clínicos substituída, a partir de 1925, pela importância dada à etiologia, seguida, em 1960, pela ênfase nos procedimentos terapêuticos. Atualmente, vivemos a fase preventiva e social onde, além de se tentar diminuir a mortalidade e a aumentar a recuperação da saúde, os esforços são dirigidos para o estabelecimento de normas que protejam a criança de futuras deficiências físicas, mentais e emocionais. A prevenção de tais é objeto da Pediatria Comportamental (Behavioral Pediatrics), que foi concebida pela necessidade de definir a área da Pediatria que se encarregasse da prevenção e manejo dos problemas psicológicos, sociais e de aprendizado. Em grande número de centros, sua importância já é reconhecida e coexiste, muitas vezes, com a Psiquiatria Infantil. Como a própria Pediatria, sua maior responsabilidade é a prevenção, ficando em plano inferior a cura ou a reabilitação. Dentro deste conceito, a Pediatria Comportamental deve estar perfeitamente integrada no sistema de prestação de serviços de saúde e sua atuação deverá ser a mais precoce possível. O trabalho será multiprofissional exigindo o concurso de pediatras, psicólogos, psiquiatras, obstetras, enfermeiras e assistentes sociais.

A essência do bem estar físico e emocional da criança depende basicamente, do tipo de relacionamento mãe-pai-criança e secundariamente, da atuação de avós, irmãos, babás e outros participantes do círculo familiar, nos primeiros anos de vida. Assim sendo, a equipe de saúde deverá começar a atuar na fase pré-natal, preparando a mãe e a família para receber o novo ser. Entre tanto, melancolicamente, deve-se dizer que pouco, ou nada tem contribuído essa equipe e, em especial, os psicólogos, para que tal aconteça.

⁺ Palestra realizada durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

Para uma melhor compreensão do assunto dividir-se-a a assistência perinatal em 3 estágios: pré-natal ou gestação, parto e neonatal.

PRÉ-NATAL

A visita pré-natal não pode ser subestimada. Irá permitir reconhecer a personalidade dos pais, seus pensamentos e sentimentos sobre o filho, seus medos, suas necessidades.

Numa gestação normal, são identificados dois períodos. No primeiro, que se estende por todo primeiro trimestre, a mulher toma conhecimento de que está grávida e identifica o conceito como parte integrante de seu ser; é um período caracterizado por sentimentos extremos de aceitação ou rejeição. No segundo, a gestante percebe o feto como um ser que tem individualidade; sente-se ligada a ele e o valoriza. A rejeição inicial, quando ocorre, dá lugar quase sempre a aceitação. Sucedem-se sonhos e fantasias sobre os atributos físicos e mentais do filho.

Entretanto, em um número não pequeno de vezes, a gestação é acompanhada de um profundo sentido de rejeição do conceito, mesmo quando se a supõe tranquila. Tal reação pode ser decorrente de vários fatores entre os quais identificam-se os seguintes: mãe solteira ou pertencente a um grupo familiar dissociado, instável ou que a rejeite; marido enfermo, desempregado ou mesmo agressivo diante da constatação da gestação; falta de apoio da família ou de pessoas amigas; insegurança diante de acontecimentos que tenham ocorrido em gestações anteriores e que possam se repetir; temores que algo possa suceder durante a gestação que repercuta de forma nociva sobre seu filho.

A maternidade biológica é uma ocorrência de rotina no reino animal. A maternidade responsável, consciente e devotada é cultural e humana. Aqui fica a pergunta: qual a participação e a responsabilidade do psicólogo no equacionamento e eventual solução deste tipo de problemática?

PARTO

Como nascem as crianças nas grandes cidades? Em centros obstétricos, bem equipados, onde as infecções são controladas, em suma, em locais onde existe aplicação da tecnologia na solução dos problemas médicos, tal como ocorre nos berçários. A posição da parturiente não é das mais confortáveis em decúbito dorsal e com os membros inferiores suspensos (apesar de já terem si-

do estudados pela escola uruguaia, brilhantemente liderada pelo Prof. Caldeyro Barcia, os efeitos maléficos desta posição sobre o fluxo sanguíneo uterino e consequente prejuízo da oxigenação fetal). Neste ambiente impessoal e frio, nasce a criança, rapidamente transportada para a sala de reanimação ou para o berçário, para que usufrua dos avanços tecnológicos, antes mesmo de ser visto por sua mãe. Via de regra, o pai não participa do evento. A mãe só é apresentada ao filho muitas horas após, por ocasião da primeira mamada. Por que não humanizar a sala de parto? O marido deveria ter uma participação ativa e que muitas vezes, seria de valor inestimável. A mãe receberia logo que possível o filho em seus braços, ainda na sala de partos, para que o visse e juntos seguissem para o quarto ou enfermaria. Estudos recentes tem demonstrado a importância destes primeiros minutos para o relacionamento mãe-filho quando o olhar da mãe busca o do filho e, em determinado momento, ambos se fixam demoradamente. Nos primeiros dias de vida este relacionamento "olho a olho" só costuma ocorrer nesta fase inicial, tal qual várias espécies animais, onde é essencial e, em algumas, questão de vida ou morte para o neonato, que pode ser rejeitado, morto e mesmo devorado pela mãe. Até onde os estudos etológicos são aplicáveis ao ser humano não se sabe. Sabe-se porém, da importância da participação da mãe nestes primeiros minutos de vida da criança.

Do que foi dito depreende-se a necessidade da participação do marido durante o trabalho de parto; da modificação da posição da mãe durante o parto que deveria ser realizado com ela as sentada; de se utilizar com grande parcimônia medicamentos que tornem a mãe inconsciente no momento do parto e das vantagens da entrega do filho à sua mãe o mais brevemente possível.

PÓS-NATAL

Logo após o nascimento, as crianças são levadas para o berçário, onde se pretende protegê-las dos riscos que as ameaçam, o maior dos quais constituído pelas infecções. Todo um aparato artificial foi criado para preveni-las: proibição de visitas, aventais, máscaras, gorros, botas, lavagem de mãos com germicidas, an tibióticos em casos especiais, verificação da contaminação ambiental, etc.. Entretanto, a cada hora da mamada as crianças são transportadas para os quartos ou enfermarias onde nada disto existe. A aparente contradição em realidade não existe; teme-se os germes intra-hospitalares responsáveis pelas grandes epidemias

nos berçários, e não àqueles que as mães são portadoras. Isto obriga e justifica as medidas tomadas, as chamadas normas de assistência aos recém-nascidos nos berçários. O pavor às infecções no período neonatal justifica, em parte, a segregação dos recém-nascidos impedidos de ficarem ao lado de suas mães. A ele se associa o temor de que algo possa ocorrer à criança nesta fase inicial de adaptação, que seria impedido ou cuidade a tempo em um local onde fosse melhor observado. E assim os recém-nascidos mesmo sem problemas, só são vistos pelas mães nos momentos das mamadas.

Os berçários devem ser reservados para os casos de risco, permanecendo os recém-nascidos normais com suas mães que aprenderão a cuidar deles durante o tempo que estiverem na maternidade. A mamada inicial será dada assim que a mãe o desejar.

Felizmente, a grande maioria de recém-nascidos é aceita pelos pais. Quando tal não acontece, a equipe de saúde, e mais uma vez o psicólogo, deveria enfrentar o problema o que não acontece pois geralmente ele se torna "automaticamente resolvido" com a alta da mãe e do filho.

Quanto aos prematturos, cabe aos psicólogos trabalharem com mães física e psiquicamente despreparadas para receberem os filhos nascidos antes da data prevista. Muitas vezes as mães de prematturos são assaltadas por sentimentos de culpa por não terem levado a gestação ao termo ou mesmo por não terem tido o filho do modo como haviam sonhado. Estas mães devem ser preparadas para o restabelecimento do processo de relacionamento interrompido pela sensação de perda iminente do filho; para enfrentar os problemas inerentes a prematuridade e para fazer face às necessidades afetivas do prematturo. Os prematturos devem ser visitados pelas mães nos berçários e a elas deverá ser permitida e mesma incentivada a participação nos cuidados que lhes são administrados. A segregação de crianças em berçários por longo prazo, tal como ocorre nos prematturos ou portadores de problemas graves no período neonatal é comprovadamente, uma das causas do aumento da ocorrência da síndrome das crianças maltratadas (*battered children*), daquelas que não se desenvolvem apesar de não se encontrar nenhuma causa orgânica e da síndrome de crianças vulneráveis, caracterizada pela certeza dos pais de que os filhos fatalmente não chegarão à idade adulta.

O recém-nascido malformado constitui uma tragédia para a equipe de saúde despreparada para responder às perguntas dos pais. Quando, como, onde, quem e a quem deve ser dada a notícia?

Como preparar os pais para receber a informação e aceitar o filho? São situações que o psicólogo seria o profissional com maiores condições de enfrentar.

As mesmas perguntas são válidas para o recém-nascido gravemente enfermo. Como, sem fraturar o relacionamento pais-filho, deve ser transmitida a informação? Não se pode prepará-los para a morte do filho como também não é permissível enganá-los. Onde se encontrará o meio termo desejável?

E os recém-nascidos que morrem? Collberg estudou durante dois anos 59 mães que haviam perdido seus filhos recém-nascidos e ao final deste prazo constatou que 19 delas haviam desenvolvido distúrbios psiquiátricos que exigiam cuidados. Qual o suporte emocional que deveriam receber estes pais para evitar as graves repercussões que podem ocorrer sobre ambos ou sobre a estrutura familiar em decorrência da perda de um filho recém-nascido?

O recém-nascido adotado é outro capítulo cheio de interrogações. Quando um casal tem um filho este é aceito tal como é: menino ou menina, louro ou moreno, olhos claros ou escuros, com pequenas malformações ou não e assim por diante. Quando adotam, escolhem o sexo, a cor da pele, dos olhos e do cabelo, mandam examiná-lo para saber se tem algo de anormal e posteriormente o aceitam. Será que esta diferença de atitude repercutirá sobre o comportamento futuro da criança? Que tipo de suporte emocional necessita a mãe que se vê na contingência de doar seu próprio filho?

Uma última palavra sobre o aleitamento natural, hoje desconhecido até pelo pessoal de saúde. Como provar às mães que o desmame precoce traz prejuízos que não podem ser medidos em termos nutricionais? Como convencer o pessoal de saúde de que o desmame precoce acarreta prejuízos à criança em termos nutricionais, imunológicos e emocionais, mensuráveis à curto ou a longo prazo? Como demonstrar as vantagens da alimentação natural para o desenvolvimento emocional da criança quanto mais não seja por obrigar a mãe a vê-la com mais frequência?

Em conclusão o psicólogo não assumiu o seu lugar na equipe que presta assistência perinatal. Cumpre a ele a busca de respostas para um número imenso de interrogações. Está nas mãos da classe, o estudo e a proposição de como serão preparados psicólogos habilitados a trabalhar de maneira integrada em equipes de saúde multidisciplinares tradicionalmente encarregadas da proteção materno-infantil.

CONFERENCIA III

31 de outubro de 1975 às 17:00 horas.

DESNUTRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO

**Thereza Pontual de Lemos Mettel
Professor Assistente Doutor, Departamento de
Psicologia da Universidade de Brasília, UNB.**

Obs.: - O texto desta conferência não está incluído nestes anais.

CONFERÊNCIA IV

1 de novembro de 1975 às 17:00 horas.

REVISÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE PROJEÇÃO

Monique Augras

Professor Doutor no Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC.

REVISÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE PROJEÇÃO

Monique Augras⁺

Gostaria de falar acerca de uma tentativa de meditar sobre as técnicas projetivas, que são classicamente descritas como visando fazer um estudo descritivo da estrutura dinâmica da personalidade, e apresentadas como fundamentadas no conceito de projeção, derivado da psicanálise.

Cheguei a me preocupar com esse conceito em termos práticos, pois costumo recorrer à teoria para saber a fundamentação do que estou fazendo. Há alguns anos atrás tive de construir, a partir dos pressupostos da fenomenologia da percepção, um teste de personalidade. Este teste, dos estímulos ambíguos, constituía em apresentar uma série de manchas de tinta. Durante esta construção, surgiram discussões a respeito do teste que todo mundo julgava ser projetivo, por ser parecido com o Rorschach. Para mim, baseava-se na estruturação do mundo próprio do indivíduo e nada tinha que ver com a psicanálise e projeção de sentimentos e conteúdos inconscientes. Isto me levou a reler Rorschach para mostrar que meu teste não tinha nada que ver com ele e que não era projetivo. E quando li o "Psicodiagnostico", descobri que Rorschach jamais falou em projeção. Passei a estudar cuidadosamente, as implicações teóricas que ele coloca.

O problema é que Rorschach em 1919 montou os experimentos, publicou o livro em 1921 e morreu em 1922. Na primeira parte do seu livro, em absoluto apresenta um edifício construído que demonstra haver uma teoria subjacente ao experimento. Tanto é que o título do livro é "Métodos e resultados de uma experiência diagnóstica de percepção", e, entre parênteses, "interpretação livre de formas fortuitas"(1).

Ele próprio diz que foi uma experiência de percepção e não a montagem de um teste definitivo. Explica que "as interpretações das imagens fortuitas se situam mais sob a rubrica da percepção", (pág. 3, grifado pelo próprio Rorschach), cita Bleuler que define a idéia como "identificação do complexo de sensações e conexões que engloba o conceito mais restrito de percepção"(ibid).

⁺ Palestra realizada durante a V Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro 1975.

lê-se que o conceito de técnica projetiva foi inventado em 1939, no artigo de L.K. Franck, Projective Methods for the Study of Personality (2). Pensei que esse autor devia ter sérias razões para classificar o teste de Rorschach como técnica projetiva. Mandei tirar xerox deste artigo nos Estados Unidos e descobri coisas interessantes. A primeira é que Lawrence K. Franck não diz em nenhum lugar do artigo que ele inventou o termo "técnicas projetivas". Utiliza o conceito como algo já conhecido e usado por todos. A segunda é que na bibliografia deste artigo, Franck cita um artigo de 1938 intitulado "Métodos projetivos para estudo psicológico das crianças" de Horowitz e Murphy (3). Mandei buscar xerox deste artigo também e verifiquei que as autoras citam como referência um artigo "no prelo", de Franck, que vem a ser o supra citado. Quem inventou então o termo?

Parece que surgiu mais ou menos em 1935 nos EE.UU. mas até hoje não sei quem o inventou e quando, especificamente.

Deixei de lado este problema da gênese do termo e fui ver como Franck apresentava estas técnicas. Franck propõe uma fundamentação teórica muito interessante, com a colocação das técnicas de investigação da personalidade em termos de investigação do mundo próprio de cada um dos indivíduos, utilizando muitos conceitos básicos da Gestalt theorie: descreve o processo da personalidade como "prática altamente individualizada da operação comum a todos os organismos, que seletivamente respondem a uma figura sobre o fundo" (pág. 392). Refere-se implicitamente à posição de Goldstein, e cita o conceito de campo e toda a psicologia de Kurt Lewin. As "provas projetivas" oferecem uma maneira de compreender como os indivíduos "estruturam o espaço vital" (conceito de Lewin - pág. 400). Com Franck encontramos dentro da mesma linha que Rorschach propunha, baseada na construção do mundo próprio, na percepção, na inter-relação do indivíduo com o seu mundo. E, nenhuma referência a pressuposto algum de tipo psicanalítico.

Depois passei a procurar sistematicamente, o que diziam os autores mais cotados que tenham escrito sobre técnicas projetivas. No campo da psicologia, quando se pega um conceito e se faz uma revisão crítica, às vezes, surgem muitas surpresas. Nesse momento é importante pararmos para pensar e analisar os conceitos, selecionar, e ver o que vale e o que não vale, verificar até onde podemos ir, para não partirmos para generalizações mágicas, principalmente sem termos antes uma fundamentação teórica, e colocando em questão toda uma parte de nossa atuação.

Descobri então que o Rorschach não era um teste projetivo e que projetivo não quer dizer grande coisa. No manual de Bell (4), o significado mais comum de projeção é latino e "significa jogar para fora". O sujeito manifesta nelas sua personalidade, "jogando-a para fora, e deste modo, pode ser examinado" (pág. 19). O termo projetivo, neste texto, "descreve parcialmente que acontece nas técnicas e tem vantagem de recolher no seu uso um significado que vai além do seu estrito significado (ibid).

A projeção desempenha seu papel na técnica projetiva, é um dos mecanismos que entram nesta situação, mas em absoluto esgota o que acontece.

Murray (5), em Anderson e Anderson, escreve "se quisermos usar o termo projeção para denotar todas as formas de expressão, postura, gestos de um homem, sua maneira de falar, andar, escrever, de botar o chapéu, ou abotoar o sobretudo, devemos buscar outra palavra para expressar o processo de projeção anteriormente definido. A projeção deixa de significar alguma coisa na medida em que se pretende que signifique tudo" (pág. 22-23). Ele descreve, mais adiante, os testes apresentados por Anderson & Anderson e diz que todos os testes "proporcionam produções, percepções, imaginações, intelecções, movimentos, suscetíveis de análise formal, e as variáveis obtidas por esses meios revelam importantes constituintes, estruturas, e atributos da personalidade. Os procedimentos que ficam limitados a tais análises formais não ganham nada ao serem chamados de técnicas projetivas" (pág. 23).

Segundo Anderson (6), os testes projetivos "não são estritamente provas de projeção, e são provas de mecanismos mentais de dinamismo da personalidade, que incluem entre outros a projeção" (pág. 28).

Em Anderson & Anderson, Cattell (7) se preocupa com a objetivação destas técnicas e diz que surgiram desde o início do século, que os primeiros testes em psicologia profunda não implicavam qualquer referência ao termo psicanalítico de projeção. Toma posição clara:

"O primeiro passo (para se fazer um trabalho sério nesta área) consiste em reconhecer que o termo projetivo constitui um grave erro de denominação". (pág. 89). Depois, propõe que se use em troca o termo de percepção errada (misperception).

Chegamos então ao livro de Abt e Bellak "psicologia projetiva" (8), em que os autores, atentos à necessidade de uma fundamentação teórica e metodológica, tentam construir a psicologia a partir dos pressupostos implícitos dos quais derivariam as téc-

nicas projetivas.

O teste de Rorschach é discutido em termos de sua validade por não ter sido fundamentado teoricamente, e sistematizado. Ficou a nível de experimento. O que não aconteceu com o TAT, que é um teste bem mais consistente por ter sido um instrumento, entre muitos, elaborado para experimentos em estudos da personalidade. Minha proposta, é que, talvez, se construísse uma teoria da personalidade que pudesse servir de base para se recuperar estes testes quanto à sua validade. Sem uma teoria subjacente à experimentação, não se sabe o que se está realmente procurando. Os autores do livro tentam recuperar Freud também, mas só conseguem afirmar a referência ao conceito de projeção em relação ao teste de percepção temática (TAT).

Bellak mostra que a projeção é um mecanismo de defesa, e que a reação perante o próprio processo da percepção temática poderia ser uma reação em termos de defesa. Abt tenta e consegue enquadrar com elegância ao TAT dentro desta perspectiva. Então, imagina uma fundamentação em termos de um contínuum, vindo da percepção correta, objetiva, até então, à percepção totalmente distorcida, e que seria a projeção. A medida que este autor tenta a recuperação da projeção, ele desmoraliza completamente o conceito de percepção. Abt diz, basicamente, que "todos os métodos projetivos de uma forma ou outra dependem da ação dos mecanismos perceptuais do indivíduo" (pág. 43).

A psicologia projetiva necessita chegar a uma série de acordos quanto à natureza e a função da percepção.

Ao apresentar a revisão destes autores, eu queria mostrar que não estou sozinha ao duvidar da adequação do termo.

Queria chamar a atenção também para a necessidade de procurar assentar o teste, em bases teóricas coerentes. No caso do Rorschach, poder-se-ia fazer um trabalho sério com esta técnica, considerando-a inteiramente sob o ângulo da percepção. Gostaria de concluir, com uma proposta, para que se estude, antes de mais nada, a percepção, antes de se passar a estudar testes como o Rorschach, apenas armados de pressupostos psicanalíticos, ou das vagas implicações ensinadas por muitos manuais, mas desprovidas de realidade histórica.

Em 1969, no Congresso de Londres, uma série de autores tentaram propor várias maneiras de se recuperar essas técnicas, de mostrar como é que podem servir à exploração da personalidade, em novas bases.

Kadinsky (9), por exemplo, afirma que definir o Rors-

chach como um teste projetivo, é uma definição pars pro toto. (A definição do todo pela parte é uma característica do pensamento mágico). Kadinsky observa que não há projeção nas técnicas projetivas, mas se todo mundo fica agarrado a este conceito, então, na realidade, existe projeção. Então, a única projeção que pode acontecer, é a projeção do psicólogo. Os psicólogos têm um amor todo especial a este conceito, isso deve esconder alguma coisa!

Lembramos que Rorschach, em seu livro (pág. 132), fala que o teste exige uma intervenção da função do real. Isso admite uma referência filosófica em termos existenciais. Considerando que a realidade é dada ao indivíduo como algo ambíguo, que a vida é ambígua, estranha e angustiante: quando, para um indivíduo que aprendeu na escola que há coisas que são certas e outras erradas, apresentamos um material estranhíssimo, umas manchas de tintas, dizendo a ele que não significam nada, que não tem resposta certa, nem errada, e o obrigamos a enfrentar a própria materialização da ambigüidade, então o indivíduo, nesta hora, lança mão de todos os seus recursos para adaptar-se. Às vezes são recursos fracassados, como sabemos: é o caminho para as classificações diagnósticas em termos de patologia. Como também ele pode lançar mão de recursos belíssimos, conseguindo criar a partir desse material ambíguo, como se fosse uma obra de arte que seja só dele, que revela não só a personalidade do indivíduo, como também a complexidade da realidade. Descobri depois disso tudo, no livro de Schachtel (10), um Inglês, uma descrição da análise perceptiva, fenomenológica, e existencial do teste de Rorschach, na qual tenta mostrar a experiência de Rorschach como se fosse uma maquete da experiência do indivíduo, frente a uma situação ambígua, nas contradições do ser no mundo.

O que estou propondo é que, além do caminho da projeção de conteúdos inconscientes, implícitos ou não, há também toda a possibilidade de se utilizar o Rorschach como prova de criação do mundo, de criação do indivíduo, de atribuição de significados, como meio de se identificar o mundo próprio, a orientação no espaço vital e na temporalidade do indivíduo, e acho que é um caminho muito mais rico e muito mais amplo do que esse tradicional que se estava acostumado a trilhar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RORSCHACH, H. - Psychodiagnostic. Paris, PUF, 1953, 373p.
2. FRANCK, L.K. - Projective Methods for the Study of Personality
J. Psychol. 8, 389-413, 1939.
3. HOROWITZ, R., e MURPHY, L.B. - Projective Methods in the Psychological Study of Children. J. Exp. Educ. 7:133-140, 1938.
4. BELL, J.E. - Técnicas Projectivas. Buenos Aires, Paidós, 501p 1956.
5. MURRAY, "Prologo", in ANDERSON & ANDERSON - Técnicas Projectivas del Diagnóstico Psicológico. Madrid, Rialp, 19-24, 1963
6. ANDERSON, H.H.: Comportamiento Humano y Desarrollo de la Personalidad, in ANDERSON & ANDERSON, op. cit., 27-53.
7. CATTELL, R.B. - Principios Fundamentales de los Testes de Personalidad Projectivos o de Percepción, op. cit., 88-136.
8. ABT, L.E., BELLAK, L. - Psicología Projectiva. Buenos Aires, Paidós, 1967, 285p
9. KADINSKY, D. - Projective Techniques - Objective Assessment or Subjective Understanding. Rorschachiana, Bern. Haus Huber, 40-50, 1971.
10. SCHACHTEL, E.G. - Experiential Foundations of Rorschach's Test London, Tavistock Public, 1968, 342p.

COMUNICAÇÕES

COMUNICAÇÕES I

30 de outubro de 1975 das 14:00 às 16: horas - Salão Nobre

PRESIDENTE DA MESA:

Dr. João Bosco Jardim Almeida

VICE-PRESIDENTE:

Prof. Ricardo Gorayeb

PARTICIPANTES

Hanelore Fuchs

Cesar Ades

Maria Teresa Araújo Silva

José Gonçalves Medeiros

Wilma Santoro Partitucci

José Lino Bueno

Marilena Ristum Carli

Antônio Jairo F.M. Fagundes

14:00 horas

H. Fuchs e C. Adas - Departamento de Psicologia Experimental do
Instituto de Psicologia, USP.

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DO COMPORTAMENTO PREDATÓRIO DE LYCOIA ERYTHROGNATA

Resumo: - Como parte de um programa de pesquisa sobre o comportamento predatório e o comportamento de ingestão da aranha Lycosa erythrognatha foram realizadas algumas observações preliminares sobre dois dos fatores que afetam estes comportamentos: a) a privação-saciação e b) a presença de uma presa capturada sobre a captura das presas subsequentes.

Verificaram-se os efeitos de privação de água e de comida sobre o peso de aranhas adultas. Os resultados indicam que na presença de água ad-lib e alimento em quantidade constante (1 mosca), há aumento progressivo de peso, inversamente proporcional ao peso inicial do animal. A privação de comida acarreta perdas lentas de peso. As reduções maiores e mais rápidas de peso ocorreram nas condições em que havia privação de água. Tomando-se como indicador do peso relativo do inseto o quociente peso do predador/peso da presa (quociente P/P), notou-se que ele é inversamente proporcional ao tempo de ingestão. O problema dos efeitos do fator privação-saciação sobre o comportamento predatório propriamente dito ainda está em aberto. Existem contudo indícios de que o contato repetido com certas presas diminui a probabilidade de captura das mesmas.

Para se saber se a captura de uma presa afeta a probabilidade de captura de outras presas apresentadas logo em seguida, as aranhas foram submetidas às seguintes condições experimentais:

1. apresentação sucessiva de moscas domésticas (quociente P/p: 114,4);
2. apresentação de abelhas (quociente P/P 12,98);
3. apresentação de baratas (quociente P/P 1,46);
4. apresentação de uma abelha, seguida de moscas, uma de cada vez

Constatou-se que, quanto menor o quociente predador-presa, menor o número de presas capturadas após o primeiro episódio de preda-

ção. Os dados para a condição (4) foram intermediários entre os das condições (1) e (2). Assim parece existir um fator ligado à primeira ou às primeiras capturas que inibe as capturas subsequentes.

14:30 horas

M. Teresa Araújo Silva - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

INFLUÊNCIA DE HORMÔNIOS DO SISTEMA HIPÓFISE-ADRENAL NA PERCEPÇÃO DE ESTÍMULOS DOLOROSOS E GUSTATIVOS EM RATOS

Resumo: - A influência de hormônios do sistema hipófise-adrenal no comportamento tem sido geralmente interpretada como efeito sobre sistemas de motivação ou memória. Trabalhos de Henkin e colaboradores mostram, porém, que esses hormônios exercem relevante papel em processos de percepção. Esse grupo demonstrou que, em seres humanos, a deficiência de hormônios glicocorticóides acarreta maior sensibilidade de detecção de estímulos gustativos, olfativos e auditivos, ao mesmo tempo que traz maior dificuldade na integração da informação sensorial. Os experimentos que se seguem fazem parte de um plano em que se procura verificar se a percepção de estímulos é alterada de maneira similar em ratos, de forma a acrescentar elementos para a interpretação dos fenômenos de comportamento induzidos nessa espécie por alterações adrenohipofisárias e, eventualmente, ampliar a possibilidade de estudo dos fenômenos de percepção observados no homem.

Foram estudados alguns aspectos da percepção de estímulos dolorosos e gustativos. Em uma primeira série de experimentos determinou-se o limiar de reação à estimulação dolorosa provocada por calor, utilizando-se o teste da placa aquecida. A resposta à estimulação foi medida em grupo de ratos adrenalectomizados e tratados com dexametasona, comparados a grupos controle. Em uma segunda série de experimentos mediu-se o limiar de reação à estimulação elétrica aplicada às patas e à cauda dos animais, através do teste da reação de abalo-salto e do teste de Paalzow, respectivamente. Grupos de ratos adrenalectomizados foram comparados com grupo controle. Tanto no teste da placa aquecida como nos testes de reação à estimulação elétrica os animais experimentais não se diferencia

ram dos controles. A percepção de estímulos gustativos foi estudada pela medida de preferência entre duas soluções de sabor diferente, usando método de Richter. Ratos adrenalectomizados e controle tinham à disposição dois tubos contendo solução de sacarina ou água. A concentração de sacarina aumentava gradualmente cada 48 h. Os resultados mostraram que a adrenalectomia provocou um deslocamento para a esquerda da curva típica de preferência versus concentração. Ou seja, tanto o limiar de preferência como o de rejeição pela sacarina ocorreram em concentrações mais baixas nos ratos do grupo experimental. Esse resultado sugere maior sensibilidade a estímulos gustativos em ratos adrenalectomizados.

15:00 horas

J.G. Medeiros - Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia, USP.

EFEITOS DA PRESENÇA DE UM ORGANISMO NO DESEMPENHO DE UM OUTRO MANTIDO NUM ESQUEMA MÚLTIPLO INTERVALO VARIÁVEL - EXTINÇÃO

Resumo: - O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa que tem por objetivo verificar qual o efeito que a presença de um organismo tem no desempenho de um outro. O equipamento consistiu de uma caixa de condicionamento operante modificada. A área da caixa foi dividida em duas partes pela introdução de uma divisória de acrílico transparente. Em cada lado, em uma abertura incrustada na parede, foi instalada uma célula foto-elétrica (LDR - light differential resistance). A resposta do sujeito foi definida pela introdução do focinho no buraco (que resultava na interrupção do feixe de luz) e consequente operação de um relê. Os sujeitos, ratos machados (hooded rats), não albinos, raça McCowley, foram individualmente submetidos a sessões diárias de 60 minutos, obedecendo ao procedimento que segue.

FASE A - Os sujeitos foram separadamente treinados num esquema múltiplo intervalo variável - extinção. Nesta fase um sujeito permanecia dentro da caixa, sendo que o outro lado permanecia vazio, porém com o som do manipulandum e do bebedouro sempre presentes, provocados eletricamente por dois programadores de fita (o controle foi estabelecido para que durante o período experimental os sujeitos respondessem em função da presença do outro e não em

função do som do manipulandum e do bebedouro). Para um dos sujeitos o intervalo variável era sinalizado por uma lâmpada acesa e a extinção pela lâmpada apagada. Para o outro sujeito, o intervalo variável era sinalizado pela lâmpada apagada e a extinção pela lâmpada acesa. Após o critério de estabilidade ter sido atingido (uma variação não maior que 10% na taxa de respostas de 5 sessões consecutivas, pelo menos para um dos sujeitos e um índice de discriminação maior que 0,90 para ambos os sujeitos) passou-se para a fase seguinte.

FASE B - Os dois sujeitos treinados com S^D e S de natureza física diferente foram colocados lado a lado, porém separados pela divisória de acrílico. Este procedimento permaneceu por 10 sessões.

FASE C - As condições da fase A foram reintroduzidas e aguardou-se que o desempenho retornasse aos valores da linha de base da fase A.

FASE D - As condições da fase B foram reintroduzidas. Doze sessões foram realizadas nessa fase.

Os resultados, medidos pela alteração na taxa de respostas em S^D e S e pela alteração do índice de discriminação indicam: a) o controle de estímulos não foi modificado pois o índice de discriminação praticamente não foi alterado; b) a taxa de respostas aumentou em S^D em relação à taxa em linha de base e permaneceu inalterada em S ; c) na fase C a taxa não retorna aos valores da linha de base obtida na fase A, o que talvez fosse obtido se a duração dessa fase fosse mais prolongada; d) na fase D há novamente um aumento na taxa de resposta em S^D em relação às três últimas sessões da fase C. O efeito da presença do outro sujeito nesta fase parece ser menos acentuado do que aquele obtido na fase B. A taxa de respostas em S permaneceu inalterada.

15:30 horas

W.S. Patitucci - Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia, USP.

UM PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL PARA TESTE E MANUTENÇÃO SIMULTÂNEA DAS PROPRIEDADES REFORÇADORAS ADQUIRIDAS POR UM ESTÍMULO

Resumo:- Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa que tem

por objetivo estabelecer um procedimento experimental que permita teste e manutenção simultânea das propriedades reforçadoras adquiridas por um estímulo composto de som e luz. O equipamento consistiu de uma caixa de condicionamento operante, programadores e registradores automáticos. Os sujeitos, dois ratos brancos, Wistar, foram submetidos a sessões diárias de 50 minutos, obedecendo ao procedimento que segue. Numa fase inicial de Linha Base, a resposta de pressão à barra foi mantida até a estabilização em esquema de VI-40 seg. ou FI-60 seg., onde a resposta reforçada produzia a combinação de som e luz (Sr) seguida pelo reforço primário (SR) leite açucarado. Na fase de Teste, que se seguiu, além das contingências referidas para a fase anterior, o Sr era produzido con-
correntemente em esquema de FR-10 ou VI-10 seg. Numa fase posterior, de Eliminação da Associação de Sr, foram mantidas as mesmas contingências programadas para a fase de Teste, com exceção de que foi omitida a apresentação de Sr que antecedia a liberação de SR. Seguiu-se a fase de Recuperação da Linha Base, até nova estabilização. Os resultados indicam:

1. Desrupção do padrão e aumento na taxa de respostas para a fase de Teste, em relação à de Linha Base, o que poderia ser tomado como indício de propriedades reforçadoras adquiridas pelo Sr.
2. Queda acentuada na taxa de respostas (abaixo da Linha Base) e recuperação relativa do padrão de Linha Base, durante a fase de Eliminação da Associação em relação à fase de Teste, o que parece indicar que os resultados apontados no item anterior se devem à associação de Sr ao SR.
3. Recuperação da taxa e padrão da Linha Base na fase final.

16:00 horas

J.L.C. Bueno, M.R. Carli, A.J.F.M. Fagundes, H. Fuchs e W.S. Pattucci - Departamento de Psicologia das Faculdades Farias Brito, São Paulo.

CONDUÇÃO DE UM CURSO DE PSICOLOGIA ORIENTADO PARA A ELABORAÇÃO DE PESQUISA

Resumo: - Esta comunicação se refere a uma experiência realizada no curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa, oferecido a alunos do 6º e 7º semestres de graduação em Psicologia. Julgando-se que a

informação sobre métodos e técnicas de pesquisa, desligada da pesquisa tem pouca eficiência, programou-se um curso cujo objetivo terminal é a apresentação de um relatório de pesquisa conduzida pelos alunos. O curso consta de dois semestres de 18 semanas cada um, com 4 horas para cada turma e visa dar ao aluno um embasamento teórico sobre os principais métodos e exercitá-lo em técnicas de pesquisa psicológica. O segundo semestre conta com dois professores para cada turma e tem por meta principal a execução de uma pesquisa nos laboratórios de operante e psicologia animal comparada, sala de espelho ou ambiente natural. O tema da pesquisa é proposto pelos alunos, podendo ser um estudo original ou replicativo. A tarefa é conduzida em pequenos grupos e dividida em etapas graduais que devem ser cumpridas com desempenho ao nível de 100% de acerto, até a etapa final.

O controle sobre o andamento dos trabalhos é feito principalmente por modelagem, através de correções, comentários e sugestões assentados pelo professor na pasta de pesquisa de cada grupo. Nesta o grupo relata por escrito o cumprimento de cada etapa solicitada, a contribuição de cada componente, assim como a resposta aos assentamentos do professor. Além disso, em cada aula se reserva tempo para contato direto entre professores e cada equipe de pesquisa.

O resultado da experiência tem sido a produção de pesquisas descritivas e experimentais relativamente simples. No primeiro semestre de 1975, foram elaboradas 9 pesquisas. Presentemente estão sendo concluídas 17 no curso matutino e 16 no noturno. De todas elas, apenas 5 constituem replicação de estudos conhecidos.

COMUNICAÇÕES II

30 de outubro de 1975 das 14:00 às 16: horas - Sala I

PRESIDENTE DA MESA:

Dr. Arno Engelman

VICE-PRESIDENTE:

Dr. Lino de Macedo

PARTICIPANTES

Yara Lúcia Espósito

Nair Izabel Lapenta de Oliveira

Sonia Santa Vitaliano Graminha

Vera Lucia Sobral Machado

Ângelo Pressotto Neto

14:00 horas

Y.L. Espósito - Fundação Carlos Chagas, São Paulo

DESNUTRIÇÃO E COGNIÇÃO

Resumo: - Com o objetivo de verificar os efeitos da insuficiência nutricional na capacidade cognitiva de crianças pré-escolares foram estudados dois grupos de crianças de baixo nível sócio-econômico, apresentando diferentes estados nutricionais.

Numa amostra de nível sócio-econômico da cidade de São Paulo, as crianças com alto risco de haverem sofrido um processo de desnutrição em estágios iniciais de seu desenvolvimento, apresentaram níveis de realização significativamente inferiores àqueles apresentados pelo grupo controle de mesmo nível sócio-econômico. Sobressaíram no grupo com desnutrição pregressa, deficiências de realização nas áreas de funções Psiconeurológicas, Conceitos Básicos, Linguagem e Operações Cognitivas.

Em um grupo de nível sócio-econômico baixo de Brasília, os resultados indicaram que as crianças com déficit de peso (desnutridas atuais) têm uma realização semelhante àquela das crianças com peso normal para a idade. No entanto, as crianças com peso normal para a idade, com déficit de peso e estatura, isto é, com alto risco de desnutrição pregressa apresentaram realizações significativamente inferiores, inclusive aos níveis obtidos pelo grupo com desnutrição atual. Assim, déficits nutricionais em períodos iniciais de crescimento parecem afetar com maior intensidade o desenvolvimento cognitivo global destas crianças. A fim de verificar a adequação do critério utilizado para avaliar o estado nutricional das crianças, estudou-se também, um grupo de crianças de nível sócio-econômico médio, nas quais o risco de desnutrição pregressa é desprezível, não sendo encontradas diferenças significativas nos resultados obtidos em testes cognitivos, pelas crianças situadas em grupos extremos quanto à estatura. Apesar do reduzido número de casos estudados e das dificuldades comumente encontradas em estudos longitudinais com esta população, os resultados aqui obtidos limitaram tanto uma avaliação mais precisa das condições nutricionais quanto o controle mais amplo de uma série de outras variáveis ambientais igualmente capazes de influenciar o desenvolvimento cognitivo - os resultados obtidos neste trabalho fazem supor

que, a menos que se alterem as condições de subsistência das crianças provenientes de famílias de baixo nível - sócio-econômico, em momentos muito anteriores à sua entrada na escola, a desnutrição será uma das causas do fracasso escolar de uma expressiva porcentagem de nossas crianças.

14:30 horas

N.I. Lapenta de Oliveira e S.S. Vitaliano Graminha - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

ALGUMAS VARIÁVEIS EM RELAÇÃO À CRIATIVIDADE

Resumo:- O objetivo da presente pesquisa foi estudar a criatividade, avaliada em termos de fluência, originalidade e flexibilidade em relação às variáveis: sexo, nível intelectual, rendimento escolar e nível sócio-econômico. Serviram como sujeitos 40 crianças, 20 de cada sexo, com idade variando de 9 anos e 4 meses à 11 anos e 3 meses, sorteadas da população de alunos do 4º ano primário de um estabelecimento de ensino da cidade de Botucatu. O cálculo do nível sócio-econômico dos sujeitos, tomando-se por base o nível educacional dos pais segundo escala usada por Lomônaco (1970) e o nível ocupacional dos pais segundo escalas de Hutchinson (1960), indicou que 13 eram de nível alto, 13 de nível baixo e 14 de nível médio. Usou-se para avaliação da criatividade, 6 itens - estímulo sendo dois de cada uma das três tarefas-exemplos usos diversos e semelhanças - que compõe os instrumentos desenvolvidos por Wallach e Kogan (1965). O nível intelectual dos sujeitos foi avaliado através do Teste de Matrizes Progressivas do Raven (1966) e o rendimento escolar foi considerado como a média das avaliações feitas pelas professoras, de cada criança, no primeiro bimestre desse ano nas seguintes disciplinas: Língua Pátria, Matemática, Ciências e Saúde e Estudos Sociais.

Recorreu-se à prova de Wilcoxon e Wilcox (1964) para se comparar os dados de fluência, originalidade e flexibilidade obtidos pelos sujeitos de diferentes níveis sócio-econômico. Apesar dos sujeitos de nível sócio-econômico alto apresentarem resultados sempre maiores que os de nível médio e estes maiores que os de nível baixo, os dados estatísticos mostraram a ocorrência de apenas uma diferença significativa entre os sujeitos de nível sócio-econômico

alto e baixo, em termos de fluência.

Uma comparação estatística dos resultados obtidos pelos sujeitos masculinos e femininos foi feita através da prova U de Mann e Whitney (Siegel, 1956) e os dados indicaram a não existência de diferenças significantes entre os grupos masculino e feminino. Para se analisar a relação entre criatividade e rendimento escolar e entre criatividade e nível intelectual calculou-se a correlação de postos de Spearman (Siegel, 1956) e os resultados mostraram que os valores numéricos das correlações foram todos baixos e não significantes ao nível de 0,05.

15:00 horas

S.S. Vitaliano Graminha - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE SISTEMAS DE CATEGORIAS PARA AVALIAÇÃO DE FLEXIBILIDADE - UMA DAS DIMENSÕES DO COMPORTAMENTO CRIATIVO

Resumo: - A maior parte das pesquisas sobre criatividade se referem à avaliação de duas dimensões apenas, ou seja, a fluência e originalidade e estas são também as únicas variáveis avaliadas pelo Teste de Wallach e Kogan (1965). Considerando, da mesma forma que Carlier (1971), a importância de se levar em conta a dimensão denominada flexibilidade quando se estuda o comportamento criativo e também as dificuldades metodológicas para uma análise objetiva dessa dimensão, a presente pesquisa se propôs a construir e testar sistemas de categorias para avaliação, em termos de flexibilidade, das respostas verbais emitidas pelos sujeitos à doze situações - estímulos. Os sujeitos foram:

- a) 40 crianças, alunos de 4º ano primário, 20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino, com idade variando de 9 anos e 1 mês à 11 anos e 6 meses e de nível sócio-econômico predominante alto;
- b) dois psicólogos, ambos do sexo feminino e professores de Psicologia em nível superior.

Para obtenção das respostas verbais, foram propostos às crianças três tipos de tarefas-exemplos, usos diversos e semelhanças - extraídas dos instrumentos utilizados por Wallach e Kogan (1965) para avaliar criatividade, sendo cada tarefa composta por quatro itens ou situações estímulo. Esses itens foram apresentados ver-

balmente pelo experimentador e as respostas das crianças foram também emitidas verbalmente e anotadas pelo E em protocolos especiais. A partir de uma tabela contendo todas as respostas emitidas pelas 40 crianças às 12 situações-estímulo, foram estabelecidos 12 sistemas de categorias dentro das quais as respostas das crianças poderiam ser incluídas.

Dois juízes, com base nestes sistemas propostos, avaliaram independentemente, os protocolos de respostas em termos de flexibilidade. Os juízes deveriam classificar cada resposta dentre uma certa categoria e determinar o número de categorias nas quais as respostas podiam ser inseridas. Para testar a concordância das avaliações calculou-se a correlação de postos de Spearman (Siegel, 1956), obtendo-se valores positivos e significantes ao nível de 0,01. Portanto, esses dados parecem indicar que os sistemas de categorias propostos permitem uma avaliação objetiva das respostas apresentadas pelas crianças, quanto à flexibilidade.

15:30 horas

V.L. Sobral Machado - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

EFEITOS DE UM TREINO DE DISCRIMINAÇÃO NA APRENDIZAGEM DA LEITURA POR PRIVADOS CULTURAIS

Resumo: - O principal objetivo deste trabalho foi investigar a eficiência de um treino de discriminação oferecido simultaneamente a 30 crianças sobre o comportamento de leitura definido de acordo com três critérios: emparelhamento de estímulos (Critério II); nomeação de estímulos logo após o treino (Critério III); nomeação de estímulos no final do primeiro semestre letivo (Critério I). Os estímulos utilizados no treinamento foram vogais e sílabas cuja apresentação foi feita segundo a técnica da "escolha de acordo com o modelo" com apresentação simultânea dos estímulos, através da projeção de diapositivos. O treino envolveu uma resposta de emparelhamento de estímulos que consistia em sublinhar um estímulo semelhante ao modelo, e em uma resposta de nomeação dos estímulos. Tal treinamento foi oferecido a crianças de nível sócio-econômico baixo subdivididas, de acordo com o desempenho num teste de "Emparelhamento de Símbolos" de Valett (1969) em um grupo de

bom desempenho em discriminação e em grupo de mal desempenho em discriminação. Esta subdivisão teve por objetivo verificar se tal treino influenciava diferencialmente crianças mostrando níveis diferentes de "prontidão" em discriminação. Foi também solicitado professoras dos sujeitos - alunos desta pesquisa que formulassem avaliações a respeito do desempenho dos mesmos. Propôs-se como objetivos complementares a verificação da capacidade preditiva das professoras e do item "Emparelhamento de Símbolos" de Vallet sobre o comportamento de Leitura dos sujeitos-alunos.

Os resultados indicam que o treino foi efetivo com relação aos Critérios II e III de Leitura, principalmente com relação ao sub-grupo BE, evidenciando que o treino, como foi ministrado é efetivo para um melhor desempenho em tarefas de emparelhamento e de nomeação de estímulos. Visto que o Critério III consistia na nomeação de palavras formadas pela combinação dos estímulos treinados, verificou-se a generalização de tal treino para a emissão de respostas mais complexas. Apesar do treino ter favorecido as crianças BE em relação a esses dois critérios, não houve muita generalização do mesmo para uma leitura mais complexa como a solicitada no Critério I. Os resultados obtidos neste critério parecem, no entanto, sugerir que os indivíduos que entram na escola com um baixo nível de discriminação, conforme avaliação feita pelo teste de Emparelhamento de Símbolos, se apenas ficam expostos a situação de sala não conseguem atingir desempenhos dos sub-grupos Alto em discriminação ou mesmo dos sujeitos que também foram classificados como Baixo em discriminação mas que receberam treinamento.

Quanto ao nível de preditividade das professoras parece estar ligado a anos de experiência de ensino numa mesma série. O item "Emparelhamento de Símbolos" mostrou-se um bom preditor dos desempenhos posterior dos sujeitos tanto em tarefas semelhantes a ele, como exercícios de discriminação, como em tarefa de Leitura (Critério I), o que recomenda a sua utilização. Mostrou-se também efetivo como instrumento de pesquisa para selecionar adequadamente sujeitos apresentando desempenhos diferenciados. O presente estudo sugere a necessidade de novas e mais amplas pesquisas que venham esclarecer e ampliar os efeitos das variáveis que possam ter afetado os resultados obtidos e que não foram devidamente controladas neste estudo.

16:00 horas

A. Presotto Neto - Associação Cultural e Educacional de Franca -
UNIFRAH.

ESTUDO PSICO-SOCIAL ENTRE INDIVÍDUOS EDUCADOS EM CRECHES E UM GRUPO INCOGNITA

Resumo:- Analisamos 20 crianças de ambos os sexos, sob aspectos psico-patológico-sociais (Ambiente Familiar - Creche-Higiene Pessoal - Atividades Intelectuais (Atenção) - Atividade Motora - Atitudes Psico-Sociais - Comunicação e Expressão (Perdeação), que foram educados em creche e provenientes de três ambientes familiares diferentes, porém abaixo do mínimo social normal - G.E. Para comparação escolhemos 20 crianças que não receberam qualquer orientação pré-primária escolar, porém, provenientes de ambientes onde as condições materiais e culturais encontravam-se no mínimo aceitável psico-socialmente- G.I.

Pelos estudos concluímos após minuciosa análise de pesquisa de campo e estatística de nossas fichas padrões, que o G.E. sob todos os aspectos encontra-se inferiorizado ao G.I., embora sejam de monta os melhoramentos psico-sociais determinados pela orientação da creche como se pode verificar. Embora não tenham atingido o mínimo psico-social aceitável a melhoria foi acentuada em se considerando a análise dos níveis familiares de origem. Além das deficiências sub-nutricionais, frequentes nos grupos estudados, podemos verificar falhas na orientação das creches sob vários aspectos; mas principalmente que a carga negativa do ambiente familiar destrói em alta porcentagem os ensinamentos tão arduamente ministrados pela equipe da creche.

Concluímos que, sob os aspectos higiênico, pedagógicos psicológicos e de atividades motoras as creches devem seguir uma mais atual orientação; e que deve haver uma atuação nas famílias de onde provem estas crianças através de uma ação conjunta de uma assistência social da creche e dos Poderes Públicos, para que se possa atingir o mínimo psico-social necessário ao desenvolvimento da sociedade.

COMUNICAÇÕES III

31 de outubro de 1975 das 14:00 às 16:00 horas - Salão Nobre

PRESIDENTE DA MESA

Dr. Paul Stephaneck

VICE-PRESIDENTE

Dra. Edna Marturano

PARTICIPANTES

Zélia Maria Mendes Blasoli Alves

Luzia Marivalda Barreiro

Renato M.E. Sabatini

Evandro Almeida Moura

Nair Luiza de Toledo

Maria Luiza Schum Barbieri

Antonio Ribeiro de Almeida

14:00 horas

Z.M.M. Biasoli Alves e L.M. Barreiro - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP:

TIPOS DE INFORMAÇÕES OBTIDAS DE PROTOCOLOS DE I-M-C*

Resumo:- Ao se estudar interação social, frequentemente surge o problema de como analisar os dados, de modo a obter maiores informações sobre como este fenômeno ocorre realmente.

Neste estudo, nos propusemos a utilizar o material obtido anteriormente através de observações com registro de comportamento motor e verbal de pares M-C em interação, e testar a adequação de alguns tipos de análise para se estudar alguns aspectos desta interação, a partir de protocolos de observação.

Através destas análises, foi-nos possível obter medidas com relação à quantidade de estimulação fornecida pela mãe, quantidade de comportamento verbal da criança, existência ou não de resposta da mãe a comportamentos verbais da criança, existência de correspondência entre comportamentos verbais da mãe e comportamentos verbais da criança, e com relação ao índice de interação do par M-C.

Encontramos que: à medida que a criança ficou mais velha a mãe falou frases mais longas com ela, ao mesmo tempo em que ela emitiu uma quantidade maior de sons por intervalo de tempo (10 seg.);

- houve correspondência entre os comportamentos verbais da mãe em relação à criança e os comportamentos verbais da criança; nas diferentes observações e etapas;

- choro e vocalização foram os comportamentos que, de maneira geral, levaram mais frequentemente a uma resposta por parte da mãe, se comparados com os comportamentos de sorrir e engasgar;

- uma característica comum a todos os pares M-C estudados, foi a presença de pausa ou silêncio como um dos componentes da maioria das outras três categorias (comportamento da mãe, comportamento da criança e concomitante), nas diferentes etapas;

- o índice de interação verbal, entre os pares M-C, foi muito menor que o índice de não interação;

- a medida que a criança ficou mais velha, diminuiu o índice de

* Esta pesquisa foi patrocinada pela FAPESP (Proc. 382/74 - Psicologia).

seqüências contendo choro e aumentou o índice de seqüências contendo outros comportamentos da criança como componentes;

- um tipo de seqüência de três elementos que se destacou foi aquele em que o comportamento de fala da mãe com a criança foi antecedido e seguido por choro de criança. A categoria Outras (seqüências não interativas) se destacou em todas as etapas, para todos os pares M-C.

Gostaríamos de salientar que, embora este trabalho tenha estado inteiramente vinculado à análise de dados, a visão geral implica em ter modelos testados que possam ser usados em outras pesquisas, levando ao aprofundamento do estudo do processo de interação mãe-criança.

14:30 horas

R.M.E. Sabatini - Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP.

UM SISTEMA PARA PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS POR COMPUTADORES DIGITAIS EM ESTUDOS DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA DO COMPORTAMENTO*

Resumo: - Um registro obtido por observação sistemática do comportamento tipicamente consiste em um conjunto de símbolos (itens comportamentais) ordenados, com preservação ou não da seqüência; e com alguma forma de informação temporal associada.

As análises quantitativas mais comuns feitas sobre estes dados envolvem a contagem da frequência simples dos itens, ou ainda medidas de latência e duração. As interações entre as unidades ou itens sucessivos nos registros podem ser descritas através de matrizes de contingência (quantas vezes um item i aparece juntamente com um item j, dentro de um período ou unidade de registro) ou de transição (quantas vezes um item i antecede um item j na seqüência). Métodos estatísticos não paramétricos são frequentemente usados nestas matrizes para decidir sobre a significação de certas interações.

O número e complexidade dos registros, a forma de codificação, o tamanho das matrizes e a natureza dos procedimentos estatísticos e gráficos utilizados, em geral tornam mandatário o emprego de um

* Apoiado pela CAPES, FAPESP e CPD (USP) S. Carlos e S. Paulo.

computador digital. Entretanto, poucas alternativas tem sido feitas para desenvolver programas de uso geral para estes propósitos. Na presente comunicação é descrito um sistema integrado de programação para o processamento e análise de dados originados de estudos utilizando métodos de observação sistemática do comportamento; e denominado de ETHODATA 3.

Este sistema é constituído basicamente de subrotinas e funções escritas em EORTAN IV, inteiramente documentadas; e que podem ser chamadas na ordem desejada por um programa de controle simples escrito pelo próprio usuário. Um conhecimento elementar de FORTRAN é na maioria das vezes suficiente para programar-se complexas análises de dados. Outras características importantes do sistema são: pode ser implementado em qualquer computador de médio ou grande porte; é facilmente modificável pelo usuário e novos programas podem ser adicionados, quando necessários ao sistema (desde que possua a filosofia de sistema aberto); usa subrotinas de dimensionamento livre, podendo executar problemas de diferentes tamanhos; e pode aceitar ainda dados codificados numérica ou alfabeticamente (com qualquer número de caracteres), colhidos por amostras de evento ou de tempo.

Quanto aos métodos estatísticos e numéricos que oferece, pode construir matrizes de contingência ou transição de qualquer ordem (opcionalmente, se as matrizes já existirem, as mesmas podem ser lidas para análises posteriores); e analisá-las por diversos métodos (inclusive χ^2). Métodos de análise multivariada e de classificação tais como análise de componentes principais, análise fatorial e análise de componentes, isto é, de aglomerados também são disponíveis. É possível ainda efetuar análises de séries de tempo e informacionais. Com grande facilidade, estudos de interação intra e inter-individuais, e combinações e partições de conjuntos de dados podem ser realizadas. Gráficos e diagramas na impressora de linha ou no "plotter" são contemplados também no sistema, para assistir a interpretação de resultados.

Presentemente o sistema está implementado completamente para o IBM 1130, e em vias de implementação para o Burroughs B-3500 e B-6700. Pessoas interessadas em usar o sistema devem se dirigir ao autor para cópias da documentação e programas.

15:00 horas

E. Almeida Mauro - Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia - USP.

DISCRIMINAÇÃO DE DURAÇÃO: EFEITOS DA APLICAÇÃO DE DIFERENTES MATRIZES DE PAGAMENTO EM SUJEITO HUMANO.

Resumo: - Diferentes matrizes de pagamento, traduzidas sob a forma de diversos valores de um esquema de razão fixa, foram manipuladas em uma tarefa de discriminação de duração em sujeito humano, utilizando-se intervalos auditivos cheis de 100, 102, 104 e 110 msecs.

O tempo base, $t = 100$ msecs, foi definido como ruído (n) e os demais, compostos por t mais os incrementos de duração t , como sinal mais ruído (s).

O procedimento consistiu basicamente da apresentação isolada de n ou de s em cada tentativa, sendo $s = 110$ msecs na primeira série experimental; 102 msecs na segunda; e 104 msecs na terceira.

O sujeito deveria responder através de duas chaves subscritas, respectivamente, "sim" e "não". A resposta "sim" foi definida como relato da presença de sinal mais ruído, e a resposta "não" como relato da presença de ruído apenas no estímulo apresentado.

A partir dos resultados, foram calculados índices de detectabilidade e analisada a influência dos diferentes esquemas de consequências sobre a distribuição de respostas do sujeito às duas chaves.

Verificou-se uma interação, no presente procedimento, entre a detectabilidade do sinal e o viés de resposta do sujeito, na determinação do critério de decisão assumido. Esta interação é discutida, em cada caso, como base na teoria da detecção de sinal e na lei de concordância (matching-law).

15:30 horas

N.L. de Toledo, M.L. Schum Barbieri e A.R. de Almeida - Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

Resumo: - Foi realizada uma pesquisa sobre Cooperação ou Competição em díades pelos autores que investigaram a variável tempo (segundos) de realização de um jogo em díades que foram homogeneizadas quanto ao sexo e em díades heterogêneas quanto ao sexo. Testou-se a hipótese 24ª de Deutsch. Os resultados confirmaram que o tempo de realização do jogo nas sessões cooperativas foi significativamente menor do que o tempo gasto pelos Ss nas sessões com

petitivas. A segunda questão estudada pelos autores referiu-se à diferença de performance por parte dos Ss masculinos ou femininos na mesma situação. Os Ss do sexo masculino gastaram mais tempo na realização do jogo quando compuseram díades com Ss do sexo feminino. A pesquisa confirmou os dados a respeito da superioridade da situação cooperativa e a hipótese de Deutsch. Outras questões a pareceram, contudo e precisam ser pesquisadas em outros estudos. Finalmente, sugere-se o estudo de Cooperação e Competição como promissor para a psicologia social brasileira.

COMUNICAÇÕES IV

31 de outubro de 1975 das 14:00 às 16:00 horas - Sala 1

PRESIDENTE DA MESA:

Dr. André Jacquemin

VICE-PRESIDENTE

Dr. Reinier J.A. Rozenstraten

PARTICIPANTES

Antonio dos Santos de Andrade

Reinier J.A. Rozenstraten

José Aparecido da Silva

Olgierd Stamirowski

M.D. Olmos

14:00 horas

A.S. de Andrade e R.J.A. Rozestraten - Departamento de Psicologia
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

ESTUDO DE ALGUNS PARÂMETROS DA ILUSÃO DE OPPEL-KUNDT⁺

Resumo: - Este estudo refere-se à ilusão em que um espaço A-B, preenchido por linhas é avaliado como maior que outro espaço vazio B-C. A partir de uma redefinição desta ilusão, introduzindo o conceito estatístico de "Ilusão Relativa de Oppel-Kundt", utilizando-se a variável "t" de Student, realizou-se em uma etapa inicial a pesquisa em laboratório. Nesta etapa, o espaço A-B media 5 cm e as linhas 1 cm de altura. A amostra constituía-se 120 sujeitos, 60 de cada sexo, divididos em 4 grupos etários: Grupo I de 4 a 5 anos; Grupo II de 6 a 7 anos; Grupo III de 8 a 9 anos e Grupo IV de 10 a 11 anos, com 30 sujeitos em cada grupo. Os resultados mostraram definitivamente que a "Ilusão Relativa de Oppel-Kundt" aumenta com a idade partindo de valores não significativos nos Grupos I e II. E a ilusão classicamente definida apresentava, sempre erros positivos, ou seja, superestimação do espaço A-B.

Na segunda fase, em campo aberto, utilizou-se estacas em lugar das linhas. A distância das estacas ao sujeito, o espaço A-B (preenchido por 15 estacas) e a distância entre cada uma das estacas do espaço A-B (DEE), combinou-se de maneira a formar as seguintes configurações:

Sujeito às estacas	4m	8m	32m	64m	128m
Espaço A-B	40cm	80cm	320cm	640cm	1280cm
D.E.E.	2,8cm	5,7cm	22,8cm	45,7cm	91,4cm

Estas configurações (espaço A-B e DEE), foram apresentadas às várias distâncias do sujeito apresentadas na primeira linha da tabela acima, constituindo a condição experimental "Variável". Numa segunda condição experimental denominada "Fixa", repetiu-se a apresentação de todas as configurações, porém a uma distância fixa do sujeito, igual a 4m. Os grupos etários foram divididos da mesma forma que no laboratório. Para esta etapa contou-se com a colaboração de 48 sujeitos. Os resultados para os grupos I e II, mostraram que da mesma forma que no laboratório a Ilusão Relativa

⁺ Esta pesquisa é subvencionada pela FAPESP.

não atinge valores significativos. Porém ao contrário do laboratório e de todos os estudos realizados até então com a ilusão de Oppel-Kundt como tem sido definida, os erros assumem valores negativos, isto é, ocorre uma subestimação do espaço A-B. E ainda, enquanto em estudo anterior encontrou-se que as Condições Experimentais "Fixo" e "Variável" apresentavam correlação $r=.72$, para sujeitos adultos, para as crianças do Grupo II (6-7 anos) obteve-se $r=.35$. Pode-se observar ainda que os erros parecem seguir uma variação mais ou menos sistemática conforme se aumenta os valores das configurações.

14:30 horas

J.A. Silva e R.J.A. Rozestraten - Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

DICOTOMIAS E TRICOTOMIAS PERCEPTIVAS EM LABORATÓRIO E EM GRANDES ESPAÇOS

Resumo: - J. Purdy e E.J. Gibson (1955) realizaram bisseções em extensões de 46, 137 e 274 m e trisseção numa extensão de 68m, variando a distância a partir do sujeito. Verificaram que os erros aumentam em valor absoluto com o tamanho da extensão, mas que são constantes no seu valor relativo.

O presente experimento de dicotomias e tricotomias pesquisou sistematicamente distâncias de 0,40m e 102,40m, e foi dividido em faccionamento no laboratório e no campo aberto. O estudo de faccionamento no laboratório e foi realizado com 40 sujeitos adultos nas seguintes distâncias: 0,40; 0,80; 1,60; 3,20; e 6,40 m; e no campo aberto foi realizado com 48 sujeitos na bisseção e 21 na trisseção ($2/3$ e $1/3$), nas distâncias de 1,60; 3,20; 6,40; 12,80; 25,60; 51,20; e 102,40 m. Colocava-se uma vareta fixa horizontalmente até que o sujeito julgava que distância estava dividida em duas partes iguais (dicotomia) ou em 3 partes iguais (tricotomia $1/3$ e $2/3$). Isto era feito duas vezes ascendente e duas descendentes alternadamente e ora era movida a partir do sujeito (proximal e ora a partir da estaca fixa (distal)).

Os resultados do laboratório mostram que os sujeitos podem faccionar distâncias em dicotomia e tricotomia com muito boa acuracidade. As distâncias percebidas parecem corresponder bem com as dis-

tâncias físicas e seguem uma relação linear do tipo $Y = ax + b$, com a igual a 1 e b positivo para série proximal e negativo para a série distal. Não obstante, a distância de 6,40 m é o ponto mais importante, pois nela se encontra a inversão entre a série proximal e a série distal em termos de super e subestimação.

Por outro lado, os resultados do campo aberto mostram concordância com os do laboratório até 6,40 m. Nas outras distâncias verificou-se uma superestimação da série distal e subestimação da série proximal tanto para a bisseção quanto para a trisseção. A crescente subestimação das estimativas proximais em relação ao 1/3 e uma superestimação das estimativas distais em relação ao 2/3, podem oferecer uma plausível explicação em acidentes de ultrapassagem de veículos e, que a distância até o carro a ser ultrapassado pode facilmente ser subestimada e superestimada a distância entre o carro a ser ultrapassado e o carro que vem em sentido contrário, quando este último é tomado como ponto de referência.

Pesquisa subvencionada pela FAPESP.

15:00 horas

R.J.A. Rozestraten - Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

ESTUDO EXPERIMENTAL SOBRE A PSICOGENESE DO CONCEITO: SIMETRIA

Resumo: Apesar de sua importância para o ensino da matemática, a gênese do conceito da simetria foi pouco estudada pelos psicólogos. Os estudos de Seagrim, publicados em L'Epistémologie de L'Espace infelizmente usaram dados táteis e visuais, permanência e não permanência do padrão, razão pela qual montamos um experimento que se baseia em estímulos visuais; na confecção do material aproveitamos no entanto a idéia básica usada por Seagrim no estudo de rotação.

Material e Procedimento: Os estímulos apresentados eram seis discos brancos cada um com uma das seis combinações possíveis de três circulozinhos: vermelho, azul e verde, na beirada de uma da metade do disco. Havia seis situações experimentais com tarefa correspondente em duas modalidades; modalidade 1) escolher o disco simétrico entre outros seis 2) desenhar o disco simétrico

Situações: 1. Disco na frente do espelho de tal forma que somente a imagem no espelho era visível; tarefa: indicar o disco simétrico (2 x), desenhar o disco simétrico (2 x); 2. Disco sagitalmente com os circulozinhos para o sujeito; tarefa: idem; 3. Disco estímulo no plano fronto-paralelo com circulozinhos para o lado esquerdo do sujeito; tarefa: idem; 4. Disco sagitalmente com os circulozinhos para o lado do sujeito refletido num espelho imaginário; tarefa: indicar e desenhar a reflexão simétrica imaginária 5. Disco estímulo em plano sagital com circulozinhos afastados do sujeito; tarefa: idem; 6. Disco estímulo em plano fronto-paralelo com os circulozinhos ao lado direito do sujeito; tarefa: idem.

Sujeitos: 37 crianças entre 3 e 7 anos, sendo 8 crianças por idade, exceto em 3 anos onde havia 5 crianças.

Resultados: as respostas foram classificadas em 9 categorias: 1 certa e 6 erradas, sendo que o máximo de acertos era de 79% e o mínimo 4,2%. A ordenação conforme maior número de acertos revelou uma progressão na evolução do conceito em pelo menos 4 etapas: 1ª etapa: cometem todos os erros possíveis inclusive: a posição errada do disco e de todos os círculos. 2ª etapa: cometem todos os erros menos o erro exclusivo de 1ª etapa. 3ª etapa: eliminam todos os erros menos: a) a posição do disco errada e com disco idêntico e b) a rotação em vez de simetria. 4ª etapa: eliminação de todos os erros. A porcentagem encontrada é a seguinte: 1ª etapa: 27% 2ª etapa: 49%, 3ª etapa: 21%, 4ª etapa: 3%. Apesar da eliminação dos erros ser acompanhada por um aumento na idade e consequentemente o conceito evoluir com a idade, não há limites certos de idades para as diversas etapas o que permite considerá-las como correspondentes às etapas piagetianas na aquisição de conceitos.

Provavelmente apresentaremos uma complementação com maior número de sujeitos e até 11 anos.

15:30 horas

O. Stamirowski e M.D. Olmos - Departamento de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes.

CONJUNTO DE ESTÍMULOS SIMPLES PARA O ENSINO DE MÉTODOS CLÁSSICOS E ESCALARES EM PSICOFÍSICA.

Resumo: - Frequentemente o ensino de Psicofísica ao nível dos cur-

so de graduação fica prejudicada pela inexistência de aparelhagem complexa de geração e de apresentação de estímulos. Os cursos nesta área, quando são ministrados, restringem-se a aulas teóricas frequentemente enfadonhas para o estudante. Mesmo ao nível teórico é deixado de lado a aprendizagem operacional dos Métodos Clássicos e Escolares de Mensuração, cuja importância transcende a área específica de psicofísica.

Para superar este problema, foram construídos na Oficina de Departamento de Psicologia Geral Experimental e Métodos, 4 conjuntos de estímulos simples para serem usados em práticas de laboratório do curso de Psicofísica e Métodos Escolares. As práticas complementam o livro "Psicofísica Clássica e Métodos Escolares" (Manning e Rosenstock, 1968).

O contínuo escolhido foi o de peso. O estímulo consiste num pequeno cilindro de bronze torneado, ôco na parte interna para a calibração do peso. O conjunto é formado por onze cilindros iguais variando em peso.

Conjunto A : altura: 26mm; diâmetro: 15 mm; peso variando num intervalo de 5 a 55 gramas com intervalo inter-estímulos de 5 gramas;

Conjunto B : altura: 12 mm; diâmetro: 25 mm; peso variando num intervalo de 20 a 50 gramas com intervalo inter-estímulos de 3 gramas;

Conjunto C : altura: 30 mm; diâmetro: 25 mm; peso variando num intervalo de 80 a 130 gramas com intervalo inter-estímulos de 5 gramas;

Conjunto D : altura: 35 mm; diâmetro: 50 mm; peso variando num intervalo de 100 a 600 gramas com intervalo inter-estímulos de 50 gramas.

Esse conjunto de estímulos, de fácil construção em qualquer oficina possibilitou a aprendizagem dos métodos clássicos e alguns escalares por parte dos estudantes. Pelo intervalo global no qual se localizam, os dados reunidos dos quatro conjuntos permitem a demonstração da função exponencial de Stevens (1951).

O autor sugere que a introdução de cursos de Psicofísica e Métodos escalares com práticas de laboratório ao nível de graduação aumentará a competência dos estudantes em áreas que vão desde a Análise Experimental do Comportamento e Psicologia Social até Psicologia Clínica.

COMUNICAÇÕES V

01 de novembro de 1975 das 14:00 às 16:30 horas - Salão Nobre

PRESIDENTE DA MESA:

Dra. Thereza Pontual de Lemos Mettel

VICE-PRESIDENTE:

Dr. Luiz Otávio Seixas Queiróz

PARTICIPANTES:

Thereza Pontual de Lemos Mettel

Márcia Regina Bonagamba Rubiano

Heloísa Helena Ferreira da Rosa Maestrello

Hanelore Fuchs

M.A. Cristovan

M. Dellomônica

P.F. Fellão

C. Hajjar

Ione Gargione Junqueira

Maria Helena Chaves Sarti

André Albin Jacquemin

Sônia Santa Vitaliano Graminha

Vera Lúcia Sobral Machado

Zélia Maria Mendes Biasoli Alves

Amilton A. Barreira

Delson José Chagas

14:00 horas

T.P. de Lemos Mettel; M.R.B. Rubiano; H.H.F. da Rosa Maestrello -
Departamento de Neuro-Psiquiatria e Psicologia Médica
da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP.

MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTO EM CRIANÇA COM PROBLEMA PSICOSSOMÁTICO

Resumo:- O presente trabalho relata a terapia de uma criança, de seis anos de idade, com problema psicossomático, através da utilização de técnicas de modificação do comportamento. A terapia visava os seguintes objetivos: a) ensinar a mãe eliminar comportamentos inadequados que a paciente emitia para monopolizar sua atenção, inclusive a problemática psicossomática, b) ensinar a paciente dividir, com a irmã mais nova, as atenções de adultos significativos como mãe, terapeutas e outros; c) aumentar a frequência e melhorar a qualidade das interações entre a paciente e sua irmã; d) ensinar a mãe lidar com a interação entre as crianças: reforçar respostas adequadas, ignorar inadequadas, dar dicas de modelos para que os resultados conseguidos durante a terapia se generalizassem para situações da vida diária.

Para atingir tais objetivos, foram dadas orientações para a mãe; realizadas sessões individuais com a paciente e com a irmã por diferentes terapeutas e sessões conjuntas das duas crianças com seus respectivos terapeutas. Com intuito de orientação, a mãe participou das sessões com a irmã e das sessões conjuntas. As sessões foram realizadas semanalmente e se distribuíram num período de dez meses.

Os efeitos da terapia foram analisados a partir das informações da mãe sobre o comportamento da paciente em casa e de observações e gravações das interações da paciente com terapeutas mãe e irmã.

14:30 horas

H. Fuchs; M.A. Cristovan; M. Dellamônica; P.F. Fellão e C. Hajjar
Departamento de Psicologia das Faculdades Farias Brito
São Paulo.

MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTO ALIMENTAR ATRÁVES DE TÉCNICAS DE AUTO-CONTROLE, SERVINDO O EXPERIMENTADOR COMO SUJEITO

Resumo: - Um grupo de alunos de graduação em psicologia, constituído por dois indivíduos obesos e dois não obesos estudou e aplicou a si próprios técnicas de autocontrole, assumindo funções experimentador e sujeito. O grupo experimental ficou constituído pelos alunos obesos e o professor orientador e o grupo de controle pelos dois alunos não obesos. O procedimento incluía controle médico no início e fim do programa, registro diário das quantidades e circunstâncias da alimentação e uma reunião semanal para a pesagem dos sujeitos, discussão e distribuição de tarefas (leituras, seminários, dicas para emissão de novos comportamentos.) O delineamento experimental constou de 4 etapas: 1) estabelecimento de uma linha de base a partir das anotações diárias e análise dos hábitos alimentares. 2) modificação da quantidade e qualidade do alimento, projetada pelos próprios sujeitos após leituras específicas. 3) manipulação de alguns estímulos controladores do comportamento de comer. 4) estabelecimento de um repertório verbal, por meio de relatos escritos, para identificação das consequências aversivas tardias da alimentação excessiva. A aprovação ou desaprovação do grupo, contingente à pesagem semanal e leitura dos diários foi programada como reforçamento, esperando-se que outros reforçadores advindos do meio ou do próprio sujeito ocorressem.

Por hora todos os sujeitos experimentais perderam peso. O sujeito mais obeso levou mais tempo para modificar seus hábitos alimentares, apresentando a primeira perda de peso após o 28º dia. Os outros dois registraram perdas semanais constantes a partir 14º dia.

A aquisição de um repertório verbal ativo destinado a controlar e manter os comportamentos adequados depois da interrupção das sessões é uma das dificuldades apontadas em pesquisas sobre obesidade. A execução das tarefas planejadas pelos próprios sujeitos tem contribuído para a emissão mais frequente de comportamentos que fortalecessem o auto controle. Com vistas a essa finalidade foi formado um segundo grupo experimental para ser orientado pelos experimentadores sujeitos.

15:00 horas

Ione G. Junqueira - Sociedade Internacional de Análise Transaccional

ANÁLISE TRANSACCIONAL COMO UMA ABORDAGEM TERAPÉUTICA

Resumo:- Quando duas ou mais pessoas se encontram depois de pouco ou muito tempo alguém falará ou emitirá sinais que indicam a toma da de consciência do outro (S). Esse é o modelo das interações que constitui a base da comunicação ou seja o recurso que utilizamos para interagimos trocando informações, afetos, como um elemento de passa-tempo e divertimento. A comunicação é o elemento de aproximação ou distanciamento entre as pessoas, constitui a base dos relacionamentos que trazem ao indivíduo gratificações ou dificuldade.

Dessa forma, a abordagem terapêutica sugerida pela Análise Transacional (AT) focaliza-se nos padrões de comunicação como elementos que podem ser alterados de forma que o indivíduo possa contactar de forma mais criativa, gratificante e eficiente com o seu ambiente levando em conta suas potencialidades individuais e sua participação na sociedade.

A comunicação é pois a forma do indivíduo se expressar quanto ao que incorporou do seu ambiente, pensa, sente e isso se efetua pela linguagem verbal e não verbal. Nessa comunicação se observam diferenças no mesmo indivíduo em um dado momento e entre os indivíduos, contudo se detectam padrões constantes de comunicação entre os indivíduos.

Baseado nisso Eric Berne elaborou a teoria transacional fundamentada na divisão do indivíduo em três estados do ego (eu): Pais (P) Adulto (A), Criança (C). Esses estados coexistem no indivíduo e em um dado momento um deles predomina e se caracterizam por elementos de experiências diferentes o que os torna detectáveis.

Dessa forma o (P) constitui-se de padrões de comportamento copiados das figuras parentais; o (A) constitui a parte racional em nós que funciona como um computador de informações; a (C) por sua vez constitui a parte de nós das emoções e sentimentos naturais e aprendidos.

A utilização desse modelo de divisão dos estados do ego permite ao terapeuta trabalhar com o indivíduo no sentido desse detectar como suas partes se comunicam com o ambiente e que dificuldades isso lhe acarreta e o que ele pode fazer para alterar isto.

A abordagem Transacional se constitui em uma terapêutica contractual que trabalha com o como o indivíduo se sente, porque ele age de uma dada forma e o que ele pode fazer para modificar-se.

Constitue assim a Análise Transacional uma abordagem dinâmica em psicoterapia que trabalha com o indivíduo no aqui e agora conside

rando que os problemas pessoais que ocorrem na situação ambiental são semelhantes na situação terapêutica. Contudo a A.T. em sua aplicação não se limita a psicoterapia, tendo-se mostrado útil na educação, e no treinamento de pessoal em profissões em que as interações sociais são fundamentais.

15:30 horas

M.H.C. Sarti e A.A. Jacquemin - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

A PROVA DO BESTIÁRIO EM CRIANÇAS BRASILEIRAS

Resumo: - A compreensão global da criança, focalizando os aspectos intelectuais e efetivos para proporcionar um melhor aproveitamento em termos de aprendizagem, levou-nos a pesquisar técnicas que permitem uma avaliação adequada destes aspectos. A prova do Bestiário foi escolhida por ser uma técnica simples e vir complementar e enriquecer os atuais meios de diagnóstico no domínio da afetividade das crianças.

Esta pesquisa visa então iniciar a padronização do Bestiário em crianças brasileiras e comparar estes resultados com os de ZAZZO e Mathon para verificar a influência das variáveis geográficas e culturais. A amostra é constituída de 80 crianças "normais" de 3 a 5 anos, frequentando escola maternal e jardim de infância de Ribeirão Preto. O nível sócio-econômico situa-se na zona média-superior (escala de HUTCHINSON). Quanto ao nível intelectual, as crianças de 3 a 3 anos e 11 meses apresentam um QI médio de 103 e as de 4 a 4 anos e 11 meses de 110.

A pesquisa evidenciou alguns aspectos do desenvolvimento emocional das crianças e resultados bastantes semelhantes, em linha geral com os de ZAZZO e MATHON.

Conclui-se que a técnica é importante no estabelecimento do "rapport" e eficiente para um exame psicológico da criança deste acompanhada por outras técnicas.

16:00 horas

S.S. Vitallano Graminha, V.L. Sobral Machado e Z.M.M. Blasoli Alves (Psicólogos) e A.A. Barreira (Neurologista) - Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES A UM ESTUDO DO EFEITO DE MEDICAÇÃO ANTI-EPILEPTICA E NEUROLÉPTICA NO DESEMPENHO DE CRIANÇAS COM UMA SUPPOSTA DISFUNÇÃO NEUROLÓGICA.

Resumo: - No atendimento a crianças com problemas comportamentais e problemas de aprendizagem tem sido constatado um número elevado de crianças que submetidas ou não à exames neurológicos e a traça do-eletroencefalográfico (EEG) passam a utilizar vários tipos de medicação que visam atender os problemas escolares da criança, aos comportamentais e aqueles evidenciados como disfunção neurológica.

Dessa constatação surgiu uma questão: que efeitos essa medicação, usada tão frequentemente com as crianças, teria frente ao seu rendimento em atividades de avaliação de habilidades básicas e de nível mental?

As hipóteses de trabalho levantadas a partir da observação clínica de alguns casos de crianças sob medicação e que apresentavam problemas escolares e comportamentais foram de que:

- a) essa medicação produziria um rebaixamento ao nível de rendimento atingido pela criança na avaliação proposta.
- b) a medicação estaria sendo desnecessária e prejudicial em alguns casos.

Em associação com o Departamento de Neuro-psiquiatria a Psicologia Médica da F.M.R.P. - USP, todas as crianças atendidas na F.F.C.L.R.P. - USP, e que estivessem na época tomando alguma medicação ou que necessitassem de exame neurológico, seriam submetidas a exame neurológico e EEG (quando necessário). Uma investigação preliminar em que se trabalhou com uma criança apenas, fazendo avaliação de diferentes áreas, estando o paciente com e sem medicação, veio sugerir a possibilidade de confirmação da hipótese a.

Dessa data, até o presente, foram encaminhadas 21 crianças, das quais 13 utilizavam medicação anti-epiléptica e/ou neuroléptica. Dessas 13 crianças foi suspensa a medicação em 11 casos e mantidas em 2 (um caso de paralisia cerebral e um caso de esclerose tuberosa). Feito um seguimento desses 11 casos, cuja medicação foi suspensa, não se registraram disfunções neurológicas; as crianças

foram submetidas a treinos psico-pedagógicos e a terapia comportamental, e as mães a um esquema de orientação. O que se verificou foi o que houve melhora de rendimento escolar e comportamental. Os outros pacientes encaminhados permaneceram sem medicação.

Esses dados preliminares levaram a elaboração de um plano em que se pretende testar mais acuradamente a hipótese a. Nela estariam incluídos 3 grupos de sujeitos, crianças de 3 a 7 anos, tendo em cada grupo um número de 10. O grupo A teria como sujeitos crianças submetidas à medicação que seriam avaliadas primeiramente com medicação e depois passariam por nova avaliação, estando sem medicação. O grupo B (crianças utilizando medicação) seria submetido a um procedimento de avaliação inverso ao do grupo A. O grupo C, grupo controle, seria de crianças que não utilizavam medicação e passaria por duas avaliações, como os grupos A e B.

16:30 horas

Delson José Chagas e Colaboradores - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos

POR QUE VOCÊ ESCOLHEU O CURSO DE PSICOLOGIA?

A presente pesquisa foi realizada nas quatro classes de 1º ano de nossa Faculdade, com uma população de 229 alunos, sendo 99% do sexo feminino.

Foi apresentado aos alunos três perguntas de respostas múltiplas: 1) Por que você escolheu o Curso de Psicologia? 2) O que você espera aprender neste curso de Psicologia? 3) Aponte três falhas da sua personalidade, que você supõe, serão solucionadas no decorrer do curso.

Os principais objetivos da presente pesquisa foram os seguintes:

- A) Verificar se havia real interesse pela área, e conhecer os outros motivos que levaram o candidato a escolher Psicologia;
- B) Conhecer o grau de interesse pelos problemas humanos.
- C) Saber do interesse pela profissionalização.
- D) Verificar quais as áreas de especialização preferidas.
- E) Saber se os candidatos tinham noção do que o curso oferece.
- F) Verificar as principais falhas de personalidade, apontadas pelos alunos e sua percentagem.
- G) Reaplicar a pesquisa anualmente no decorrer do curso, verificando as suas alterações e evasão.

Os dados mais representativos obtiveram a seguinte sequência:

1ª) Por que voce escolheu o curso de Psicologia?

Respostas:	nº	%
Interesse pela área	70	40,5
Auxiliar pessoas	39	20,0
Profissionalização	6	1,0

Observações: - Nesta primeira pergunta, o destaque obtido pela escolha de Interesse pela área 40,5% foi representativo. Por outro lado foi negativo o interesse pela profissionalização: 1%.

2ª) O que voce espera aprender neste curso de Psicologia?

Respostas:	nº	%
Absorver tudo o que for possível	49	25,0
Psicologia Clínica	21	10,0
Psicologia Infantil	2	1,0

Observações: - Continuou nesta pergunta a predominância pelo interesse em busca de conhecimento da área com 25,0%. A Psicologia Clínica ocupou o maior destaque de interesse; por outro lado a "Infantil", demonstra que poucas querem lidar com crianças. Persistiu o desinteresse pela profissionalização.

3ª) Aponte três falhas da sua personalidade que voce supõe serão solucionadas no decorrer do curso.

Respostas:	nº	%
Insegurança	45	22,5
Timidez	37	18,5
Agressividade	5	2,5

Observações: - Cremos na hipótese de ter havido camuflagem nas falhas apresentadas nas respostas. Por exemplo: a agressividade e a imaturidade é característica de personalidade constante no ser humano, e obteve apenas um índice de 2,5% nas respostas.

Durante a explanação será apresentada a Computação Geral, agrupadas em doze tipos de respostas diferentes, num total de 200 respostas.

COMUNICAÇÕES VI

1 de novembro de 1975 das 14:00 às 16:30 horas - Sala 1

PRESIDENTE DE MESA

Dr. Isaias Pessotti

VICE-PRESIDENTE

João Carlos Todorov

PARTICIPANTES

Márcia Alves Amaral Campos

Elenice Aparecida de Moraes Ferrari

Deyse das Graças de Souza

João Claudio Todorov

Antonio Bento Alves Moraes

Luiz Carlos F. de Carvalho

Noeli A. Trindade

14:00 horas

M.A. Amaral Campos e I. Pessotti - Departamento de Neuro-Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP.

VARIAÇÕES NA RAZÃO DE SUPRESSÃO CONDICIONADA, COMO EFEITO DE UM ESTÍMULO SOBREPOSTO A S_1

Resumo: - Objetivo: Verificar os efeitos da associação de estímulos com diferentes funções, previamente adquiridas (S^D , S^- , S^+ , e S_n), sobre a razão de supressão previamente estabilizada.

PROBLEMA: Verificar se estímulos, que tem uma história de condicionamento passada, associados ao S_1 , num procedimento de supressão condicionada, poderão alterá-la, dependendo daquela história específica.

MÉTODO

Sujeitos: 4 ratos albinos, Wistar, machos e experimentalmente ingênuos, no início do experimento.

PROCEDIMENTO

Fase 1 - Aquisição da resposta de pressão à barra (R.p.b.) e treino em VI-60 seg.

Fase 2 - Adaptação ao som da campainha apresentado em VI-240 seg, paralelo ao VI-60 seg.

Fase 3 - Supressão Condicionada - procedimento semelhante ao da Fase 2, acrescentando-se um choque inevitável ao fim do som (S_1 e S_2).

Fase 4 - Supressão Condicionada com associação de uma luz ao som.

4-I - Associação da luz com estímulos específicos e supressão condicionada. Estes dois procedimentos alternando-se em sessões diárias, exclusivas para cada um deles.

4-II - Associação da luz com estímulos específicos e supressão condicionada com estímulo pré-choque composto (sobreposição da luz ao som). Nesta fase estes procedimentos também foram alternados nos dias experimentais.

Fase 5 - Supressão Condicionada (como na Fase 3).

Fase 6 - Supressão Condicionada com estímulo pré-choque composto (Sobre-posição da luz ao som), em dias consecutivos.

RESULTADOS

Desses procedimentos resultou que, para todos os sujeitos, os valores das razões de supressão (R.S.), na fase 4-I, foram sensivelmente alterados. De certa forma, as alterações obtidas repetiram-se na fase 4-II.

Para o sujeito 3 A (Luz = S^-), na fase 4-I e II houve aumento na R.S., tendendo à facilitação, que persistiu nas demais fases.

Os sujeitos 3 B (Luz = S^0) e 3 C (Luz = S) apresentam alguma similaridade de resultados. Nas fases 4-I e 4-II, houve uma diminuição nos valores de R.S., mais acentuada e duradoura para o sujeito 3 B. Na Fase 5 houve uma queda inicial dos valores das RS, que foram aumentando, tendendo à facilitação de respostas durante S_1 , o que também ocorreu na fase 6.

O sujeito 3 D (Luz = nada) desde a fase 4-I já apresentou uma tendência a abolir a supressão, que continuou na fase 4-II. A fase 5 não foi completada pois o sujeito faleceu. O fato de haver apenas um sujeito em cada condição experimental limita a interpretação dos resultados.

CONCLUSÕES

Os dados da fase 4-II foram uma reprodução dos obtidos na fase 4-I.

- problema de ser um experimento a longo prazo, preocupado com estabilidade de comportamento e a supressão condicionada não se manter.
- semelhança entre os dados dos sujeitos 3 B e 3 C submetidos, na fase 4-I, a procedimento de associação da luz (acesa ou apagada respectivamente), com reforço positivo.

Esta pesquisa foi patrocinada pela FAPESP, proc. 382/74.

14:30 horas

E.A. Moraes Ferrari - Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

DISTRIBUIÇÃO DE RESPOSTAS E INTERAÇÃO ENTRE COMPONENTES DE ESQUEMAS CONCORRENTES DE ESQUIVA NÃO SINALIZADA EM POMBOS

Resumo: - Dois tipos de medidas comportamentais são usadas para análise da interação entre componentes de um esquema de reforçamen

to frequência absoluta de respostas e frequência relativa de respostas. Variações na frequência absoluta de respostas têm permitido verificar a ocorrência de contraste comportamental, ou seja, a frequência de respostas num componente A (esquema de reforçamento constante) varia inversamente à frequência de reforçamento programada pelo componente B. A análise de frequências relativas de respostas permite verificar a relação de igualdade, ou seja, uma correspondência perfeita entre os valores relativos de respostas e os valores relativos de reforçamento. Uma das situações que possibilitam analisar a interação entre os componentes de um esquema é a que programa esquemas concorrentes de reforçamento. No presente experimento foi analisado o controle de esquemas concorrentes de esquiva não sinalizada sobre a resposta de bico emitida por pombos. Foram utilizados como sujeitos quatro pombos adultos, 2 machos e 2 fêmeas, de derivação não controlada de espécie Columba Livia. O procedimento experimental constou de diferentes fases: a) modelagem de resposta de bico com reforçamento negativo; b) esquiva não sinalizada; c) introdução aos esquemas concorrentes; d) esquemas concorrentes de esquiva não sinalizada e e) contingência de Razão Fixa para a resposta de mudança. Na fase de esquemas concorrentes de esquiva não sinalizada estabelecidas condições experimentais que diferenciam quanto à duração do intervalo RS do esquema correlacionado com o disco vermelho (22,0; 12,0; 32,0; 7,0; 17,0; 52,0; seg). A duração do intervalo RS do esquema correlacionado com o disco amarelo (22,0 seg), a duração do intervalo SS para os dois esquemas (2,0 seg), a intensidade (10mA) e a duração do choque elétrico (35 msec) permaneceram constantes. Os resultados obtidos mostraram que a FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS no componente vermelho tendeu a ser uma função inversa da duração do intervalo RS e a frequência de respostas no componente amarelo tendeu a se manter constante em todas as condições. As modificações ocorridas na frequência de respostas não foram suficientes para se afirmar de efeitos persistentes de contraste comportamental. A análise de frequência relativa de respostas e de choques recebidos em função do intervalo RS mostrou que uma função inversa, linear, quase perfeita, foi verificada para o sujeito EG (frequência relativa de respostas como função da duração relativa do intervalo RS) e sujeito DL (frequência relativa de choques recebidos como função da duração relativa do intervalo RS).

15:00 horas

D.G. Souza e J.C. Todorov - Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação da Universidade Federal de São Carlos.

ESQUEMA ENCADEADO-RAZÃO-FIXA-INTERVALO FIXO (FR-FI): EFEITO DO TAMANHO DA RAZÃO SOBRE A PAUSA PÓS-REFORÇAMENTO (Nota Prévia).

Resumo:- Quatro ratos albinos, machos e adultos, estão sendo utilizados como sujeitos em um experimento em que o esquema de reforçamento empregado é um Encadeado FR x FI 2 min. O tamanho da razão é manipulado sistematicamente (1, 2, 4, 8, 16 e 32) e o intervalo fixo é mantido constante em 2 min. Os sujeitos trabalham em sessões diárias que terminam com a apresentação do 20º estímulo reforçador.

As medidas tomadas se referem à frequência de respostas e duração das pausas pós-razão e pós-reforçamento. Pausa pós-razão é o intervalo de tempo desde que o sujeito completa a razão mudando conseqüentemente, a estimulação exteroceptiva, até a emissão de uma 1ª resposta. Pausa pós-reforçamento ou pós-FI é o intervalo de tempo entre a apresentação do reforçamento e a primeira resposta após o reforçamento.

Os dados obtidos até o presente tem mostrado: a) um aumento sistemático na duração da pausa pós-reforçamento (apesar de o FI ser mantido constante), à medida que se aumenta o valor da razão; b) um dos sujeitos apresenta um aumento sistemático na duração da pausa pós-razão, embora os outros três tenham apresentado um decréscimo no valor da pausa, da primeira para a segunda condição; desde então as pausas pós-razão (valor médio) permanecem relativamente estáveis; c) uma variabilidade cíclica na duração de ambas as pausas, quando se considera dados de sessões diárias, em todas as condições experimentais.

15:30 horas

D.G. Souza, A.B.A. Moraes e J.C. Todorov - Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos de Educação da Universidade Federal de São Carlos.

ESQUIVA LIVRE SINALIZADA EM RATOS: EFEITOS DA INTENSIDADE DO CHO-

QUE ELÉTRICO (Nota prévia).

Resumo: - Utilizando-se um procedimento de esquiva livre sinalizada, o comportamento de "pressão à barra" de ratos albinos está sendo investigado através de manipulações sistemáticas na intensidade do choque elétrico. No presente procedimento, os intervalos resposta-choque (RS_2) e choque-choque (S_2S_2) estão sendo mantidos constantes em 20 segundos de duração. Os intervalos resposta-estímulo aviso (RS_1) são iguais a 10 segundos. O choque elétrico dura 0,2 segundos e sua intensidade será sistematicamente manipulada de 0,5 a 4 mA. Até o presente, os seguintes valores dessa variável já foram manipulados: 0,8-1,0-1,3-2,0 e 2,5 mA.

Os dados estão sendo examinados em termos de taxa de resposta, distribuição proporcional de respostas em RS_1 e S_1S_2 , porcentagem de choques evitados e taxa de choque recebidos. Os dados obtidos até o presente momento ainda são insuficientes para evidenciar uma relação funcional; entretanto eles estão replicando o que a literatura tem relatado sobre efeito da intensidade de choque elétrico sobre o desempenho em esquiva.

16:00 horas

L.C.F. Carvalho e N.A. Trindade - Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília.

COMPARAÇÃO DE TRÊS PROCEDIMENTOS DE ESQUIVA LIVRE SINALIZADA

Resumo: - O presente procedimento procurou comparar os efeitos comportamentais de três procedimentos de esquiva livre sinalizada.

Dezoito ratos foram distribuídos aleatoriamente em três grupos, passando cada grupo por cinco fases experimentais: esquiva de Sidman não sinalizada; intervalo resposta-sinal (RS_1) igual a cinco segundos; intervalo RS_1 igual a vinte segundos; intervalo RS_1 igual a dez segundos; retorno à esquiva de Sidman não sinalizada.

NO GRUPO SIDMAN, o sinal (S_1) era introduzido antes do choque (S_2) permanecendo até que terminado ou por uma resposta ou por um choque. Respostas antes de S_1 pospunham S_1 e S_2 . Respostas em presença de S_1 terminavam S_1 e S_2 . O intervalo resposta-choque (RS_2) era sempre igual ao intervalo-choque - choque (S_2S_2).

No grupo UIRICH, o sinal (S_1) era introduzido antes de S_2 , permanecendo até terminado por uma resposta. Respostas antes de S_1 pos-

punham S_1 e S_2 ; respostas em presença de S_1 terminavam S_1 e evitavam S_2 . RS_2 era sempre maior que S_2S_2 .

O grupo MISTO era semelhante ao grupo ULRICH, com a diferença que (como no grupo Sidman) RS_2 era igual a S_2S_2 .

Foram analisadas as médias respostas por minuto de cada grupo como função das várias fases experimentais; porcentagem da média de respostas emitidas durante S_1 como função do tamanho de RS_1 , para cada grupo; choques recebidos como função das várias fases experimentais.

Apesar da frequência programada de choques na presença do sinal ser maior no grupo Ulrich, menor no grupo Sidman, e intermediário no grupo Misto, os dados não mostraram efeitos diferentes sobre o comportamento de esquila.

Bolsista do CNPq.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

1 de novembro de 1975 às 20:00 horas - Salão Nobre

COORDENADOR : Luiz de Oliveira

**Presidente da Sociedade de Psicologia de Ribeirão
 Preto**

PARTICIPANTES

Romeu de Moraes Almeida

**Representando o Presidente do Conselho Regional de
 Psicologia, 6ª Região: São Paulo e Mato Grosso.**

João Claudio Todorov

**Presidente do Conselho Regional de Psicologia - 1ª Re
 gião, Brasília**

Reinier A.J. Rozenstraten

Suplente no Conselho Federal de Psicologia

Silvio Ferreira

Psicólogo em Belo Horizonte

A Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, com esta mesa redonda, visava colocar em discussão as normas relacionadas com a supervisão do exercício profissional e dar oportunidade aos representantes dos diversos Conselhos Regionais para a troca de informações e divulgação das atividades dos respectivos Conselhos.

O Dr. Romeu de Moraes Almeida, nos seus esclarecimentos iniciais, fez uma distinção entre CONSELHOS - órgãos de supervisão do exercício profissional; SINDICATOS - órgãos de reivindicações da classe; e SOCIEDADES ou ASSOCIAÇÕES DE PSICOLOGIA - entidades eminentemente culturais, que se preocupam com assuntos técnico-científicos e de divulgação da Psicologia como ciência e como profissão.

Apresentou em seguida argumentos em favor de uma coordenação das Sociedades ou Associações de Psicologia. Acrescentou que a Associação Brasileira de Psicólogos (ABP), embora radicada em São Paulo, é uma associação de âmbito nacional e tem por finalidade esta coordenação das Sociedades de Psicologia. Com a reforma dos estatutos daquela Associação, a ser realizada na próxima Assembleia Geral dos seus associados, a ABP passará a congregar as Sociedades de Psicologia que contem nos seus quadros de associados com mais de 60% de psicólogos.

O presidente do Conselho Regional da 1ª Região, Dr. João Claudio Todorov, salientou a necessidade de uma definição precisa de fiscalização. Todos concordam com uma fiscalização em termos de "exames de processos" que consiste em receber a denúncia, abrir um processo e compor um tribunal de ética profissional. É difícil porém, colocar em prática uma fiscalização mais completa que inclua a visita ao local, especialmente para os Conselhos que coordenam uma área geográfica muito grande. Este tipo de mesa redonda para contatos e trocas de idéias entre os representantes dos diversos conselhos, é bastante útil para a elaboração de normas práticas no sentido de aprimorar a fiscalização do exercício profissional.

O Dr. Reinier A.J. Rozenstraten, informou inicialmente que aceitou o convite para participar da mesa redonda em caráter pessoal, desde que não tinha delegação para representar o Conselho Federal de Psicologia. Prestou em seguida alguns esclarecimentos sobre as etapas de instalação do Conselho Federal de Psicologia, as atividades daquele Conselho para a elaboração do seu regimento interno, composição e instalação dos Conselhos Regionais, bem como as gestões junto ao Departamento de Assuntos Universitários.

rios e Conselho Federal de Educação, no sentido de impedir a abertura de novos cursos de Psicologia.

O Dr. Silvio Ferrelira, convidado pela mesa, prestou alguns esclarecimentos sobre o funcionamento dos psicotécnicos na cidade de Belo Horizonte, onde estes serviços funcionam vinculados ao Detran e não ligados a entidades independentes como na maioria dos lugares. Com esta estrutura é possível coordenar melhor o sistema de seleção para motoristas e colocar exigências maiores para a aceitação de aplicadores. Informou que em Belo Horizonte os aplicadores devem ser alunos do curso de Psicologia.